



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

Janaína Barbosa Silva

PARQUE LINEAR MACAMBIRA-ANICUNS: UMA CONCEPÇÃO DE
SUSTENTABILIDADE. SETOR FAIÇALVILLE, GOIÂNIA – 2012/2013

Goiânia

2014

Janaína Barbosa Silva

PARQUE LINEAR MACAMBIRA-ANICUNS: UMA CONCEPÇÃO DE
SUSTENTABILIDADE. SETOR FAIÇALVILLE, GOIÂNIA – 2012/2013

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Orientador: Professor Dr. Antônio Pasqualetto.

Goiânia

2014

FICHA CATALOGRAFICA

Janaína Barbosa Silva

**PARQUE LINEAR MACAMBIRA-ANICUNS: UMA CONCEPÇÃO DE
SUSTENTABILIDADE. SETOR FAIÇALVILLE, GOIÂNIA – 2012/2013**

Dissertação defendida no curso de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, para obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em _____ de _____, pela Banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Antônio Pasqualetto (PUC-GO)

Presidente da Banca

Prof. Dr. Altair Sales Barbosa (ITS-GO)

Membro Externo

Prof. Dr. Ycarim Melgaço Barbosa (PUC-GO)

Membro Interno

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, pela vida e pela oportunidade.

Aos meus pais, pelo apoio, estímulo e carinho.

Ao meu esposo e ao meu filho, pela paciência, compreensão e carinho.

Ao Prof. Dr. Antônio Pasqualetto, pela excelência nas orientações, pelo conhecimento e dedicação, contribuindo para a consolidação deste trabalho.

Ao Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns e pelos colegas de serviço, que disponibilizaram dados importantes para a realização deste trabalho.

RESUMO

As cidades no Brasil, em especial as grandes capitais, estão passando por constantes transformações, numa crescente busca para atender aos anseios da população, exigindo mais moradias, infraestrutura, educação, saúde e lazer. Essas necessidades vem sendo respondidas, mas ao mesmo tempo tem provocado fortes impactos sobre as áreas verdes, incluindo degradação ambiental, apropriação do espaço urbano e especulação imobiliária. Tais impactos se estendem por exemplo em Goiânia, que apesar de ser caracterizada pela grande existência de áreas verdes e cursos de água, vem sofrendo com a degradação ambiental, poluição e contaminação dos rios. Com o objetivo de recuperar o Córrego Macambira, afluente do Ribeirão Anicuns, foi desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Goiânia, um programa ambiental que cria um Parque Linear, que abrange 131 bairros, destinado à função de aprendizado para pessoas de diferentes faixas etárias e como fonte de recursos para promover a sustentabilidade ambiental e social. No presente trabalho, são abordados dois assuntos: Sustentabilidade e Parques Urbanos, tendo como Estudo de Caso o Parque Linear Macambira Anicuns, no Setor Faiçalville.

PALAVRAS CHAVE: Sustentabilidade, Parques Urbanos, Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

The cities in Brazil, especially large state capitals, are undergoing a constant transformation, a growing quest to meet the needs of the population, requiring more housing, infrastructure, education, health and leisure. Those needs are being answered, but at the same time has caused severe impacts on the green areas, including environmental degradation, appropriation of urban space and land speculation. Such impacts extend eg in Goiânia, which despite being characterized by the existence of large green areas and waterways , has been suffering from environmental degradation , pollution and contamination of rivers and streams. Aiming to recover Macambira Stream, a tributary of Ribeirão Anicuns, was developed by the Municipality of Goiânia developed an environmental program that creates a Linear Park, which covers 131 districts, for learning function for people of people from age groups and a resource to promote environmental and social sustainability. The present work, address two issues: Sustainability and Urban Parks, wich Case Study is Macambira Anicuns Linear Park, in Sector Faiçalville.

KEY WORDS: Sustainability, Urban Parks, Sustainability Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Monumento no Campo de Santana, no Centro do Rio de Janeiro. Ano 2009.	33
Figura 2: Passeio Público, Rio de Janeiro, Brasil. Ano: 2005.	34
Figura 3: O Jardim Botânico e a rua do mesmo nome. Ano: 1880.	34
Figura 4: Plano Couchet – Parque D. Pedro II. Ano: 1929.	36
Figura 5: Parque do Anhangabaú em 1925.	36
Figura 6: Vista do Parque Sarah Kubistchek. Ano: 2012.	38
Figura 7: Vista Aérea do Aterro do Flamengo. Ano: 2008.	41
Figura 8: Parc de La Villette, Geode, Paris. Ano: 2011.	42
Figura 9: Parque Juan Carlos, Madrid, Spain. Ano: 2007.	42
Figura 10: Parque Linear de Uberlândia. Ano: 2010.	50
Figura 11: Parque Linear do Rio Verde, São Paulo. Ano: 2011.	51
Figura 12: Parque Linear do Cajuru, Curitiba. Ano:2010.	52
Figura 13 – Implantação do Traçado Urbano de Atílio Corrêa Lima para Goiânia – 1933	57
Figura 14 - Mapa de Abrangência do Município de Goiânia	59
Figura 15- Setorização Parque Linear Macambira Anicuns.	60
Figura 16 - Vista Aérea - Setor Faiçalville	62
Figura 17- Mapa c/ cota de inundação	62
Figura 18 - Setor 01 (extensão de 2,98km)	63
Figura 19- Setor 02 (extensão de 3,92km)	64
Figura 20 - Setor 03	64
Figura 21 - Setor 05 (extensão de 2km)	65
Figura 22 - Setor 06 (extensão de 1,59km)	65
Figura 23- Setor 07 (extensão de 2,79km)	66
Figura 24- Setor 08 (extensão de 2,41km)	66
Figura 25 - Setor 09 (extensão de 1,92km)	67
Figura 26 - Setor 10 (extensão de 2,67km)	67
Figura 27- Setor 11 (extensão de 2,67km).....	68
Figura 28- Mapa Geológico.....	69
Figura 29 - Precariedade das obras de arte.....	70
Figura 30- Processos de erosão - Avenida Milão	71
Figura 31- Presença de espécies exóticas - Alameda Abel de Castro.....	71
Figura 32 - Existência de construções nas margens - Av. Anhanguera	72
Figura 33- Regionalização – Município de Goiânia.....	82
Figura 34- Loteamento Faiçalville – Região Macambira Anicuns.....	83
Figura 35 – Imagem Ortofoto - Loteamento Faiçalville, Ano 1992.....	84
Figura 36 - Imagem Ortofoto - Loteamento Faiçalville, Ano 2002.....	85
Figura 37- Imagem Ortofoto - Loteamento Faiçalville, Ano 2006.....	85
Figura 38- Distribuição dos resultados quanto à Qualidade da Água	90

Figura 39 – Córrego Macambira, Av. Olavo Bilac	90
Figura 40- Distribuição dos resultados quanto à Qualidade do Solo	91
Figura 41- Lixo na área pertencente ao parque – Alameda Pedro I	91
Figura 42- Distribuição dos resultados quanto à qualidade do Ar.....	92
Figura 43- Lixo nos terrenos baldios, Al. Nadir Bufaiçal	92
Figura 44 - Distribuição dos resultados quanto à Fauna	93
Figura 45- Distribuição dos resultados quanto à Flora.....	94
Figura 46- Rua Andreino de Moraes	95
Figura 47 - Distribuição dos resultados quanto à Segurança	95
Figura 48 - Tipologia das residências	96
Figura 49- Distribuição dos resultados quanto à Educação Ambiental	96
Figura 50 - Distribuição dos resultados quanto ao Conforto Térmico e Acústico	97
Figura 51- Distribuição dos resultados quanto à Mobilidade Urbana	98
Figura 52- Distribuição dos resultados quanto à Saúde	99
Figura 53 - Distribuição dos resultados quanto ao Bem Estar	100
Figura 54 - Distribuição dos resultados quanto ao esclarecimento	102
Figura 55- Distribuição dos resultados quanto	102
Figura 56- Distribuição dos resultados quanto ao remanejamento das famílias	103
Figura 57- Entulho proveniente das demolições / remoção das famílias	104
Figura 58 - Distribuição dos resultados quanto a valorização dos imóveis	105
Figura 59- Distribuição dos resultados quanto ao valor do IPTU	105
Figura 60 - Distribuição em relação ao surgimento de novas construções	106
Figura 61- Distribuição dos resultados quanto aos prejuízos econômicos.....	106
Figura 62 - Mapa do entorno do Parque Linear – Setor S1 (Faiçalville)	107
Figura 63- Distribuição dos lotes vagos e à venda	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantitativo de casos por setor	74
Tabela 2: Quantitativo de Remoções Totais e Parciais	75
Tabela 3: Quantitativo de Casos por Área de Localização - Remoção Total/ Parcial	76
Tabela 4: Situação dos Negócios	77
Tabela 5 - Respostas ao Questionário sobre o Parque Linear Macambira Anicuns	88
Tabela 6 - Respostas ao Questionário sobre o Parque Linear Macambira Anicuns	100
Tabela 7- Respostas ao Questionário sobre o Parque Linear Macambira Anicuns	101
Tabela 8 - Respostas ao Questionário sobre o Parque Linear Macambira Anicuns	104

LISTA DE SIGLAS

ACB – Análise Custo Benefício

ACP – Ação Civil Pública

AIA – Avaliação de Impacto Ambiental

AID – Área de Influência Direta

AMMA – Agência Municipal do Meio Ambiente

AMMTEC – Agência Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação

AMT – Agência Municipal do Trânsito

APP's – Áreas de Preservação Permanente

APM's – Áreas de Proteção das Mananciais

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

ELO – Escritório Local

OOAD – Outorga Onerosa de Alteração de Densidade

PAAR – Plano de Ações de Aquisição de Áreas, Remanejamento de População e Reinstalação de Atividades Econômicas

PDU – Projeto Diferenciado de Urbanização

PUAMA – Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns

SEMDUS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Sustentável

SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SEMOB – Secretaria Municipal de Obras

SETRAB – Secretaria Municipal do Trabalho e Renda

SME – Secretaria Municipal de Educação

SMHAB – Secretaria Municipal de Habitação

TDC – Transferência do Direito de Construir

UEP – Unidade Executora do Programa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 01	17
EVOLUÇÃO DAS NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	17
1.1 Sustentabilidade e Meio Ambiente	19
1.2 A Sustentabilidade sob o Olhar Social.....	23
1.3 A Economia frente ao Meio Ambiente	27
CAPÍTULO 02	30
OS PARQUES URBANOS DENTRO DE UM CONTEXTO HISTÓRICO	30
2.1 Características dos Parques Urbanos Brasileiros.....	39
2.2 O Parque do Século XXI	43
2.3 Os Parques Lineares	46
CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CASO – PARQUE LINEAR MACAMBIRA ANICUNS.....	53
3.1 A Gênese de Goiânia e seus parques urbanos.....	52
3.2 Parque Linear Macambira Anicuns	58
3.2.1 Aspectos Urbanísticos e Propostas de Intervenção.....	61
3.2.2 Aspectos Morfológicos e Propostas de Recuperação	68
3.2.3 Aspectos Sócios Econômicos e plano de ações	72
3.2.4 Sustentabilidade Ambiental e Social	80
3.3 Aspectos Teóricos da Metodologia utilizada	81
3.3.1 Tipo de Pesquisa	81
3.3.2 Objeto Empírico	81

3.3.3 Variáveis, Métodos e Técnicas de Coleta de Dados	86
3.4 Resultados e Discussão.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	112

INTRODUÇÃO

As cidades no Brasil, em especial as grandes capitais, estão passando por constantes transformações, numa crescente busca para atender aos anseios da população, exigindo mais moradias, infraestrutura, educação, saúde e lazer. Essas necessidades vem sendo respondidas, mas ao mesmo tempo tem provocado fortes impactos sobre as áreas verdes, incluindo degradação ambiental, apropriação do espaço urbano e especulação imobiliária.

Dentre estas capitais, encontra-se Goiânia, que apesar de possuir uma concepção urbanística inicial, caracterizada pela existência de alamedas, bulevares e espaços livres verdes, tem passado por alterações que vão desde o plano original até os dias atuais. Entretanto, mesmo com alterações no plano diretor no decorrer das gestões públicas, conforme dados da AMMA (Agência Municipal do Meio Ambiente), no ano de 2004, foi realizado um levantamento onde se apontaram 87 unidades de conservação. Entre essas unidades se destacam os parques urbanos destinados à função de aprendizado para pessoas de diferentes faixas etárias e como fonte de recursos para promover a sustentabilidade. No presente trabalho, são abordados dois assuntos: Sustentabilidade e Parques Urbanos.

O Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns (PUAMA), é uma ação desenvolvida pela Prefeitura Municipal de Goiânia, com o objetivo de recuperar o Córrego Macambira, afluente do Ribeirão Anicuns, que drena 70% da área urbana de Goiânia e que faz parte dos 85 cursos de água que cortam a cidade e que estão poluídos ou contaminados, segundo a Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA). Da extensão total do parque linear, 2,9km e a nascente do Córrego Macambira, se localizam no Setor Faiçalville, na região Macambira Anicuns no Município de Goiânia, área de abrangência deste trabalho e onde foram realizadas pesquisas de campo.

O Córrego Macambira é caracterizado pela existência de edificações irregulares em alguns trechos ao longo de suas margens; pelos processos de erosão e assoreamento; pelos esgotos lançados nas mananciais e pelo depósito de lixo e entulho ao longo dos fundos de vale. Em função disso, o Programa Urbano Ambiental Macambira – Anicuns (PUAMA) desenvolveu suas ações baseadas na sustentabilidade ambiental e social.

Sabe-se que os parques urbanos de Goiânia (Parque Vaca Brava, Parque Cascavel, Parque Flamboyant) também vivenciaram esse quadro, mas que vem agora, passando por outros conflitos: construção desenfreada de condomínios verticais; rebaixamento do lençol freático; gargalos no trânsito; problemas de drenagem das águas superficiais, segregação social e especulação imobiliária, resultado do alto custo dos lotes ao redor destes parques.

Diante dessa realidade, quais ações ligadas a sustentabilidade ambiental e social foram levadas em consideração no planejamento do Parque Linear Macambira Anicuns? E quanto a sustentabilidade econômica? Implantar o parque linear cumpre a função sustentável ou na verdade são ações que visam somente o lucro? Foram tomadas medidas preventivas referentes à um provável crescimento no entorno e conseqüentemente, problemas nas vias de circulação? O Setor Faiçalville pertence a uma região de baixa densidade ocupacional, como tem se desenvolvido a sua ocupação no ano de 2012 e 2013?

Dado que o histórico de implementação de parques urbanos anteriores apresentou problemas recorrentes, supõe-se que há conflitos previsíveis que não foram levados em consideração durante o planejamento do projeto do Parque Linear Macambira Anicuns; tais problemas se referem ao planejamento viário, às leis de ocupação do entorno e à especulação imobiliária. Presume-se que foram tomadas medidas ligadas à sustentabilidade ambiental e social, mas que a sustentabilidade econômica não foi colocada em discussão, assim como a alteração e surgimento de leis que favorecem grandes empreendimentos.

Avaliar as ações de sustentabilidade do Parque Linear Macambira Anicuns é importante na medida em que se verifica até que ponto as ações são realmente sustentáveis, se a concepção defendida pelo Programa abrange os aspectos ambientais, sociais e econômicos, cujo resultado contribuirá para futuros projetos, garantindo assim, a preservação do meio ambiente, o bem-estar da sociedade e conseqüentemente melhor qualidade de vida para a população. É necessário atentar para o fato de que:

A gestão do espaço público e o conseqüente tratamento dado à paisagem urbana são um importante diferencial das cidades quanto à qualidade ambiental de vida. Aquelas com planejamento urbano ambiental moderno, ao invés de consumirem seus espaços públicos, desenvolvem mecanismos de gestão para articulá-los com as áreas particulares e destiná-las ao comércio, à indústria e à moradia (MARTINS JÚNIOR, 2007, p.108).

O objetivo geral desta pesquisa é avaliar as ações de sustentabilidade, propostas no Planejamento do Parque Linear Macambira Anicuns; enquanto que os objetivos específicos são:

- a) Analisar as ações ligadas à sustentabilidade ambiental: averiguar o projeto urbanístico; levantar quais os cuidados quanto à recuperação da fauna e da flora; fazer um levantamento tendo em vista as medidas de preservação da nascente e recuperação do Córrego Macambira;
- b) Analisar as ações ligadas à sustentabilidade social: averiguar o projeto viário; levantar as alterações a serem realizadas no traçado urbano; diagnosticar as expectativas da população mediante a implementação do parque;
- c) Analisar as ações ligadas à sustentabilidade econômica: investigar o surgimento de novas construções ao longo do parque, no setor Faiçalville; verificar se a população local teve algum tipo de prejuízo econômico após o início das obras.

Quanto à Metodologia do Projeto, esta é constituída de pesquisa quali quantitativa, porque buscou dar ênfase aos métodos de observação, entrevistas e levantamento bibliográfico documental, mensurando quantitativamente o problema, dentro de um segmento da população.

O objeto empírico de estudo desta pesquisa foi a identificação das ações de sustentabilidade ambiental, social e econômica, propostas no Parque Linear Macambira Anicuns e onde são analisadas variáveis ambientais, sociais e econômicas. A delimitação do problema tem como ponto principal a observação realizada em campo, bem como informações de pessoas e grupos envolvidos no processo de planejamento do Parque e moradores / comerciantes situados no entorno.

Durante a pesquisa exploratória, observou-se que o Loteamento Faiçalville, é uma região de baixa densidade ocupacional, que segundo o PUAMA é classificado como Setor 01 (trecho inicial das obras), localização da nascente do Córrego Macambira e onde já foram realizadas as remoções de algumas famílias; motivos que auxiliaram na delimitação da área de estudo.

A partir da pesquisa exploratória, foram aprofundadas as informações sobre o projeto do Parque Linear, referente ao Projeto Urbanístico e Estruturação Viária; sendo todas essas informações coletadas e analisadas junto aos órgãos competentes e agentes envolvidos no processo. Após a coleta de dados, foram avaliados e construídos os resultados; para melhor embasamento foram realizados: pesquisa bibliográfica (livros, periódicos e internet) e pesquisa documental (leis, decretos, fotos, relatórios, mapas e projetos).

Como instrumentos metodológicos foram realizadas entrevistas com moradores e comerciantes do entorno, além de técnicos envolvidos no processo de planejamento do Parque Linear; foram aplicados questionários com um conjunto de questões destinadas à população local, com perguntas claras e adequadas ao seu nível de informação.

O Trabalho se constitui de 03 capítulos, divididos conforme os assuntos a serem tratados. O capítulo I refere-se à evolução das noções de Sustentabilidade, a partir de três pilares: ambiental, social e econômico. Na concepção ambiental, são discutidas duas afirmações clássicas: o ambientalismo e a ecologia política, além das opiniões de estudiosos. A segunda abordagem, referente ao nível social, remete à questões ligadas à pobreza, ao incremento populacional e às ações públicas. Por último, no nível econômico, são abordadas as opiniões dos economistas a partir de duas correntes: a economia ambiental neoclássica e a economia ecológica. Tais opiniões tem como principais instrumentos: a valoração ambiental, a avaliação custo-benefício e os indicadores de sustentabilidade.

O capítulo II se refere aos Parques onde são descritos os parques urbanos brasileiros, suas funções e linhas projetuais, dentro de um contexto histórico; e como se apresenta o parque do século XXI, seguido dos atuais parques lineares. Por fim, o capítulo III engloba o estudo de caso do Parque Linear Macambira Anicuns no Setor Faiçalville, tendo como pesquisa documental os projetos urbanísticos e as ações previstas no Plano de Aquisição, Plano Básico Ambiental, Manual de Procedimentos e Plano de Monitoria e Avaliação Ex-Post; considerando que para melhor embasamento do Estudo de Caso, são levantados a história do planejamento de Goiânia, bem como os seus parques urbanos. Ao final do capítulo são apresentados os resultados e discussões a partir da metodologia utilizada, incluindo o tipo de pesquisa, as variáveis, os métodos e técnicas de coleta de dados e questionário aplicado.

CAPÍTULO 01

EVOLUÇÃO DAS NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A chamada Sustentabilidade é conceituada como a capacidade de se sustentar, de se garantir em um determinado processo. Seus estudos têm englobado diversas relações entre a sociedade e a natureza, têm sido marca registrada das sociedades contemporâneas e foco das discussões políticas, ideológicas, econômicas e sociais.

O termo Desenvolvimento Sustentável passou a adquirir real importância a partir de 1960, quando a escala da economia de alguns países ou regiões, segundo Mueller (2007), estava gerando impactos preocupantes sobre o meio ambiente. Seu conceito foi difundido em 1987, durante a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, com a premissa de que este: “[...] garante o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas necessidades.”

Sabe-se que nos dias de hoje há maior preocupação quanto às gerações futuras e à proteção do meio ambiente, mas o que levou o homem a pensar diferente? Suas opiniões são realmente a favor do meio ambiente ou são meramente com intuito econômico? É certo que o homem, diante da natureza e da ideia de se considerar “onipotente”, só mudou sua percepção a partir do momento em que se sentiu ameaçado, motivado por acontecimentos que colocariam em risco a sua vida.

Um destes grandes acontecimentos que alterou o rumo da história e despertou a consciência ambiental do planeta, foi o livro *Primavera Silenciosa*, escrito pela bióloga marinha Raquel Carson em 1962. Sua obra provou as consequências geradas na cadeia alimentar e na saúde humana, pelo uso do DDT (Dicloro – difenil – tricloreto) e outros pesticidas nas lavouras, pois até então não havia nenhum impedimento quanto à sua aplicação por parte das indústrias químicas de inseticidas e outros derivados sintéticos. *Primavera Silenciosa* questionava a confiança que a humanidade depositava nos avanços tecnológicos, se tornando um marco para os impactos ambientais e contribuindo para a formação do Movimento Ambientalista.

No final da década de 1960 e início da década de 1970, surgiram estudos pioneiros que inovaram ao considerar que a economia é um sistema que obtém do meio ambiente, materiais a serem transformados no processo produtivo. Segundo Mueller (2007), tal evolução está associada a três eventos: à intensificação da poluição nos países industrializados, no final da década de 1960; aos choques do petróleo na década de 1970, levando a um acentuado aumento no seu preço; e por último, uma série de estudos pessimistas que levaram o Clube de Roma (formado por empresários) a encomendar de um grupo de cientistas, uma avaliação das perspectivas de longo prazo da economia e da sociedade mundiais, sendo tal relatório concluído em 1972.

Estes três eventos intensificaram as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente, dando origem a uma formação de estrutura institucional, nas Nações Unidas e em outras organizações internacionais, estimulando o surgimento de organizações não-governamentais e dando impulso à economia do meio ambiente.

Assim, diante do crescimento das cidades, aumento da população, utilização dos recursos hídricos e energéticos, descarte de resíduos sólidos e líquidos, maior poluição do ar, novas tecnologias e a globalização econômica, a maneira de se pensar sobre a disponibilidade dos recursos naturais mudou de forma bastante considerável, pois até meados do século XX, acreditava-se que a natureza fosse sempre satisfazer as necessidades da população e que a economia continuaria seguindo os seus rumos como um sistema isolado. O território habitado e a vida local tem se transformado constantemente, levando estudiosos a analisarem as relações entre o território, o desenvolvimento produtivo, a economia e principalmente o meio ambiente, gerando uma série de conceitos e aplicações relativas à Sustentabilidade.

Redclift (2007), afirma que quando se pergunta o que deve ser sustentável, alguns autores argumentam que são os níveis de produção do presente (ou futuro), uma vez que o crescimento da população exige mudanças sobre o meio ambiente; outros são a favor do desenvolvimento sustentável de bens e serviços que recebemos através do mercado; e outros que defendem que devemos mudar nossos padrões de consumo, pois a maioria dos atuais bens e serviços na verdade são insustentáveis.

Agostini (2008) explica que o Desenvolvimento Sustentável perpassa por oito concepções: a ecologia sustentável defendida pelos ambientalistas, a partir da preservação e conservação da natureza; a concepção do desenvolvimento a partir da insustentabilidade dos meios de produção; aqueles que consideram a racionalidade econômica acima dos recursos naturais; aqueles que acreditam que a valorização dos aspectos ambientais são essenciais para

o desenvolvimento econômico; a concepção onde se defende que a sustentabilidade será alcançada através da atuação dos cidadãos; aqueles que propõem um melhor planejamento político; o sétimo grupo que propõe um equilíbrio interdisciplinar entre economia, sociedade, política, ética e ambiente; e por último, o grupo que afirma que a sustentabilidade só será possível se todas as concepções anteriores forem definidas com base na racionalidade ambiental.

Apesar de suas definições serem quase infinitas e abrangerem as mais diversas áreas, o objetivo deste capítulo é expor de maneira breve e clara a evolução das noções de Sustentabilidade, a partir de três pilares: ambientais, sociais e econômicos.

1.1 Sustentabilidade e Meio Ambiente

Como dito anteriormente, os debates sobre a sociedade tomaram novos rumos, pois a partir de uma associação entre o meio ambiente e a política, a organização e a produção da sociedade passaram a considerar a natureza como foco de suas discussões, ao contrário do que ocorria até meados do século XX, onde prevalecia a dicotomia homem x natureza. Loureiro (2012) afirma que nos anos 1960, surge o debate ambiental, representado por meio de duas afirmações clássicas: o ambientalismo e a ecologia política. Leis (2004) explica que as atuais abordagens do ambientalismo, tendem a enquadrá-lo em três divisões: como grupo de interesse, como movimento social e como movimento histórico.

Como grupo de interesse, firma-se especialmente nos Estados Unidos, considerado por alguns autores como grupo elitista, seus representantes defendem que “[...] as demandas de proteção ambiental não representam um grande desafio para o funcionamento da sociedade, nem uma ameaça do ponto de vista normativo” (LEIS, 2004, p.35). Como movimento social, seu conceito foi elaborado principalmente na Europa, suas ações são éticas e normativas, geralmente representadas pelos chamados ecologistas, sendo o seu desenvolvimento político associado à emergência de partidos verdes. E por último, como movimento histórico, considera que o desenvolvimento econômico, as instituições e os valores são insustentáveis a médio e longo prazo.

O Ambientalismo no Brasil, se consolidou durante os anos 1970 e 1980, trazendo heranças dos debates europeus de classe média e elite intelectual; na opinião de Loureiro

(2012), tal movimento não obteve adesão de grupos populares, pois as questões eram prioritárias para grupos de maior poder econômico. Entretanto, a partir de 1980, os movimentos sociais passaram a ser classificados em: MS (movimentos sociais, voltados para a emancipação, a política e superação do Estado) e os chamados NMS (novos movimentos sociais voltados para os valores pós-materialistas como amor, solidariedade e afirmação cultural).

Por sua origem junto às classes médias europeias e norte-americanas, o movimento ambientalista é identificado de forma mais imediata, com as forças sociais que se configuram nesta fase de reorganização do capitalismo e suas “bandeiras”: afirmação dos valores “ecologicamente adequados”; da diversidade cultural e de expressões; da tolerância; do zelo com o planeta. Tal cenário propicia portanto, que os chamados NMS assumam o “ambiental” de início, como algo inerente às suas finalidades, enquanto os MS, diante de suas históricas lutas sociais, o fizeram posteriormente” (LOUREIRO, 2012, p.47).

Nos anos 70, muitos ambientalistas “converteram-se” à política, mediante a incapacidade de absorver as demandas ambientais, dando origem a Ecologia Política, que segundo Leis (2004), caracterizava-se por quatro princípios básicos: ecologia, responsabilidade ou justiça social, democracia direta ou participativa e não-violência.

O primeiro princípio demandava um “[...] conjunto de políticas destinadas a estabelecer uma boa qualidade de vida ambiental, baseada numa relação equilibrada entre a sociedade e a natureza [...]” (LEIS, 2004, p.81). O segundo desses princípios defende que a justiça social se forma a partir dos setores populares; a democracia direta ou participativa, como terceiro princípio, se mostra por meio dos movimentos sociais, não só ambientalistas, como pacifistas, direitos humanos, direitos civis, movimentos feministas, dos consumidores, entre outros; e o quarto princípio, como uma forma de rejeição à política dominante, diferenciando-se da violência da esquerda revolucionária. Loureiro (2012), complementa ainda que, a Ecologia Política:

[...] focaliza a atenção nos modos pelos quais agentes sociais nos processos econômicos, culturais e político-institucionais disputam e compartilham recursos naturais e em qual contexto ecológico tais relações se estabelecem. Em certo sentido atualiza o tipo de análise feita, ao considerar como fator determinante, junto à atividade econômica, a base natural, condição primária para a própria realização de trabalho e criação da cultura” (LOUREIRO, 2012, p.29).

Apesar de tais movimentos se engendrarem e as discussões ambientais terem tomado um novo rumo quanto à relevância da política, como tem se apresentado a situação no Brasil nos dias de hoje? Infelizmente, o país tem nas suas estruturas socioeconômicas e políticas, não só a revelação da degradação ambiental como também uma profunda crise de valores:

Enchentes, desmoronamentos com mortes, congestionamentos, crescimento exponencial da população moradora de favelas (ininterruptamente nos últimos 30 anos), aumento da segregação e da dispersão urbana, desmatamentos, ocupação de dunas, mangues, APPs (Áreas de Proteção Permanente), APMs (Áreas de Proteção dos Mananciais), poluição do ar, das praias, dos córregos, rios, lagos e mananciais de água, impermeabilização do solo (tamponamento de córregos e abertura de avenidas em fundos de vales), ilhas de calor... e mais ainda: aumento da violência, do crime organizado em torno do consumo de drogas, do stress, da depressão, do individualismo, da competição (MARICATO, 2012).

Barbosa (2013), ao explicar que o homem atual é resultado da evolução biológica e da evolução cultural, afirma que as suas ações frente ao meio em que vive e aos grupos sociais, torna-se responsável pelos problemas sociais, enquanto que a evolução cultural gerou mudanças econômicas, dentre elas, a tecnologia que propiciou por exemplo a criação de ecossistemas artificiais, cidades, dentre outros.

Em uma visão mais crítica, percebe-se que os problemas ambientais e sociais estão contidos em um ciclo vicioso, ora a degradação ambiental é a causa dos problemas sociais, ora são os valores sociais que aniquilam a preservação do meio ambiente. Por exemplo, se considerarmos as ocupações irregulares nas áreas de risco, como margens de córregos e rios, haverá questionamentos sobre porque grande parte da população carente que não tem onde morar ocupa essas áreas, sabendo que estas precisam ser preservadas e que em caso de degradação geram enchentes, doenças e mesmo risco de vida aos próprios ocupantes. Do outro lado, ao retirarem essas famílias dessas áreas e transferi-las para um conjunto habitacional por exemplo, os problemas sociais só estarão sendo transferidos de lugar, uma vez que, para construir esses conjuntos habitacionais são necessárias devastações de grandes áreas que aniquilam ecossistemas.

Redclift (2007) alerta que, no início do século XXI, estamos diante de outro desafio, pois a “tecnologia limpa” que utilizamos para superar a escassez de recursos naturais, contribuirá para uma futura geração de problemas ambientais, levando cientistas sociais a proporem novas mudanças. Vargas Neto (2007), afirma que com o desenvolvimento sustentável, surgiram “[...] várias expressões de pensamentos utópicos relativos ao meio

ambiente [...] (VARGAS NETO, 2007, p.72), as chamadas *ecotopias*, que representam as propostas de assentamentos humanos sociais e ecologicamente sustentáveis; o *capitalismo verde* por meio de conceitos pontuais de sustentabilidade; a construção sustentável ou *green building*, com a proposta de se empregar técnicas e materiais ecológicos; e as chamadas *idades sustentáveis*, com a proposta de se eliminar os vazios urbanos e tornar as cidades mais compactas.

Friedrich (2007) defende o aumento de áreas verdes, pois estas proporcionam a qualidade do meio urbano, melhorando o microclima nas cidades, a circulação do ar, a umidade, a captação de poeiras e gases; reciclagem de compostos urbanos e melhora na qualidade da água. Também a favor da infraestrutura verde, Herzog (2011) propõe a coleta e drenagem das águas das chuvas acumuladas em ruas, estacionamentos, telhados, canais e jardins, alegando que através desse aproveitamento, as ilhas de calor poderão ser diminuídas; as temperaturas internas e o consumo de energia serão reduzidos; as enchentes e os deslizamentos serão contidos, garantindo melhoria da saúde e qualidade de vida da população.

Em se tratando da Legislação Ambiental, desde a Constituição Federal de 1988, cap. V, tem sido decretadas leis que defendem a conservação do meio ambiente:

- 1) Decreto nº 5.098 de 03/06/2004 que dispõe sobre o *Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos e Perigosos*;
- 2) Lei nº 6.938/1981 que dispõe sobre a *Política Nacional do Meio Ambiente*;
- 3) Lei nº 9.433/1997, que institui a *Política Nacional de Recursos Hídricos*;
- 4) Lei nº 9.605/1998, *Lei de Crimes Ambientais*;
- 5) Lei nº 9.795/1999, *Política Nacional de Educação Ambiental*;
- 6) Lei nº 9.985/2000, que institui o *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*.
- 7) Lei nº 11.445/2007 *que dispõe sobre a Política Nacional de Saneamento*;
- 8) Lei nº 12.305/2010, que institui a *Política Nacional de Resíduos Sólidos* e dispõe sobre seus princípios (entre eles o poluidor – pagador e o protetor – recebedor);
- 9) Lei nº 12.727/2012, *Código Florestal*.

Apesar das propostas referentes à sustentabilidade ambiental, “[...] é imprescindível o envolvimento e participação da população na tomada de decisões quanto ao planejamento ou em qualquer iniciativa relacionada às inovações que vão de encontro às suas aspirações” (PITTON, 2009, p.107). Cavalcanti (2001) defende que o desafio para a sustentabilidade é

tornar as políticas de desenvolvimento, inteligentes, de modo a não desprezar as relações entre o homem e a natureza, ditando o que é possível em prol do que é desejável. Completa ainda que as ações públicas devem considerar as necessidades de ordem biofísica, ambiental e econômica, reorientando a utilização dos recursos da natureza, bem como compartilhando seus benefícios.

Leis (2001) propõe a importância da negociação ambiental, ao afirmar que esta deveria ser o núcleo central dos debates e que sem negociação não há possibilidade de governabilidade ambiental. Explica ainda que a participação dos cidadãos e a organização da sociedade se torna mais eficaz a partir de três canais:

- 1) A Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), que abrange procedimentos que vão desde os estudos de impacto até a audiência pública; dentre esses procedimentos se destaca o Estudo de Impacto Ambiental (EIA);
- 2) A Ação Civil Pública (ACP);
- 3) Os Órgãos colegiados, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e outros conselhos estaduais e municipais. O CONAMA estabelece normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, visando o uso racional dos recursos ambientais.

Paralela à aplicação das políticas ambientais, encontra-se a Educação Ambiental que funciona como uma estratégia para se chegar ao indivíduo consumidor, pois através desta, os indivíduos são convidados a conhecer o funcionamento do ambiente em que vivem, bem como ter uma visão crítica sobre a participação que exercem na sociedade.

Ao analisar as propostas, percebe-se a diversidade de opiniões e caminhos para se chegar à qualidade de vida ambiental; entretanto, numa visão mais pessoal, a educação é a base de toda essa cadeia, mas principalmente a educação que se preocupa com os valores sociais. Se o homem que se acha senhor da situação, perceber que suas ações refletem na sua vida, nos grupos sociais, no próprio meio ambiente; sem dúvida perceberá que ele não é capaz de mudar tudo, mas a partir do momento em que ele participa das decisões, cobra seus direitos, respeita o espaço dos seus semelhantes, se preocupa com o próximo e acima de tudo, age com ética, haverá maior evolução social, cultural e consequentemente ambiental.

1.2 A Sustentabilidade sob o Olhar Social

Na sustentabilidade social, durante os últimos 30 anos, as principais questões levantadas são referentes à pobreza e ao incremento populacional. Questões como equidade entre gerações e qualidade de vida eram temas de discussão mas a nível mundial, enquanto que reduzir a pobreza e limitar o inchaço populacional tornaram-se questões hegemônicas e passaram a ser os principais objetivos de qualquer programa de sustentabilidade social. Mas qual a relação entre a pobreza e o crescimento da população? Será possível um dia, diminuirmos as diferenças entre as classes sociais? Foladori (2011) explica que o crescimento da população está diretamente atrelado à pobreza, já que os pobres se reproduzem a taxas elevadas.

Cortez (2009), afirma que quase metade da população mundial (cerca de 47%), vive em áreas urbanas, estimando-se que esse número pode aumentar 2% entre os anos de 2000 e 2015, onde encontra-se uma parcela significativa de consumidores, que comparado aos países ricos, consomem pouco, mas que perseguem hábitos de consumo insustentáveis. Complementa ainda que:

Não há dúvida de que a aglomeração populacional, os padrões de consumo e de deslocamento e as atividades econômicas urbanas exercem intensos impactos sobre o meio ambiente em termos de consumo de recursos e eliminação de resíduos. E o resultado dessa exploração excessiva não é dividido igualmente para todos, e apenas uma minoria da população da Terra se beneficia dessa riqueza (CORTEZ, 2009, p.43).

Hogan (2001) defende que a densidade populacional e o sistema de distribuição da população são responsáveis pela mudança, propondo novo regime demográfico, através de um controle de crescimento da população, sem no entanto, deixar de considerar as características particulares de cada área. Relembra ainda que a década de 90 trouxe uma questão urgente, referente à população e ao meio ambiente no Brasil, ao contrário do que aconteceu nos anos 70 e 80, quando vozes governamentais e acadêmicas se viam resistentes em identificar as taxas que relacionavam o crescimento demográfico com a degradação da sociedade. Paralelo ao pensamento anterior, Vargas Neto (2009) afirma que:

[...] nos países desenvolvidos, a maioria dos problemas ambientais é motivada pelo subdesenvolvimento, pois milhões de pessoas vivem abaixo dos níveis mínimos necessários para uma existência digna, privadas de alimentação, habitação, educação e condições de saúde e higiene adequadas. Os países em desenvolvimento devem se esforçar para o desenvolvimento, e

os desenvolvidos (onde os problemas ambientais estão geralmente ligados à industrialização e desenvolvimento tecnológico, reduzir a distância que separa dos primeiros. Além disso, o crescimento populacional traz problemas à preservação do meio ambiente, razão por que deve ser controlado (VARGAS NETO, 2009, p.76).

Em meio ao acelerado crescimento populacional, surgem as ocupações irregulares, cortiços e favelas, dividindo as cidades em formais e não formais. De um lado a cidade “legal” com adequada infraestrutura e ocupando lugares privilegiados, de outro a “não cidade” formada por uma classe marginalizada que ocupa lugares distantes, sem escola, creche ou hospital, com transporte precário, água e energia deficitários. Surge a partir daí, a justiça social que na opinião de Vale Júnior (2008, p.28) “[...] encontra na função social uma aliada para diminuir as diferenças visíveis existentes em qualquer cidade de médio a grande porte no Brasil [...]”, apesar de considerar que tal medida seja ainda insuficiente para mudar um quadro tão complexo.

A ilustração da função social está ligada à proteção dos interesses da comunidade. A preservação e revitalização de centros históricos, a aquisição de casas através de políticas habitacionais, punições severas para indústrias que despejam no meio ambiente seus detritos químicos, subsídios para instalação de indústrias em determinadas regiões do país gerando empregos, são exemplos da utilização deste princípio (VALE JUNIOR, 2008, p.27).

A fim de garantir o desenvolvimento das cidades e conferir o cumprimento da função social da propriedade urbana, foi estabelecido o *Estatuto da Cidade*, como um projeto de Lei da Constituição Federal de 1988, denominado pela *Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001*, art. 5º, cuja lei municipal específica para área incluída no plano diretor, poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado.

Mas infelizmente, como foi dito antes, trata-se de um quadro muito complexo, uma vez que há interesses políticos e especulativos por trás de grande parte das negociações, que ao invés de promoverem uma justiça social que beneficie a classe marginalizada, privilegia a minoria que ocupa a cidade “legal”.

Aníbal (2003) ressalta que, na sustentabilidade, independente da perspectiva teórica, devem ser estabelecidas as inter-relações entre a sociedade humana e o mundo que a envolve, bem como o espaço em estudo e suas características físico naturais, pois os processos sociais

são condicionantes dos processos ambientais, e o que causa a degradação não é a falta de conhecimento técnico, mas sim as relações sociais que geram determinadas ações.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Leis (2001) concorda que os problemas ambientais e sociais estão fortemente entrelaçados ao afirmar que nas últimas décadas, os inesperados problemas ecológicos “[...] permitiram “tirar” a Natureza do laboratório e “colocá-la” outra vez em seu lugar.” (2001, p.233). Segundo ele, as prioridades são muito mais humildes e ao mesmo tempo, muito mais complexas, pois a sustentabilidade deve ter como alicerce, uma relação harmoniosa entre a sociedade e a natureza.

Quanto à redução da pobreza, segundo a opinião de Cortez (2009), esta deve ser a primeira medida política a ser tomada, de modo a aumentar o padrão mínimo de consumo dos pobres e garantir-lhes uma vida digna. “Ao mesmo tempo, é necessário mudar os padrões e níveis de consumo, evitando a concentração de renda, e promover um estilo de vida mais sustentável” (CORTEZ, 2009, p.46). Na opinião de Santos (2007), reduzir a pobreza é antes de tudo questão de cultura, que a mudança de vida deve ser igual para todos e que a justiça social deve atingir toda a população, independentemente de onde esteja o indivíduo. A plena realização do homem deve resultar de um quadro de vida material e imaterial, incluindo a economia e a cultura.

[...] a atribuição do chamado salário-mínimo, isto é, da quantidade mínima de dinheiro capaz de assegurar uma vida decente para cada qual e sua família, não pode ser estabelecida em função dos simples mandamentos da “economia”, mas da cultura. Quando aceitamos que sejam pagos salários de fome a uma boa parte da população, é certo que estamos longe de possuir uma verdadeira cultura (SANTOS, 2007, p.17).

Von Bernard e Gorbaran (2010), revelam que a atitude humana é no mínimo curiosa, pois os indivíduos procuram preços mais acessíveis, denunciam os danos ambientais causados por outros, procuram serviços ambientais sem ter que pagar por eles e não aceitam fontes de poluição próximas à sua residência, entretanto não são incentivadas a serem sustentáveis dentro de sua própria casa. Mas o que falta para que os indivíduos sejam sustentáveis dentro de seu habitat? Será falta de costume, falta de conhecimento, falta de interesse ou mesmo falta de tempo em meio a toda a correria do dia-a-dia? Com certeza é um conjunto de fatores que aliados a falta de conscientização e de educação, torna os indivíduos egoístas, dificultando cada vez a conservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Diante disso, surgem expressões como consumo responsável e consumo consciente, cuja preocupação é conscientizar os consumidores a escolherem seus produtos, levando em consideração os impactos sociais e ambientais. Além destas propostas, é extremamente defendida a participação social, sendo esta “[...] um indicador de liberdades democráticas, de equidade nas decisões, e também um elemento decisivo na potenciação dos esforços produtivos” (FOLADORI, 2011, p.110).

Starik e Kanaschiro (2013), afirmam que “[...] inovação, evolução, aprendizagem, colaboração, tenacidade, durabilidade, adaptabilidade, racionalidade, empatia, responsabilidade, justiça, reflexão e espiritualidade [...]” (STARIK; KANASCHIRO, 2013, p.22) são essenciais no desenvolvimento sustentável e que juntos são capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida em vários níveis.

Assim, mudanças de paradigmas nas relações entre pobreza e meio ambiente, requerem discussões mais profundas, que envolvem não só o futuro das gerações, como também o desenvolvimento econômico de toda a nação.

1.3 A Economia frente ao Meio Ambiente

Vimos anteriormente que a partir de acontecimentos entre a década de 1960 e a década de 1970, as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente se intensificaram. Assim, a economia do meio ambiente se estruturou e se dividiu em duas linhas de pensamento: a economia ecológica e a economia ambiental neoclássica.

Agostini (2008) afirma que na economia ecológica, são discutidos o uso dos recursos naturais, propondo métodos de monitorar, valorar e determinar tais usos, suas propostas envolvem as técnicas de valoração ambiental. Mueller (2007) explica que essa corrente se baseia na sustentabilidade forte, argumentando que as ameaças provocadas pela expansão da economia mundial contemporânea, gera sérias implicações sobre o bem-estar e a sobrevivência das gerações futuras; enquanto que a economia ambiental neoclássica preocupa-se com os problemas ambientais das economias de mercado, principalmente de países e regiões industrializados, cujo pensamento, considera mínima a possibilidade de que os recursos naturais se esgotem e impeçam a expansão da economia, apoiando-se assim na sustentabilidade fraca.

Em se tratando de sustentabilidade, Binswanger (2001) argumenta que esta não pode ser efetivada, pois já são consideráveis a degradação no meio ambiente e perda do capital natural, mas defende que o conceito de sustentabilidade pode servir para evitar futuros estragos dos recursos naturais. Afirma também que, para a economia sustentável ser levada adiante, é necessário que o Estado se reorganize, definindo regras básicas de mercado quanto à utilização de recursos naturais e à preservação do meio ambiente, e considerando a ordem fiscal da economia, através da arrecadação de tributos, com base no consumo de materiais.

Já Mueller (2007), defende que o desenvolvimento sustentável deve ser acompanhado de profundas mudanças qualitativas, sendo que um dos determinantes fundamentais do crescimento é a acumulação de capital; enquanto Cavalcanti (2001) acrescenta que investir no capital natural, é o meio mais seguro de garantir a durabilidade do desenvolvimento econômico.

Parte dos economistas também defendem a aplicação das técnicas de valoração, que vem sendo utilizadas desde a década de 1980 com o objetivo de assegurar a defesa do meio ambiente. Mueller (2007) ressalta que, o papel da valoração pressupõe que o meio ambiente sofra intervenções humanas e que o principal resultado é a geração de produtos e serviços, capazes de ampliar o bem-estar dos indivíduos em sociedade, como também, produzir efeitos de desconforto e mal-estar causados pela degradação ambiental.

Norgaard (2001), argumenta que através de estudos desenvolvidos, observa-se que os valores ambientais são mais elevados quando a sustentabilidade se torna um objetivo, e isso se deve a dois motivos: quando se confere à sustentabilidade, um valor moral mais alto, os serviços ambientais tendem a ter um valor econômico mais alto e quando os direitos das futuras gerações são ampliados ou protegidos, a taxa de juros diminui. Entretanto, ressalta que as técnicas de valoração desenvolvidas demonstram que as desigualdades de renda existentes não se alteram.

Seguidas das técnicas de valoração, a economia neoclássica propõe também a análise custo-benefício (ACB), cuja técnica consiste em avaliar os custos e benefícios da implementação de um dado projeto. May citado por Agostini (2008), enfatiza que para garantir a eficácia da relação ambiente e economia, são necessárias duas formas: a primeira onde a análise custo-benefício das atividades econômicas se baseia nos fatores ambientais; e a segunda, onde os limites para as atividades econômicas se definem em função da natureza. Mas como seria essa avaliação custo-benefício? No final o que ela irá determinar?

Mueller (2007) considera que a avaliação de um projeto com base na análise custo-benefício, abrange as seguintes etapas: definição clara do projeto, com envolvimento do espaço e da população atingida; determinação dos impactos sociais sobre os fatores de produção, consumo de materiais e emprego; benefícios e deslocamentos sociais; impactos ambientais, desde a fase da construção até a operação do projeto. Seguindo as etapas anteriores, devem ainda ser realizados: cronograma de construção e evolução da operação durante toda a sua vida útil; avaliação dos riscos e do grau de incerteza ligados a cada impacto; estimativa de custos de todos os impactos. Após a conclusão dessas etapas e realizados os cálculos, decide-se sobre a execução ou não do projeto.

Sheng (2001) propõe a aplicação de indicadores de sustentabilidade, pois estes revelam as preocupações com o meio ambiente, não só do ponto de vista ambiental como também econômico e social, estando diretamente ligados à equidade entre gerações e ao emprego. Birch, Levidow e Papaioannou (2010) completam que: “[...] a política e o mundo natural estão intimamente entrelaçados na construção dos recursos naturais” (BIRCH, LEVIDOW, PAPAIOANNOU, 2010, p.2.900) e que a base para a equidade sustentável deve partir de uma estratégia política e econômica. Já Costanza (2009), retrata a importância das políticas públicas, ao considerar que o papel do governo precisa ser reinventado, além de regulamentar e policiar a economia do mercado, este deve organizar a expansão do setor de bens de consumo e facilitar o desenvolvimento social por meio de uma visão compartilhada de que o futuro deve ser sustentável e desejável.

Percebe-se que há divergências entre os economistas, quando o assunto são técnicas de valoração, pois alguns argumentam que os valores ambientais calculados atualmente não conduzem a um futuro sustentável e que as técnicas usadas promovem desigualdades intrageração, conferindo um “valor” baixo às vidas das pessoas pobres. Mas e quanto ao atual mercado que se diz sustentável? O que falar das grandes construtoras que instalam seus empreendimentos e os vendem a preços exorbitantes, alegando que estes propiciam viver em meio ao verde, respirar ar puro e ter vista privilegiada?

Com certeza trata-se de um mercado altamente especulativo, onde os “valores ambientais” são totalmente fantasiosos, e que apoiado pelas atuais políticas públicas, não cumprem nenhum rigor quando o assunto é conservar o meio ambiente. Exemplo disso, são acordos feitos entre grandes empresas e órgãos públicos que garantem livre acesso para construir em áreas de preservação ambiental, alegando que as obras empregarão técnicas “sustentáveis” com propostas de “conservação” das áreas verdes que circundam os

empreendimentos; quando na verdade, o próprio fato de se construir nessas áreas já gera enormes impactos sobre o meio ambiente, entre eles o rebaixamento do lençol freático. Ou seja, é urgente a necessidade de se rever esses valores ambientais e acima de tudo fiscalizar as ações públicas, de modo a impedir futuras estratégias políticas e econômicas que sempre beneficiam os mais favorecidos.

CAPÍTULO 02

OS PARQUES URBANOS DENTRO DE UM CONTEXTO HISTÓRICO

A palavra parque é entendida como um espaço, dotado de equipamentos, destinado à população e que abriga funções culturais, sociais e de lazer. “(...) provém do baixo-latim *parricum*, pelo francês *parc* – indicando as diferenças de dimensões, formas de tratamento, funções e equipamentos” (CASTELNOU NETO, 2005, p.297).

O presente capítulo trata da conceituação e da evolução destes parques, em especial no Brasil, dentro de um contexto histórico, onde os processos de urbanização e industrialização exercem grande influência não só no planejamento e produção dos parques, como também das áreas verdes.

[...] área verde, conceituada como todo espaço livre, público ou particular, não edificado, na zona urbana ou de expansão urbana, com potencial ou efetiva função ambiental, de uso comunitário (lazer, recreação, esportivo), de permeabilidade do solo e/ou conservação dos recursos naturais (MARTINS JÚNIOR, 2007, p.34).

“As áreas verdes existem numa grande variedade de tipos, estruturas e formas dentro do tecido urbano” (COSTA, 2010). Segundo Castelnou Neto (2006), as áreas verdes são importantes na medida em que promovem “[...] o convívio social, a espiritualidade, a visitação turística ou o contato mais próximo com a natureza dentro da cidade, funções tão caras às metrópoles contemporâneas”. Martins Júnior (2007), explica que dentro dessas áreas verdes, encontram-se as praças, parques, parques lineares, verdes de acompanhamento viário, espaços livres públicos, cemitérios, equipamentos públicos e jardins de representação.

Quanto a conceituação de parques, na opinião de Macedo (2003), o parque é um espaço livre e público, destinado ao lazer de massa urbana e estruturado por vegetação. Independentemente de sua função e tipo “[...] é capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto suficiente [...]” (MACEDO, 2003, p.14). Já Scocuglia (2009), afirma que há uma certa dificuldade na conceituação, dada a variedade de parques urbanos, dimensões, formas, tratamentos paisagísticos, funções e equipamentos.

[...] reservo a palavra parque para lugares com amplitude e espaço suficientes e com todas as qualidades necessárias que justifiquem a aplicação a eles daquilo que pode ser encontrado na palavra cenário ou na palavra paisagem, no seu sentido mais antigo e radical, naquilo que os aproxima muito de cenário (OLMSTED citado por SCALISE, 2002).

Quanto às funções, Friedrich (2007) afirma que, não existe um padrão, pois alguns são vinculados à proteção ambiental, apresentando uso restrito, enquanto outros tem função social. “Essa diversidade é reflexo das necessidades, do pensamento e do gosto de um grupo, de uma época e de uma situação geográfica (SCALISE citado por FRIEDRICH, 2007, p.40).

Leon Balza (1998), estabelece oito funções para melhor definir estes espaços: recreação (ligados a atividades esportivas formais e informais); papel estruturante da forma urbana; função estética; função de contemplação; planejador de opiniões; função social e cultural; uso educativo; função orgânica ou ecológica.

Como dito anteriormente, a história dos parques se fundamenta em dois pontos primordiais e norteadores: a urbanização e a industrialização dos países. O Processo de Urbanização, se deu primeiramente na Europa e nos Estados Unidos; segundo Martins Júnior (2007), essa manifestação se deu com o surgimento das grandes cidades e das metrópoles, baseado primeiramente na industrialização e depois no êxodo rural. “O termo “urbanização” designa, tecnicamente, o fenômeno pelo qual a população urbana cresce em proporção superior à população rural.” (MARTINS JÚNIOR, 2007, p.37).

A supervalorização do trabalho e a racionalização dos processos produtivos e administrativos acentuaram a divisão social do trabalho e o ritmo de produção. Aumentaram os níveis de stress e fadiga. Os parques públicos funcionavam como instrumentos de controle social, amenizando os antagonismos das sociedades industriais com objetivos reformadores. Aliada a necessidade de espaços amenizadores da estrutura urbana e das questões sociais surgiu o movimento higienista com o ideal de salubridade que pretendia combater os elevados índices de enfermidades relacionados à falta de higiene nas cidades [...] (SCOCUGLIA, 2009).

Scocuglia (2009) ressalta que os parques, definidos como equipamentos públicos, tem a sua história marcada através de experiências inglesas, francesas e norte-americanas. Os primeiros parques urbanos surgiram paralelamente à formação das cidades em fins do século XVIII, sendo o seu apogeu nas décadas de 1850 e 1860, na Europa e nos Estados Unidos. Segundo Oliveira (2010), a ideia de sistema de parques aparece no século XIX com Olmsted nos Estados Unidos, onde o verde passa a ser incorporado na cidade, através de referências europeias com arborização de vias e criação de anéis verdes.

No final do século XVIII, na Inglaterra, o parque surge como um fato urbano relevante e tem seu pleno desenvolvimento no século seguinte, com ênfase maior na reformulação de Haussmann em Paris, e o Movimento dos Parques Americanos – o Park Movement liderado por Frederick Law Olmsted e seus trabalhos em New York, Chicago e Boston. No século XIX surgiram os grandes jardins contemplativos, os parques de paisagem, os parkways, os parques de vizinhança americanos e os parques franceses formais e monumentais (SCALISE, 2002).

Apesar dessas motivações em outros países, o Brasil não foi impulsionado por tais mudanças comportamentais, pois segundo Scocuglia (2009), o país ainda não possuía uma rede urbana expressiva e o sistema de parques funcionava como uma extensão do cenário das elites que apenas “repetiam” os modelos internacionais, ingleses e franceses.

No início do século XIX, o Brasil é marcado por uma organização em sua estrutura, principalmente a partir da vinda da família real portuguesa em 1808. Macedo (2003) afirma que tal reestruturação reflete nas velhas e pequenas cidades, reorganizadas para desempenhar novas e sofisticadas funções administrativas; uma dessas cidades é a antiga capital, o Rio de Janeiro, que incorpora tais funções, tornando-se rica em recursos e investimentos.

O autor ressalta ainda que, os parques construídos em pequeno número, eram localizados em algumas das grandes cidades e restritos às áreas centrais e bairros de elite; tal tendência verifica-se também na arquitetura, na música e no teatro. Nesse contexto, no Rio de

Janeiro são construídos os três primeiros parques públicos: Campo de Santana (Figura 1), que projetado em 1873 (na época do Segundo Império), seguia o padrão anglo-francês largamente utilizado nos parques e jardins modernos de Paris, e com as seguintes características:

Os cenários se completam com grutas, cascatas e morrotes, falsos gazebos, ruínas e templos gregos, esculturas de deuses e heróis, chinoiseries, pontes, quiosques e animais “elegantes”, como pavões, patos e cisnes. (MACEDO, 2003, p.19)



Figura 1: Monumento no Campo de Santana, no Centro do Rio de Janeiro. Ano 2009.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Monumento_Campo_de_Santana.jpg

O Passeio Público (Figura 2) que criado em 1783, é oficialmente o parque urbano mais antigo do Brasil, possuía um traçado extremamente geométrico e inspirado em jardins clássicos franceses e o Jardim Botânico (Figura 3), o qual se observa “[...] uma clara mistura do traçado romântico com os grandes eixos clássicos [...]” (MACEDO, 2003, p.22).



Figura 2: Passeio Público, Rio de Janeiro, Brasil. Ano: 2005.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Passeio_Publico.jpg



Figura 3: O Jardim Botânico e a rua do mesmo nome. Ano: 1880.

Fonte: <http://marlivieira.blogspot.com.br/2009/07/historia-do-jardim-botanico-do-rio-de.html>

Ao final do século XIX, a disciplina de Urbanismo se insere sobretudo na cidade de São Paulo, surgindo assim ideias modernas no planejamento de parques urbanos. Oliveira (2010) discorre que se antes as áreas verdes se restringiam apenas ao embelezamento urbano para as elites; é nesse período em que os parques e sistemas de parques “[...] passam a ser

considerados como elementos chave do planejamento e da conexão do tecido urbano [...]” onde são acrescentados novos usos como o esporte e o recreio ativo.

O Parque e demais áreas verdes já não são apenas considerados dentro da chave do higienismo e como elementos de embelezamento urbano, refúgios da natureza dentro da cidade destinados tão somente ao passeio contemplativo para certos grupos sociais; mas sim, como espaços necessariamente públicos, que permeassem todo o espaço urbano atuando como elementos de planejamento e que passassem a promover, sobretudo a partir do final do século XIX, também a recreação ativa e a prática esportiva (OLIVEIRA, 2010).

Na passagem destes séculos, o parque que antes era ricamente elaborado e decorado, torna-se também, segundo Macedo (2003), um elemento urbano comum, pois não só as principais capitais possuem belos parques, como também comunidades urbanas de médio e pequeno porte. Exemplos disso são os parques criados em estações de água nas cidades de Araxá e Poços de Caldas, ambos em Minas Gerais; assim como inúmeros passeios públicos em Curitiba, Recife e Fortaleza, que chegam aos nossos dias em bom estado de conservação. O autor completa também que nesse período, surgem os primeiros parques privados do país, que ofereciam ao usuário, o acesso a exposições e zoológico, mediante uma taxa paga. Como exemplos, citam-se o Jardim da Saúde, o Parque Antártica e o Jardim da Aclimação, todos em São Paulo.

O início do século XX, foi um período de grandes transformações; nas palavras de Segawa (1996): “A criação de bulevares, o ajardinamento de avenidas e praças, a criação de recintos ajardinados foram iniciativas características das primeiras décadas da República [...]” (SEGAWA, 1996, p.74). O autor afirma ainda que nesse período marcado pelo processo de modernização, São Paulo se tornou a maior cidade sul-americana do século XX, a qual não se pode desvincular dois grandes eventos: o aterro e saneamento da área da várzea do Carmo, atualmente conhecido como Parque D. Pedro II (Figura 4) e o Parque do Anhangabaú (Figura 5), ambos criados nos anos 1910/1920.

Os jardins, que no passado, situavam-se longe do núcleo habitado significativo e que sobrepujaram o tempo e sobreviveram, foram alcançados pela urbanização e incorporaram-se aos tecidos tradicionais da cidade como preciosas áreas livres na congestionada trama urdida pelo adensamento que caracterizou a transformação da paisagem das cidades do século 20 (SEGAWA, 1996, p.218).

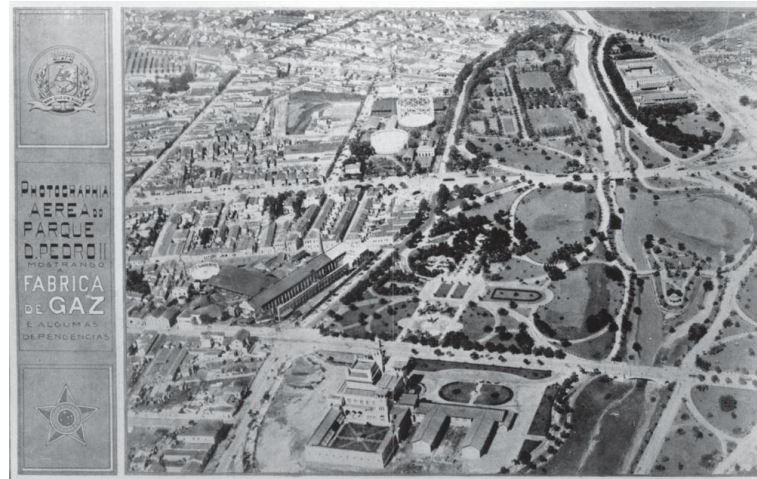


Figura 4: Plano Couchet – Parque D. Pedro II. Ano: 1929.

Fonte: <http://www.habisp.inf.br/theke/documentos/outros/parque-dom-pedro/>



Figura 5: Parque do Anhangabaú em 1925.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/>

Elias e Pequeno (2007) afirmam que o processo de urbanização no Brasil, se intensificou a partir dos anos 1950, caracterizando-se pela crescente concentração da população e das atividades econômicas em poucas cidades, que se tornaram metrópoles como resultado das novas formas de produção e consumo, aliadas aos novos padrões econômicos e culturais. “Na década de 50, afirma-se a tendência do neo paisagismo no plano de parques,

valorizando características cênicas das áreas verdes, com ambientes agradáveis variados, capazes de despertar o interesse e a fantasia dos usuários” (FRIEDRICH, 2007, p.42).

No período de 1950 a 1980, grande levas de imigrantes se voltam para essas metrópoles, Elias e Pequeno (2007) ressaltam que tal incremento demográfico, ocorre mais precisamente nas regiões Sul e Sudeste do país onde as forças produtivas se renovaram em função das novas necessidades econômicas. Macedo (2003), explica que nos anos 50 e 60, em função do processo de urbanização extenso e intenso, cidades como Rio de Janeiro e São Paulo apresentavam carência de espaços ao ar livre e destinados ao público de massa.

[...] bosques, campos e pastagens, quintais e chácaras foram ocupados, divididos e redivididos para a construção urbana. O espaço para lazer de muitas das áreas vazias que entremeavam as áreas de moradia e trabalho foi eliminado, os riachos e rios, antes apropriados ao banho e aos esportes náuticos, tornaram-se poluídos [...] (MACEDO, 2003, p.34).

Friedrich (2007), acrescenta que nos anos 70, surgem os parques mais exuberantes, com inserção de equipamentos esportivos, edifícios, estádios, passeios e espelhos d'água. Macedo (1999) acrescenta que somente a partir dos anos 70 e 80, o número de parques cresce nos centros urbanos, e em cidades como Rio de Janeiro e Brasília, novos parques são construídos e consolidados. O autor afirma que o exemplo mais significativo dessa nova fase é Brasília, que concebida em 1950 e inaugurada em 1961, foi idealizada como cidade parque, onde todos os edifícios foram projetados para serem envolvidos “[...] por extensos gramados e arvoredos, permitindo aos seus moradores o desfrute cotidiano, ao menos visual, de espaços cenicamente tratados como um parque” (MACEDO, 1999, p.84). Como exemplo, cita-se o Parque Python, que projetado por Burle Marx, mais tarde se tornou conhecido como Sarah Kubistchek (Figura 6).



Figura 6: Vista do Parque Sarah Kubistchek. Ano: 2012.

Fonte: <http://coletivo.maiscomunidade.com/conteudo/2012-04-21/cidades/7732/ELE+E+O+MAIOR+DO+MUNDO.pnhtml>

O século XX é conhecido como o período da consolidação da arquitetura paisagística brasileira, principalmente após a Segunda Guerra Mundial; segundo Macedo (1999), o ato de projetar o espaço livre, torna-se antes de tudo objeto de trabalho de profissionais que passam a criar tanto espaços públicos quanto privados, havendo em suas obras o desprendimento das antigas influências europeias e a incorporação de um caráter nacionalista, com características tropicais e assumindo identidade própria.

Parques, praças, jardins públicos e particulares são concebidos dentro de uma ideia que objetiva resgatar as raízes nacionais e nelas buscar novas fontes de inspiração. A utilização de plantas tropicais, com a diminuição e mesmo o abandono das plantas de origem europeia, a introdução de grandes pisos coloridos, as novas formas de uso do espaço livre (também aberto às atividades esportivas), a transformação das antigas ruas em espaços modernos, amplos e adequados ao tráfego intenso de veículos e pedestres, todos esses fatos funcionais e morfológicos direcionam a criação da moderna arquitetura paisagística brasileira (MACEDO, 1999, p. 07).

Ao contrário do que ocorria no século anterior, o lazer recebeu uma nova representação, desempenhando importante papel na mentalidade dos indivíduos, na opinião de Scocuglia (2009), o lazer que “[...] passou a ser identificado como expressão da cidadania e das conquistas democráticas, ganhou status científico e aceitação como importante função urbana.” Afirma também que tal mudança ocorreu no plano internacional, onde os trabalhadores urbanos passaram a utilizar o seu tempo livre nos parques, levando a

requalificação de antigos parques privados, bem como a inserção de *playgrounds*, riques de patinação e campos esportivos.

Somente nos últimos vinte anos do século XX, observa-se que a implantação e formação de parques públicos passa a despertar o interesse da classe política. Macedo (2003), explica que essa tendência é fruto da crescente urbanização do país, onde a maioria da população reside em cidades; como resultado, passam a ser implantados logradouros nos médios e grandes aglomerados urbanos, sob a responsabilidade de governos estaduais e municipais, que exigem revisão e reelaboração dos programas tradicionais.

Castelnuo Neto (2006) acrescenta que nas cidades, a natureza e seus elementos estão disfarçados pelo intenso processo de urbanização, argumentando que:

Incorporando uma imagem construída da “natureza”, os lugares, os territórios e as paisagens passaram a ser “vendidos” como amenidades, quando são apenas uma contemplação fugaz do mundo natural, ou seja, uma mercadoria a ser consumida, por exemplo, pela família que busca paz num final de semana ou pelo turista que procura os melhores ângulos para suas fotos” (CASTELNOU NETO, 2006).

Em sua maioria, os parques urbanos são de responsabilidade pública e sob a administração municipal, estadual ou federal. Macedo (2003) explica que o governo federal administra alguns parques urbanos, de caráter histórico ou de conservação, como por exemplo: o Parque Guararapes em Recife e o Parque da Tijuca, localizado na reserva florestal mais significativa do Rio de Janeiro.

Costa (2010), ressalta que a maioria das cidades possuem instrumentos de planejamento que direcionam a quantidade e qualidade destes espaços públicos, como por exemplo, o plano diretor. Entretanto, questiona que em muitos casos, há a carência de “[...] concepções e visões abrangentes e estratégias apropriadas, que venham a combinar o desenvolvimento e a gestão desses espaços com as políticas mais globais para o desenvolvimento urbano [...]” (COSTA, 2010).

2.1 Características dos Parques Urbanos Brasileiros

Paralelo à história dos parques, seguem também as suas características que com o passar

dos anos incorporaram novos elementos, característicos de cada período. Macedo (1999, 2003), explica que a arquitetura paisagística pode ser identificada por três grandes linhas projetuais: a Linha Eclética, a Moderna e a Linha Contemporânea.

A Linha Eclética, que trata o espaço livre dentro de uma visão romântica e idílica, recriava espaços que remetiam a paraísos perdidos, campos bucólicos ou jardins de palácios reais, típica da sociedade europeia do século XIX. Os espaços até então criados eram destinados à contemplação e aos passeios, através de caminhos sinuosos e recantos; utilização da água presente em fontes, chafarizes, lagos e espelhos d'água; e uso de vegetação bem elaborada; como exemplo do Ecletismo, citam-se: o Parque Américo Renné Giannetti, em Belo Horizonte (MG), Campo de Santana no Rio de Janeiro (RJ) e o Campo de São Bento em Niterói (RJ).

A Linha Moderna, que nas décadas de 1930 e 1940, tornou-se uma nova corrente de pensamento, cuja característica marcante era o abandono a qualquer referência do passado, adotava uma forte postura nacionalista, onde a vegetação nativa era sobrevalorizada; as atividades recreativas passaram a ser incorporadas nos parques através da inserção de: playgrounds, áreas de convívio familiar, quadras poliesportivas; bem como as atividades culturais como: museus, anfiteatros, bibliotecas e teatros.

A configuração morfológica passa a ser estruturada por bosques, gramados e corpos d'água; linguagem formal e visual através da utilização de linhas despojadas e com formas mais geométricas e definidas; a vegetação segue uma linguagem mais naturalista tropical e a água é aplicada por meio de formas ortogonais ou curvas, mas sempre assimétricas. Como exemplo, citam-se: Calçadão da Praia de Iracema em Fortaleza (CE), Calçadão da Praia de Copacabana no Rio de Janeiro (RJ) e Bosque João Paulo II em Curitiba (PR).

Girão (2011), completa também a importância do Parque do Flamengo (Figura 7) no Rio de Janeiro, como obra memorável do urbanismo moderno brasileiro, que projetado a partir de 1961, foi inaugurado simbolicamente em 1964, e reinaugurado oficialmente em 1965, pelo governo do Estado da Guanabara, em comemoração ao quarto centenário da cidade.

Os jardins criados por Roberto Burle Marx no Parque do Flamengo são produtos de arte, associando formas vegetais, de florescimento em estações distintas e de variada textura e coloração, a traçados de caminhos, calçadas, composições em seixos e desenhos geométricos em pedras portuguesas. A disposição de volumes, em sua concepção original, oferece recantos mas prioriza, notadamente, a visão desimpedida da paisagem (GIRÃO, 2011).



Figura 7: Vista Aérea do Aterro do Flamengo. Ano: 2008.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rio-Aterro-Flamengo-Gloria.jpg>

Especial atenção deve ser dada às obras de Roberto Burle Marx, renomado arquiteto e paisagista, que na opinião de Macedo (1999), possuía um desenvolvimento expressivo e bastante particular. Suas obras são caracterizadas pelo uso intenso da vegetação tropical, utilização de pisos de cores diversas, desenhos variados e programas diferenciados, em relação aos utilizados na Europa e nos Estados Unidos.

A Linha Contemporânea, que a partir de 1970, tem novos posicionamentos do ponto de vista ecológico e onde surgem novas organizações para os espaços livres, os quais são permitidos a utilização de antigos ícones do passado.

Na opinião de Macedo (1999), os primeiros parques contemporâneos são representados pela: Praça Itália (1990) em Porto Alegre, o Parque das Pedreiras (1989) e o Jardim Botânico (1991), ambos em Curitiba; são parques que se apresentam com característica pós-moderna, pois elementos do Ecletismo passam a ser reincorporados, bem como influências de ideias desconstrutivistas e simbólicas, advindas de projetos realizados na Europa e nos Estados Unidos, dentre eles, o Parc de La Villete (Figura 8) e o Parque Juan Carlos (Figura 9) em Madri.



Figura 8: Parc de La Villette, Geode, Paris. Ano: 2011.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Parc_de_la_Villette_Geode.jpg



Figura 9: Parque Juan Carlos, Madrid, Spain. Ano: 2007.

Fonte:

http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/cd/Parque_Juan_Carlos_I_View_from_My_sky_home-Madrid.jpg

O autor ressalta ainda que o final do século XX apresentou um crescimento significativo quanto ao desenvolvimento da arquitetura paisagística e ao planejamento da paisagem, tal

progresso se deu não só na esfera pública através de projetos ambientais, como também na esfera privada, aplicados em empreendimentos imobiliários e turísticos.

Macedo (2003) esclarece que, somente a partir do século XX, os parques que antes tinham funções contemplativas, introduzem novas características, surgindo novas denominações como parques ecológicos (se tornaram conhecidos na década de 1980) com a função de conservação de recursos naturais; parques de lazer com a implantação de brinquedos eletrônicos e mecânicos e parques temáticos criados a partir de espaços cenográficos; estes últimos, surgiram em 1955, a partir da inauguração da Disneylândia (em Anaheim, na Califórnia).

Scalise (2002) complementa que os parques urbanos dos países em desenvolvimento, em especial os parques europeus e americanos, tem influenciado muito as ideias dos paisagistas nos países em desenvolvimento e afirma também que não existe um modelo de parque ideal que atenda às diferentes necessidades de usuários, cidades e países.

2.2 O Parque do Século XXI

“A cidade do século XX foi marcada pelo surgimento de novos lugares voltados para o espetáculo e entretenimento”. Dias (2005) explica que essa afirmação, baseia-se no fato de que tal processo gerou novos valores a elementos como ruas, calçadas, praças e espaços públicos, e que diante do caos urbano, da violência, da velocidade dos automóveis e da vida agitada das grandes cidades, a tendência se revela cada vez mais em criar espaços que se voltam mais para si do que para a cidade.

Em pleno início do século XXI, o autor questiona que através de espaços climatizados e protegidos, tenta-se criar espaços públicos, ligados à lógica do consumo, como por exemplo, shoppings centers, museus e hipermercados que assumindo grandes qualidades, deixam a própria cidade “esquecida”, na medida em que se vê sem investimentos públicos ou privados destinados à melhoria de seus espaços públicos.

Contrária a opinião de Dias, Scocuglia (2009) afirma que o parque do século XXI procura recriar as condições naturais dentro da paisagem urbana, transformando estes espaços em locais de sociabilidade e contato com a natureza.

São lugares de socialização para jogos e atividades esportivas. Sua provisão é função das municipalidades, em geral, surgem a partir da existência de áreas verdes vazias nas cidades em crescimento, de sua presença nos planos urbanísticos e, ainda, da tendência contemporânea que reivindica a presença dos parques e áreas verdes como espaços propícios ao lazer saudável, à sociabilidade pública e ao equilíbrio entre meio ambiente natural e construído (SCOCUGLIA, 2009).

Segawa (1996), antes mesmo desse pensamento contemporâneo, já possuía uma teoria a respeito da natureza, da paisagem e do jardim público:

A natureza, a paisagem, o jardim público, nada significam por si. São os humanos que atribuem significados que vão qualificar as imagens, os objetos. Somente uma experiência prévia, uma leitura qualificadora anterior, permite apreender certas características inventadas por homens e mulheres. Elas transcendem a pura intuição, são construções de criatividade. A natureza, a paisagem, os jardins são entidades demasiadamente complexas, estimulantes e dispersivas para serem prontas e diretamente assimiladas pela sensibilidade humana (SEGAWA, 1996, p.223).

Além dos parques ecológicos, parques de lazer e parques temáticos, já conhecidos desde o século XX, os atuais parques urbanos vem incorporando novas características em seus usos e sistemas de planejamento. Crazn e Boland, citados por Velez Restrepo (2009), mencionam o *parque sustentável*, cuja principal preocupação é definir as contribuições de maneira a tornar as cidades mais sustentáveis e ecologicamente equilibradas. Afirmam ainda que o que difere o parque sustentável dos demais parques urbanos são as características gerais ou atributos como: a utilização de materiais, os recursos utilizados, o modelo da construção, os aspectos operacionais, físicos e sociais, os custos de manutenção, reciclagem, redução de ruído e poluição, conservação da vegetação e contribuição para o bem-estar e saúde da população.

Com a chegada dos parques sustentáveis, os parques ecológicos recebem uma nova estética e uma nova maneira de ver a natureza, pois estes passam a ser inseridos em pequenos locais nas cidades, propondo maior contato do cidadão com a flora e a fauna da região. Exemplo disso são as comunidades da Inglaterra e Estados Unidos, cujos parques ecológicos, conhecidos como “Urban Wilds” que independente de suas dimensões, se localizam em áreas remanescentes no interior das cidades; apesar de ser uma iniciativa por parte dos moradores, o

poder público não é liberado de suas obrigações de “[...] preservar, implantar e manter as áreas livres e verdes nas cidades, mas aponta para mais uma maneira de se conseguir a reconstituição da natureza na cidade de forma independente e complementar ao poder público” (LIMA citado por RIBEIRO, 2004, p.142).

Adeptos de se agruparem várias funções em um mesmo espaço público, apresentam-se também os chamados *parques tecnológicos ou científicos*, cuja ideia é atender ao mesmo tempo universidades, centros de pesquisa e empresas inovadoras. Hoffmann, Mais e Amal (2010) explicam que estes tipos de parque são classificados em três gerações: a primeira teve início na década de 1960, inspirada nos modelos da Universidade de Stanford e das universidades americanas; a segunda geração permanece como uma extensão das universidades, sendo que a base é formada por empresas inovadoras em crescimento; e por último a terceira geração, que em pleno século XXI oferece um conjunto mais complexo de serviços inovadores. “Uma diferença chave desta geração de parque é a sua natureza urbana, a qual integra o parque a uma ampla faixa de atividades socioeconômicas e culturais” (HOFFMANN; MAIS e AMAL, 2010).

Dias (2005), afirma que nas últimas décadas, cidades como Barcelona, Berlim e Paris são fortes candidatas a criarem a marca urbana do século XXI, pois tais cidades, em função das grandes urbanizações, vem criando espaços públicos voltados ao encontro de pessoas das mais diversas culturas. Surge assim um novo conceito urbano: a cidade espetáculo, onde o espaço público se apresenta com o intuito de recuperar a sua identidade histórica, através da recuperação de áreas esquecidas, abandonadas ou desvalorizadas.

A vontade de transformar cada cidade em novos lugares da cultura mundial, seja ela um grande centro histórico e cultural [...] ou mesmo alçar as pequenas cidades aos holofotes da mídia [...] é a marca destas novas urbanizações europeias, que se completam com objetos espetáculos urbanos, ou seja, novos prédios, parques e espaços públicos [...] (DIAS, 2005).

Embora nos países desenvolvidos estejam ocorrendo grandes reestruturações nos parques urbanos, tal transformação não tem se estendido nos países sul-americanos, em especial no Brasil. “[...] a existência de espaços públicos é pequena e seu uso é bem tímido, e às vezes elitizado [...]” (DIAS, 2005). Segundo o autor, a criação e construção destes espaços é pouco valorizada e as políticas públicas voltam seus esforços para a criação de espaços mais rentáveis e destinados ao entretenimento semi - público ou privado.

Além dos poucos investimentos quanto à concepção e gestão dos parques brasileiros, Macedo (2003) ressalta a inconsistência dos projetos, os programas falhos, a baixa qualidade dos materiais empregados, a execução precária, além de:

Atos de depredação pelos usuários e por vândalos, invasão de terras, poluição das águas, cessão de áreas para a construção de feiras de gado, construção de prédios públicos e grandes avenidas, desmatamentos e devolução de áreas de parque a antigos proprietários fazem parte do cotidiano urbano. Projetos incompletos, amadorismo técnico, má vontade administrativa, corrupção, desvio de verbas, posturas incorretas diversas, algumas até de caráter messiânico, pois pretendem expulsar o usuário em favor da vegetação, colaboram para a baixa qualidade de muitos logradouros e muitas vezes para sua destruição parcial ou total (MACEDO, 2003, p.54-55).

Mongin (2013) afirma que as cidades brasileiras não podem ser compreendidas apenas como um conjunto de edificações residenciais ou comerciais, os espaços abertos como ruas e praças precisam ser considerados e que infelizmente o processo de urbanização tem feito exatamente o contrário, fechando-se em si mesmo.

As cidades brasileiras precisam achar a melhor forma de lidar com as variedades de seus espaços verdes e estimular a preservação deles [...] e que os parques são os lugares onde os habitantes vão caminhar, respirar ar puro [...] Acho incrível a iniciativa de se fechar o Parque do Flamengo aos domingos para os carros. Durante a noite, no entanto, tudo volta ao normal, e prioriza-se os carros. Esse pensamento está errado (MONGIN, 2013).

Na opinião de Friedrich “[...] as cidades não podem se limitar a oferecer um patrimônio fixo, através de seus prédios, parques e praças” (FRIEDRICH, 2007, p.119). Ao contrário, estas devem proporcionar acontecimentos, pois as pessoas tem necessidade de movimento; neste caso o papel do entorno é oferecer suporte quanto aos serviços, enquanto o parque deve ser o palco, local de manifestações artísticas e culturais a ser projetado dentro e fora do contexto da cidade, atraindo assim novos usuários.

2.3 Os Parques Lineares

Em consonância com os parques ecológicos e parques sustentáveis, surgem os parques lineares também com características de preservação e recuperação ambiental. Como equipamentos, os parques lineares são utilizados como instrumentos de recuperação das áreas marginais aos cursos d'água, “[...] buscando conciliar tanto os aspectos urbanos e ambientais presentes nestas áreas como as exigências da legislação e a realidade existente” (FRIEDRICH, 2007, p.43).

Toda cidade possui áreas urbanas que se encontram em estado de degradação ou que por si só representam uma problemática para a cidade. Com os projetos de requalificação urbana cada vez mais utilizados, áreas que antes traziam descrédito à cidade passam a imprimir uma nova imagem à mesma, gerando uma melhoria na qualidade de vida aos cidadãos, e ao mesmo tempo reaproveitam, como em alguns casos, áreas antes mesmo abandonadas (ARANTES, 2010, p.502).

Friedrich (2007) afirma que aos parques lineares são conferidas funções de drenagem, proteção e manutenção do sistema natural; lazer, educação ambiental e coesão social; estruturação da paisagem urbana; desenvolvimento econômico; função política e função de corredor multifuncional.

[...] o parque linear insere as necessidades urbanas de promoção recreacional, educacional e de coesão social, podendo oferecer uma diversidade de atividades de recreação de baixo custo para a população. No que se refere aos aspectos sócio-culturais, o parque deve englobar principalmente ações de educação ambiental, cidadania, culturais e de pesquisa, além dos usos mais frequentes tais como lazer ativo e contemplativo e a circulação não motorizada” (SEARNS, FRISCHENBRUDER e PELLEGRINO citados por Friedrich, 2007, p.61).

Bonduki e Ferreira (2006) acrescentam que o parque linear se caracteriza por apresentar uma intervenção urbanística associada à rede hídrica nos fundos de vale, cujos objetivos são: proteger ou recuperar os ecossistemas às margens dos cursos d'água; interligar áreas verdes e espaços livres; controlar as enchentes e adaptar áreas verdes para o lazer. Os autores salientam que devido às suas características associadas à rede hídrica, o parque linear além de atender funções de lazer e sociabilidade, deve considerar também as finalidades paisagísticas e ecológico-ambientais.

Os espaços com finalidades paisagísticas visam permitir a contemplação e função, onde são exemplos: “[...] mirantes, jardins, arborização ou ajardinamento de canteiros centrais ou laterais de avenidas.” Já as finalidades ecológico-ambientais são destinadas à preservação,

conservação ou recuperação das condições biofísicas, à proteção da fauna, flora e solo. “São exemplos de espaços livres e áreas verdes com finalidades ecológico-ambientais: Unidades de Conservação em geral, Áreas de Preservação Permanente – APP’s associadas à rede hídrica e a terrenos sujeitos à erosão e bairros verdes” (BONDUKI, FERREIRA, 2006, p.06).

Scalise (2002) explica que inicialmente os parques lineares foram desenvolvidos para uso recreativo, e que por se tratar de um corredor verde ao longo dos córregos, se tornaram opções para se chegar a diferentes lugares como escola e trabalho, além de ser ponto de ligação entre áreas esportivas, culturais e de lazer. Paralelo à opinião anterior, Bartalini (2009), completa que são muitos os benefícios ambientais: a permeabilidade do solo e a proteção das margens; maiores possibilidades de acesso à rede de espaços equipados para o lazer.

Se encarados sob o aspecto da organização da paisagem, os espaços verdes junto aos talvegues destacam visualmente as linhas definidoras do sítio urbano. Assim, conjugam-se e reforçam-se mutuamente os proveitos que podem advir da sobreposição das áreas verdes à rede hídrica (BARTALINI, 2009).

Marcus e Francis citados por Friedrich (2007), expõem algumas vantagens da tipologia linear:

- o perímetro alongado estimula atividades esportivas como caminhada, corrida e ciclismo;
- a largura estreita promove a sensação de maior segurança, devido a visualização da superfície do parque;
- aproveitamento de espaços ociosos que geralmente se encontram degradados, abandonados ou invadidos;
- os usuários dos parques podem usufruir de uma paisagem verde contínua por um período de tempo mais prolongado;
- a forma linear permite uma melhor separação entre os equipamentos de lazer e esporte;

E também ressaltam algumas desvantagens como:

- o ruído interno provocado pelos usuários do parque podem incomodar os vizinhos e o ruído externo provocado pelos veículos que margeiam o parque podem incomodar as pessoas que se utilizam do parque;
- podem ocorrer conflitos de ordem física entre os usuários do parque, como por exemplo, pedestres, crianças, ciclistas e pessoas com animais entre os veículos motorizados que atravessam os cruzamentos;

- a largura estreita do parque pode não agradar os usuários, mediante o trânsito e moradias adjacentes.

A maioria dos cursos d'água estão poluídos e poucos são aqueles cujas margens não estão invadidas, Bartalini (2009) afirma que diante do atual quadro dos fundos de vale, são muitas as dificuldades para a consecução dos parques lineares. Esclarece também que a transformação destas áreas em parques, exigem maiores articulações entre as políticas de infraestrutura e habitação social, sem contar com a influência da especulação imobiliária.

[...] se formarem conjunções favoráveis é quase certo que a implantação dos parques juntos aos rios estará sujeita às vicissitudes do mercado, que definirá onde, quando e quanto fazer. Os bilros que urdem esta rede estão em mãos invisíveis. Não se sabe o desenho que resultará, nem se haverá rede (BARTALINI, 2009).

Bonduki e Ferreira (2006) também concordam com a afirmação anterior, ao defenderem que a implantação do parque linear exige uma melhor gestão pública que de fato aplique os recursos a curto e médio prazo, pois além das atuais políticas,

A Implantação dos Parques Lineares não é possível em grande parte dos fundos de vale em função das características de ocupação do município. Grande parte destas áreas já estão ocupadas por vias de fundo de vale, com a ocupação urbana chegando até a via, sem espaços livres. Grande parte está ocupada por ocupações irregulares e/ou favelas, dependendo de outros tipos de ações prioritárias tais como reurbanização com saneamento ambiental (que pode ou não levar à implantação de parque no fundo de vale) (BONDUKI, FERREIRA, 2006, p.06).

Durante a concepção, planejamento e execução dos parques lineares, Scalise (2002), propõe que devem ser levados em consideração os seguintes pontos:

- a área em questão deve estar conectada com os bairros onde o parque está inserido, oferecendo conexões adicionais com possíveis lugares de interesse como: espaços de cultura, lazer e cursos profissionalizantes, feiras e exposições;
- o parque deve garantir segurança a seus usuários, através de policiamento com técnicos equipados e câmaras de segurança, evitando assim os perigos de isolamento e desconexões dos tradicionais parques urbanos;
- o espaço deve ser fiscalizado pelos diversos setores: autoridades, técnicos, usuários e vizinhança.

A autora ressalta também que por se tratar de um elemento de fácil acesso, este não deve beneficiar somente um lugar da cidade, que devem ser realizados fóruns públicos,



comunicações e informações durante todo o processo e que as implantações destes parques tendem a não funcionar quando a população não é consultada e quando as propostas não são discutidas.

[...] ao ir se desenvolvendo a ideia de parque linear e analisando em termos de novos enfoques ecológicos, descobre-se outra função possível, a de regeneração natural, podendo representar um jardim contínuo, linha contínua de tecido vivo e saudável, de experiência direta com a natureza, que foi perdida na era industrial. Trata-se de um singelo passo para a regeneração da vida e do meio ambiente para que a cidade continue habitável (SCALISE, 2002).

Por fim, os projetos paisagísticos dos parques lineares devem considerar as funções e usos específicos, os aspectos sócio culturais, enfocando a participação dos usuários de modo a refletir o modo de vida da população. No Brasil, temos como exemplos de parques: o Parque Linear de Uberlândia (Figura 10), Parque Linear do Rio Verde em São Paulo (Figura 11), o Parque Linear do Cajuru em São Paulo (Figura 12), dentre outros.

Figura 10: Parque Linear de Uberlândia. Ano: 2010.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1052855>



Figura 11: Parque Linear do Rio Verde, São Paulo. Ano: 2011.

Fonte: <http://wikimapia.org/13645615/pt/Parque-Linear-do-Rio-Verde>.



Figura 12: Parque Linear do Cajuru, Curitiba. Ano:2010.

Disponível em:

<http://www.gazetadopovo.com.br/imobiliario/conteudo.phtml?id=1030723&tit=Valorizacao-crescente>

Nos dias atuais, percebe-se que os parques públicos requerem maiores atenções quanto ao seu planejamento e gestão, e que devido à sua grande importância para o desenvolvimento cultural, físico e mental da sociedade, são necessárias instituições que atendam aos anseios da população, mantendo entre si uma estreita relação sujeita à possíveis discussões e futuras mudanças. Tendo em vista o número crescente de pessoas que buscam por este tipo de paisagem, estes espaços requerem uma maior qualidade formal e espacial.

Diante da preocupação de tornar as cidades mais sustentáveis e ecologicamente equilibradas, o parque deve se adaptar a essas transformações, por meio de técnicas e materiais utilizados, garantindo a conservação da vegetação e dos recursos hídricos. Planejar um parque não é copiar um modelo de determinada linha projetual, cidade ou país, é antes de tudo entender as suas relações com o entorno, com a população envolvida, com o histórico em que se insere. O parque deve ser o palco dos acontecimentos, das manifestações, das novas ideias, deve ser ponto de novas relações sociais, promovendo assim o direito à cidade.

Para que se estabeleça uma profunda interação entre a cidade e a natureza, tais propostas não devem se limitar somente aos parques mas sim a todas as áreas verdes livres, pois só o conjunto destas é capaz de interligar as mais diversas funções, promovendo o bem-estar e saúde da população e conseqüentemente melhorando o modo de vida de uma cidade.

CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CASO – PARQUE LINEAR MACAMBIRA ANICUNS

Discutir sobre o Parque Linear Macambira Anicuns, objeto deste capítulo, requer primeiramente uma rápida explanação sobre a configuração de Goiânia, bem como o seu processo de urbanização, fato de extrema importância para maior compreensão sobre os planos e traçados da cidade.

Estevam (1997) afirma que o nível de desenvolvimento de cada cidade está condicionado a evolução sócio econômica do país e que a localização, a ocupação demográfica, os níveis de produção e tecnologia, o regime de apropriação fundiária, os recursos naturais são variáveis que podem atrasar ou acelerar mudanças de ordem sócio econômica regional, ressaltando que as transformações no Brasil ocorreram de formas diferenciadas, sendo cada região ordenada com valores e símbolos próprios.

Como disse anteriormente o autor, as transformações ocorridas em cada região e conseqüentemente em cada cidade, diferem entre si, segundo as mudanças sociais e econômicas. Assim, antes de discorrer sobre os parques urbanos de Goiânia, é preciso analisar como se deu o processo de formação da capital goiana, e se ao planejar o traçado da cidade, já havia preocupação por parte dos urbanistas em considerar o sistema de áreas verdes, como por exemplo os parques urbanos. Será que a proposta de construir um parque linear é algo novo, ou já existia desde os primeiros traçados urbanísticos da cidade?

3.1 A Gênese de Goiânia e seus parques urbanos

Com o desenvolvimento do capitalismo no país e o processo de industrialização do Centro Sul, surge segundo Ribeiro (2004), a necessidade de novas terras; nesse cenário Goiás foi incluída durante a expansão da economia cafeeira, devido à sua localização geográfica e terras férteis, pois estava próxima à divisa com Minas Gerais e ocupava posição estratégica

entre as regiões Sul e Sudeste do Estado, consideradas porta de entrada da produção capitalista.

Estevam (1997) afirma que a descoberta do ouro em Goiás no ano de 1722, teve grande importância na ocupação do território goiano, pois antes do descobrimento, a única modalidade produtiva que existia era a dos silvícolas nativos. Com o aumento das descobertas auríferas, o Estado português sentiu a necessidade de se aproximar com seu aparato administrativo.

A primeira região ocupada foi a do Rio Vermelho, onde se edificou o Arraial de Sant'Ana – chamado posteriormente Vila Boa e depois, como é hoje, Goiás – que foi, durante duzentos anos, a capital do território. Nessa região foram erguidos os povoamentos mais antigos e importantes do período da mineração, coincidindo com a localização das maiores concentrações auríferas em torno dos Montes Pirineus e da Serra Dourada (ESTEVAM citado por MARTINS JÚNIOR, 2007, p.49).

Martins Júnior (2007) explica que no século XVIII, a decadência da mineração devido o esgotamento das jazidas, leva a capitania de Goiás a entrar em crise, gerando emigração para outros territórios por parte da população branca, enquanto a maioria dos mineradores e escravos permaneciam no território goiano, morando em arraiais e vilas construídos durante o período aurífero. Ao longo do século XIX a população em Goiás aumentou de forma considerável, se configurando ao final do século, como um “[...] mosaico de diferenciadas “ilhas” de moradores no alongado território (ESTEVAM, 1997, p.37) e tendo como característica básica a ruralização.

Com relação à Goiânia, a sua construção se deu em 1933, em função da transferência da capital do Estado da cidade de Goiás, que segundo Ribeiro (2004), teve como determinantes os principais fatos: “[...] a luta pelo poder político e econômico e o desejo de inserção no processo de acumulação capitalista por parte das oligarquias do sul e sudeste do Estado” (RIBEIRO, 2004, p.17). A autora afirma ainda que Goiânia foi orientada por quatro planos diretores oficializados, em conjunto com as leis de parcelamento e uso do solo:

- de 1933 a 1935: o plano original é elaborado pelo arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima,
- de 1935 a 1937: o plano é alterado pelo engenheiro e urbanista Armando de Godói;
- de 1959 a 1962: o plano é desenvolvido pelo arquiteto Luís Saia, *mas não foi oficializado* devido à desconfianças por considerar o projeto produto de um comunista, cujo movimento político se referia à Revolução de 1964.

- de 1967 a 1969: desenvolvido pelo arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm e oficializado em 1971.
- de 1989 a 1992: desenvolvido pela Engevix Engenharia S.A., oficializado em 1994 e em vigor.

Moysés e Santos (2009), demarcam a urbanização de Goiânia em três movimentos, que levam em consideração não só os planos urbanísticos, como também os aspectos sociais, econômicos e políticos de cada período:

- de 1933 a 1950: além da elaboração do plano original por Atilio Corrêa Lima e alteração por parte de Armando de Godói, são destacados também a passagem do Estado Novo para um Estado com ideias liberais;
- de 1951 a 1979: um novo processo de urbanização é consolidado. Neste período o Estado prioriza a construção da cidade, embora seja um planejamento sem qualquer forma de controle quanto ao seu crescimento. A população pobre emerge, são os chamados sem teto que por meio de movimentos organizados, invadem os vazios urbanos reservados pela especulação imobiliária; tais acontecimentos se firmam em especial na região Noroeste de Goiânia;
- de 1980 a 1992: esse período é marcado pelo movimento das invasões em contrapartida à ação do Estado, que passa a atuar de maneira ilegal, atendendo aos interesses do capital imobiliário. Para tentar “amenizar” a situação, o Estado adquire fazendas nos entornos da cidade, a serem destinadas à construções de conjuntos habitacionais, em cujas unidades são empregados materiais e técnicas de baixa qualidade. Colocando a população pobre nas áreas rurais e distantes da cidade, o Estado já promovia a segregação social, além de deteriorar grandes áreas de reserva ambiental e comprometendo o abastecimento de água da cidade.

Moysés e Silva (2008) explicam que só a partir da década de 1990, houve uma preocupação quanto à preservação do cerrado, onde governos e setores organizados da sociedade começaram a discutir sobre o usos de tecnologias, a utilização dos recursos hídricos, a extração de produtos vegetais e o ecoturismo, de maneira a promoverem um desenvolvimento sustentável.

Apesar de tais iniciativas serem recentes, no traçado urbanístico original de Goiânia, já havia uma certa preocupação quanto à preservação e manutenção dos recursos hídricos, embora tenha havido muitas alterações ao longo da sua formação. Ribeiro (2004) explica que na concepção da cidade, o arquiteto e urbanista Atilio Corrêa Lima adotou como referências projetuais as cidades-jardim de Howard e a cidade industrial de Tony Garnier. Mas qual era a

concepção urbanística de Howard? Quais influências se refletiram no traçado da capital goiana?

A concepção urbanística de Howard, no bojo dos desafios representados pela ruptura da industrialização com o modo medial de produção, reflete uma expressão dialética da evolução, em novo estágio, do desenvolvimento humano. Os diagramas elaborados por esse urbanista mostram um modelo em asterisco ou circular –concêntrico de cidade dividida em seis setores, por seis bulevares (avenidas largas arborizadas), que se irradiam num parque central e se estendem até o perímetro externo, constituído por um eixo viário, que, após envolver a cidade, faz a ligação com o meio rural. Cinco avenidas concêntricas ao parque central completam a estrutura viária da cidade-jardim (MARTINS JÚNIOR, 2007, p.41).

Entretanto, Martins Júnior (2007) questiona que a literatura urbanística sobre as influências de Howard no desenvolvimento das cidades brasileiras, é ainda pouco profícua e que em se tratando de Goiânia, a literatura evidencia que tais influências se restringiram a apenas um bairro da cidade, no caso o Setor Sul. Apesar de tais questionamentos, o autor afirma que já havia uma preocupação com o sistema de áreas livres no plano original da cidade, formado por parques públicos, praças, estacionamentos arborizados, playgrounds, vias públicas e áreas destinadas ao esporte.

Em 10 de janeiro de 1935, foi apresentado ao Estado de Goiás, um relatório final do Plano Original realizado por Atílio e que continha dados importantes como: a escolha do local, o traçado da cidade, o sistema de vias e espaços livres, cursos d'água, saneamento e controle dos loteamentos. Guimarães (2010) descreve que no relatório, já havia proposta de implantação de parques (Figura 13), preservação dos cursos d'água visando o abastecimento das cidades, bem como evitar futuras especulações imobiliárias.

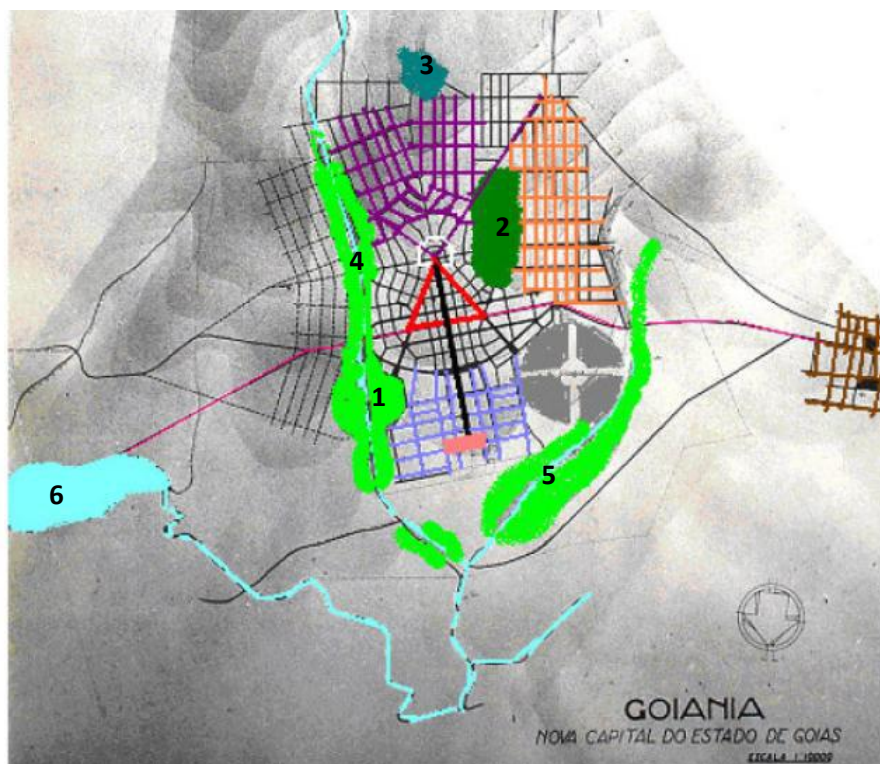


Figura 13 – Implantação do Traçado Urbano de Atílio Corrêa Lima para Goiânia – 1933

Fonte: Guimarães, 2010, p.25

LEGENDA

1. Parque Botafogo
2. Parque dos Buritis
3. Parque das Paineiras
4. Parkway Botafogo
5. Parkway Capim Puba
6. Parque Aquático Jaó

“(…) foi definido um importante elemento urbanístico no plano da cidade, qual seja, as unidades de conservação de uso indireto do solo das cabeceiras e margens dos mananciais hídricos de Goiânia. Essas unidades foram gravadas no memorial descritivo e nas plantas do PUG com os respectivos nomes dos cursos d’água: o Jardim Botânico e o Parque Linear Botafogo; o Parque Areião e o Parque Linear Areião; os parques da nascente e das margens do Capim Puba; o Parque dos Buritis e o Parque Aquático Jaó, no Rio Meia Ponte (...)” (MARTINS JÚNIOR, 2007, p.69)

Apesar da preocupação quanto a preservação dos cursos d’água, ocupação do solo, zoneamento nos estudos urbanísticos originais, Goiânia se apresenta, no início do século XXI, com elevada taxa de crescimento; Ribeiro (2004), ressalta que a população está estimada em torno de 1.200.000 pessoas, e que a cidade apresenta uma série de problemas advindos da especulação imobiliária, que resultaram no extermínio de várias áreas públicas, em particular

nas áreas verdes das praças, parques e fundos de vale, alterando de maneira considerável as características físicas e ambientais da cidade. A autora destaca também que “[...] apesar de suas inúmeras contradições, é realmente, dentre as capitais do país, uma das que apresentam melhores condições físicas e urbanas, proporcionando uma boa qualidade de vida” (RIBEIRO, 2004, p.56).

“Goiânia possui uma superfície coberta por 116,303 milhões de m² de espaços livres” (MARTINS JÚNIOR, 2007, p.157), baseado em estudos realizados pelo autor verificou-se que o sistema de espaços livres na cidade é rico e diversificado e que apresenta os seguintes valores percentuais: “[...] 44,84% de área verde particular, 16,21% de equipamento público, 11,68% de parque linear, 10,95% de parque, 2,72% de espaço livre público, 2,65% de praça, 2,21% de verde de acompanhamento viário, 1,47% de jardim de representação/outras e 0,52% de cemitério (Idem, p.159).

Segundo dados da AMMA (Agência Municipal do Meio Ambiente), os parques e bosques somam um número de 191 unidades, divididos nas regiões: Central, Norte, Sudeste, Sul, Macambira / Cascavel, Sudoeste, Oeste, Mendanha, Noroeste, Vale do Rio Meia Ponte e Campinas. Dado a grande quantidade de unidades de conservação, nosso objeto de estudo se restringirá à Região Macambira Cascavel, mais especificamente no Setor Faiçalville, onde se localiza o início do Parque Linear Macambira Anicuns, cuja implantação se iniciou em Março de 2012.

3.2 Parque Linear Macambira Anicuns

O Parque inicia-se nas nascentes do Córrego Macambira, região Macambira Cascavel de Goiânia e se estende até a ponte da Avenida Goiás Norte, nas imediações do Setor Urias Magalhães (Figura 14), com extensão aproximada de 24km e largura mínima de 30m de cada margem, perfazendo uma área total de 360 hectares. Sua abrangência envolve não só as margens do Córrego Macambira e Ribeirão Anicuns, como também prevê a proteção dos Córregos Pindaíba, Buriti, Cascavel e Santa Helena, sendo que a implantação deste parque, juntamente com o Parque Ambiental da Pedreira e Parque Ambiental Macambira beneficiarão cerca de 131 bairros e 350.000 habitantes envolvidos considerando áreas limítrofes de até 500m do parque.

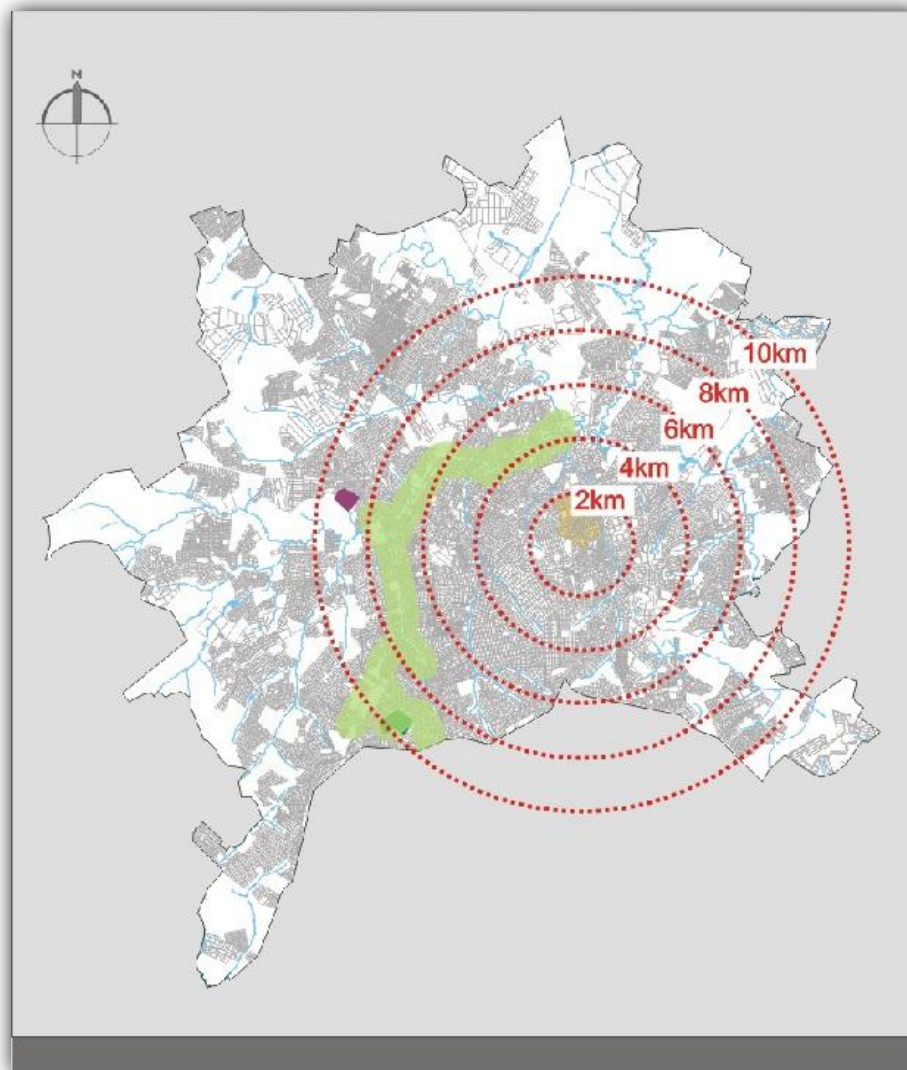


Figura 14 - Mapa de Abrangência do Município de Goiânia

Fonte: <http://www.goiania.go.gov.br/download/puama/apresentacaonovo.pdf>

LEGENDA

- Parque Linear Macambira Anicuns
- Região Central de Goiânia
- Parque Ambiental Urbano Macambira
- Parque Ambiental Urbano da Pedreira

O Planejamento do Parque Linear junto aos Parques Ambientais, fazem parte do Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns (PUAMA), que se constitui num projeto de intervenção, visando a qualificação do espaço urbano sob a ótica ambiental, urbanística e

social, através de ações a serem implementadas em algumas regiões do município de Goiânia. Jessé Alexandre da Silva e Garcia Netto (2008), defendem que a cidade deve respeitar as leis ambientais “[...] reinventando um espaço urbano para o cidadão e estabelecendo seu lazer, recreio e cenário social saudável com a natureza dentro de uma proposição sensível de sustentabilidade urbana”.

As ações propostas pelo PUAMA são desenvolvidas e implantadas pela Prefeitura Municipal de Goiânia – PMG, por meio da Unidade Executora do Programa – UEP. O Programa é formado por três esferas: organização urbano ambiental, consolidação da infraestrutura de bairros incluídos no programa e a sustentabilidade ambiental e social.

Em se tratando da execução das obras e aplicação das ações, a área de intervenção do PUAMA, foi dividida em 11 setores (Figura 15).



Figura 15- Setorização Parque Linear Macambira Anicuns

Fonte: <http://www.goiania.go.gov.br/download/puama/apresentacaonovo.pdf>

Como dito anteriormente, apesar das obras terem se iniciado em Março de 2012 (Setor 01), em outubro do mesmo ano, houve a paralisação das obras pela empresa contratada (Construtora EMSA), sendo realizado em junho de 2013, a rescisão contratual. Segundo informações de técnicos do PUAMA, durante a realização dos projetos, foram retirados do escopo das ações, o setor 4, devido ao alto valor de execução, embora haja previsão de nova inclusão deste setor, durante o reinício do processo licitatório das obras.

3.2.1 Aspectos Urbanísticos e Propostas de Intervenção

Para a definição das propostas de Intervenção, foram realizados estudos acerca dos aspectos urbanísticos característicos de cada trecho. Segundo o PUAMA, a definição sobre os limites do Parque Linear, adotou os seguintes critérios:

- Limite mínimo de 30m (de cada margem) previsto na Legislação Federal e no Plano Diretor;
- Estudo da mancha de inundação, considerando como tempo de recorrência 50 anos;
- Estudo das vias de contorno, baseadas na topografia, encabeçamento das obras de arte e desenho geométrico do sistema viário;
- Implantação de portais estratégicos de acesso;
- Incorporação de áreas verdes privadas preservadas;
- Incorporação de áreas privadas com implantação de equipamentos de lazer, culturais, etc.;
- Fatores econômicos.

Como exemplo de estudo destes aspectos, cita-se o Setor Faiçalville, pertencente ao Setor 01 das Obras e Ações (Figura 16).

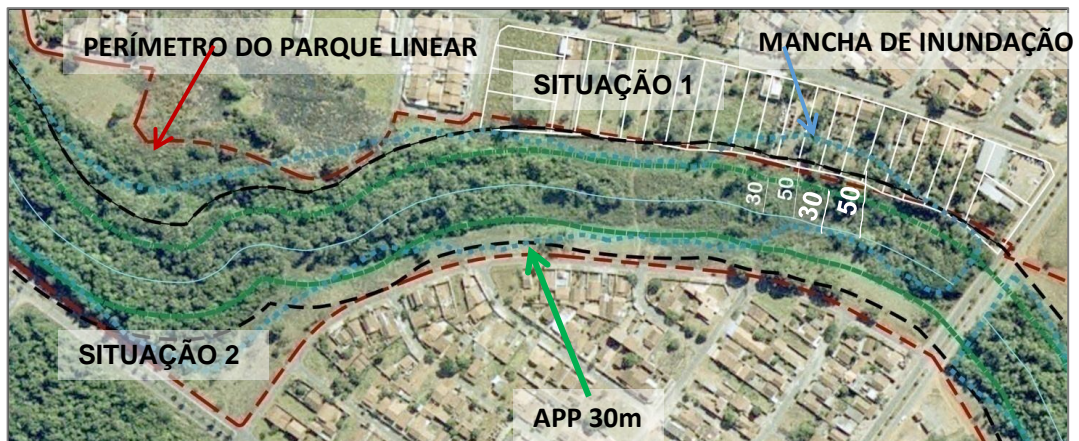


Figura 16 - Vista Aérea - Setor Faiçalville

Fonte: <http://www.goiania.go.gov.br/download/puama/apresentacaonovo.pdf>

Na situação 1, os lotes se apresentam contíguos a área pública municipal, nesse caso, a recomendação é implantar sobre a área pública municipal, uma via limítrofe, enquanto que na situação 2 (Figura 17), há lotes sem construções e com mata remanescente, inseridas na APP (Área de Proteção Permanente) de 50m, nesse caso a recomendação é desapropriar estes lotes até o limite da via existente para preservar a mata.

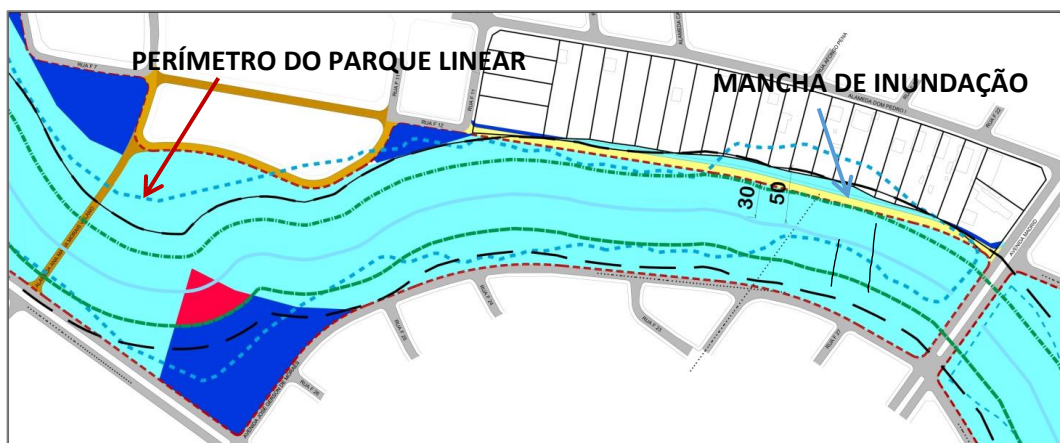


Figura 17- Mapa c/ cota de inundação

Fonte: <http://www.goiania.go.gov.br/download/puama/apresentacaonovo.pdf>

LEGENDA

- PROPOSTA DESAPROPRIAÇÃO DENTRO DA APP DE 30m
- PROPOSTA DESAPROPRIAÇÃO FORA DA APP
- ÁREA PÚBLICA

Segundo o Manual de Procedimentos (2011), além dos aspectos legais na delimitação da faixa destinada à APP deverão ser considerados os seguintes instrumentos:

- Carta de Risco do Município de Goiânia;
- Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE do Município de Goiânia;
- Delimitação dos topos de morros e encostas;
- Banco de dados de curvas de nível;
- Levantamento aerofotogramétrico (julho de 1998);
- Áreas com declividade superior a 40%;
- Delimitação das cotas de inundação das mananciais hídricos.

Definidos os limites do parque, segue-se para as propostas de intervenção (Figuras 18 a 27), bem como os equipamentos que serão construídos em cada setor de obras:

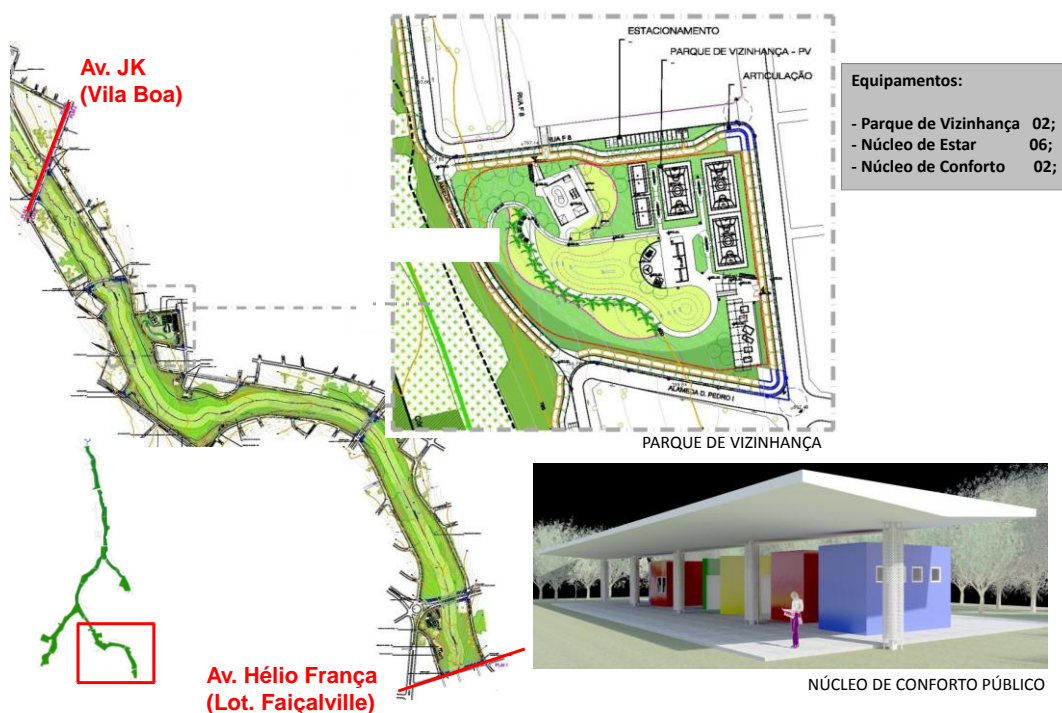


Figura 18 - Setor 01 (extensão de 2,98km)

Fonte: <http://www.goiania.go.gov.br/download/puama/apresentacaonovo.pdf>

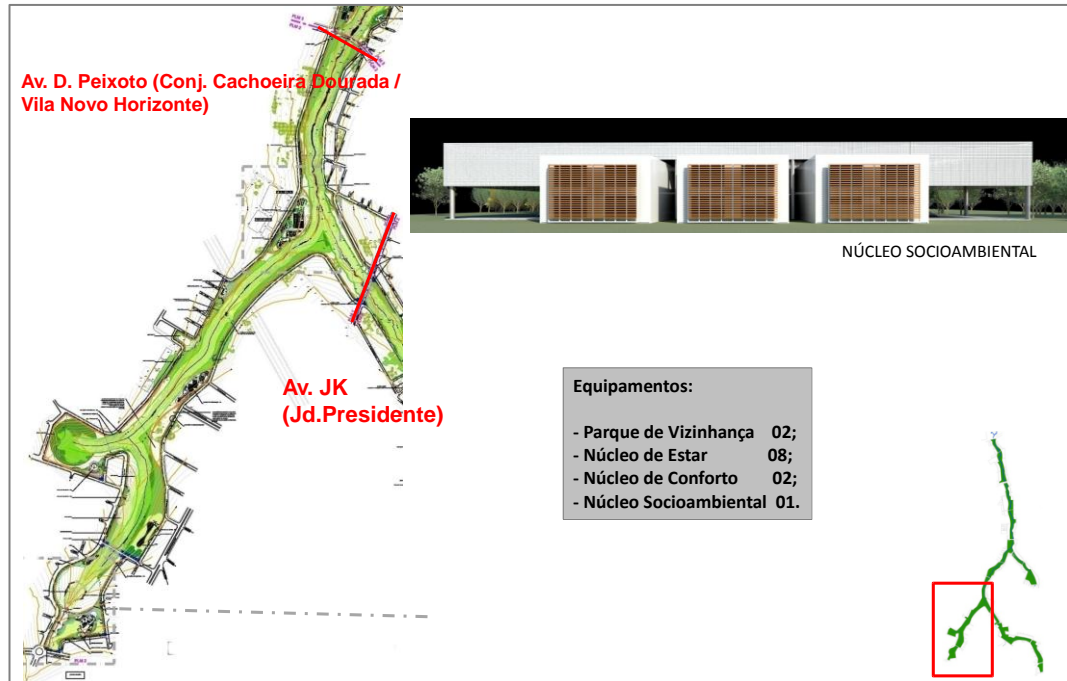


Figura 19- Setor 02 (extensão de 3,92km)

Fonte: <http://www.goiania.go.gov.br/download/puama/apresentacaonovo.pdf>

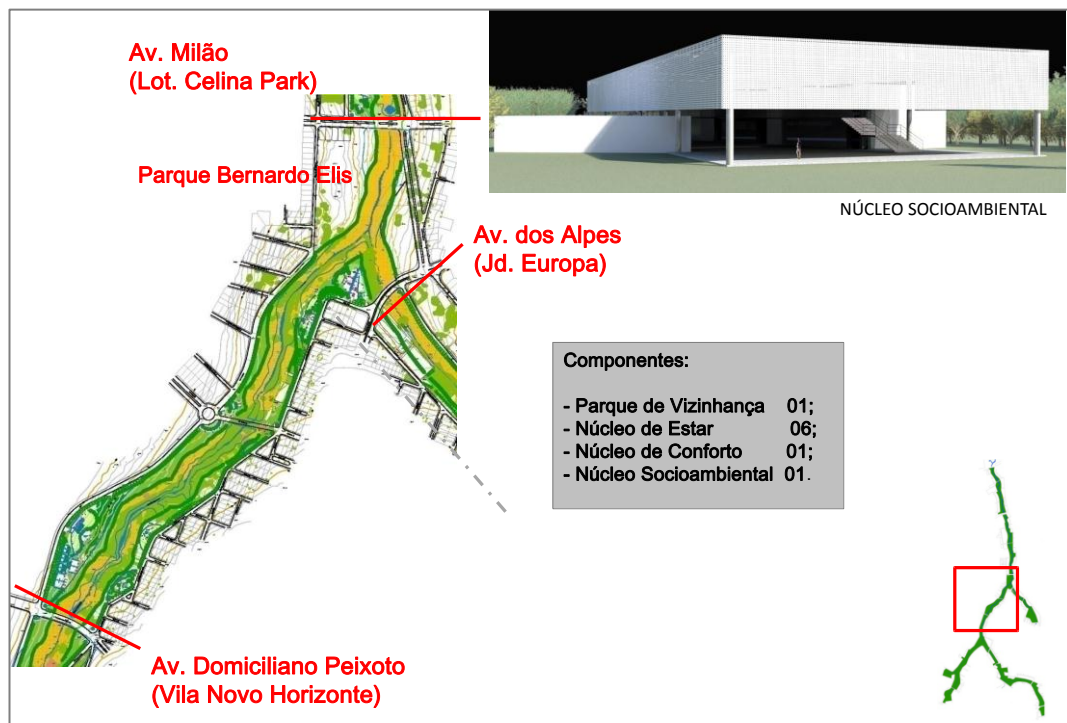


Figura 20 - Setor 03

Fonte: <http://www.goiania.go.gov.br/download/puama/apresentacaonovo.pdf>

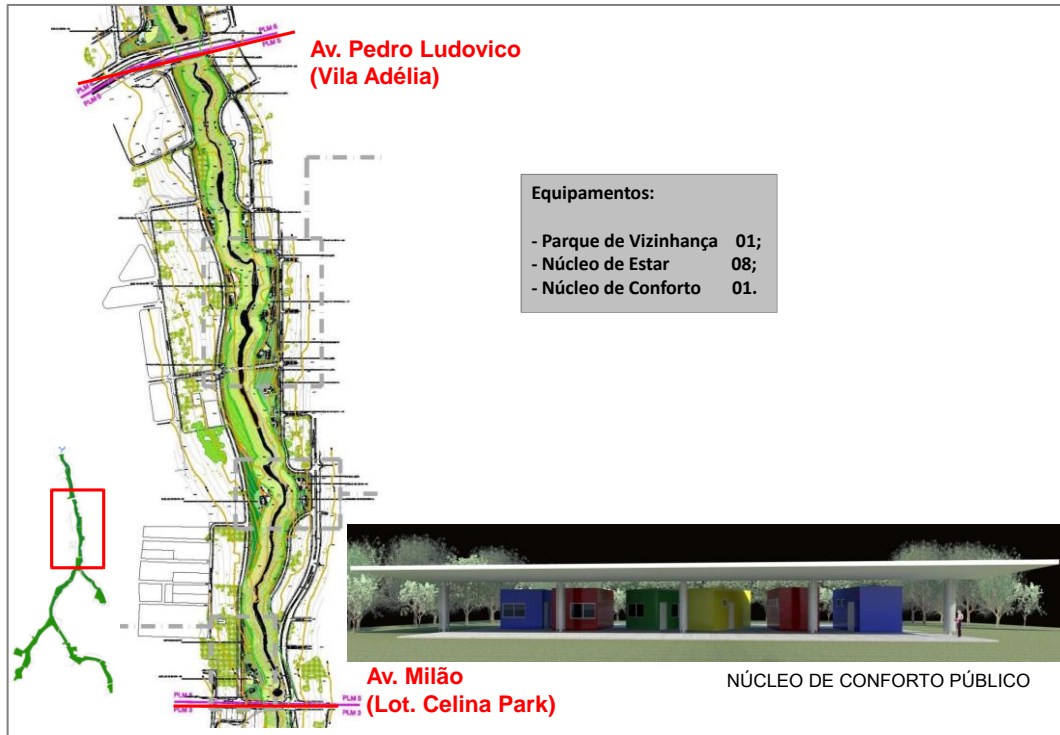


Figura 21 - Setor 05 (extensão de 2km)

Fonte: <http://www.goiania.go.gov.br/download/puama/apresentacaonovo.pdf>

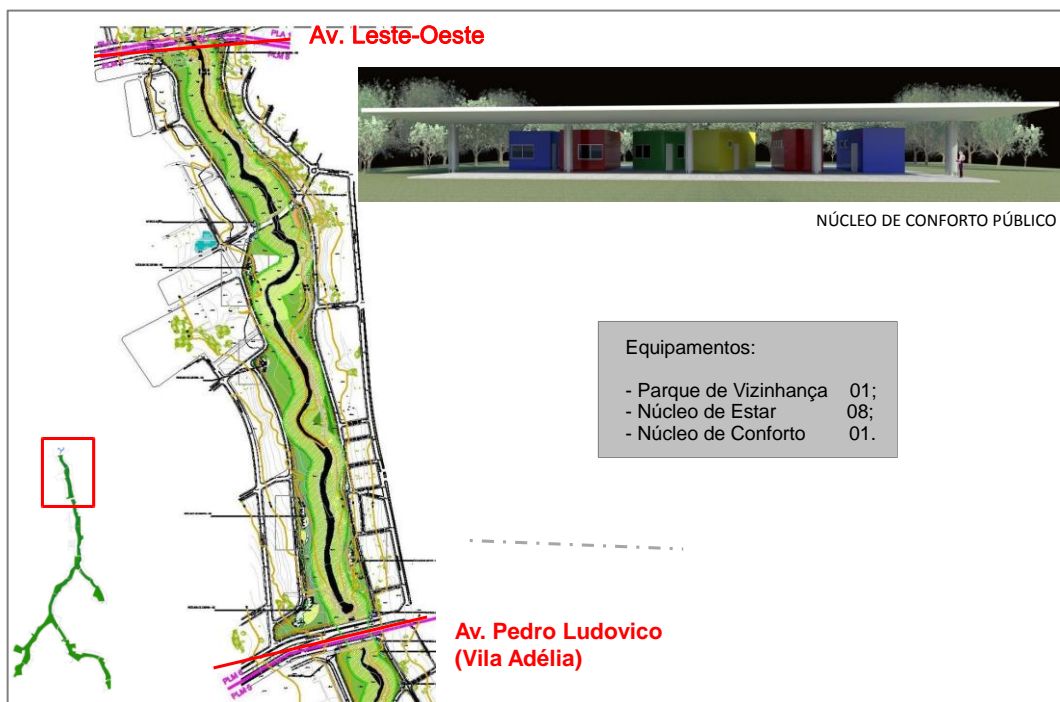


Figura 22 - Setor 06 (extensão de 1,59km)

Fonte: <http://www.goiania.go.gov.br/download/puama/apresentacaonovo.pdf>

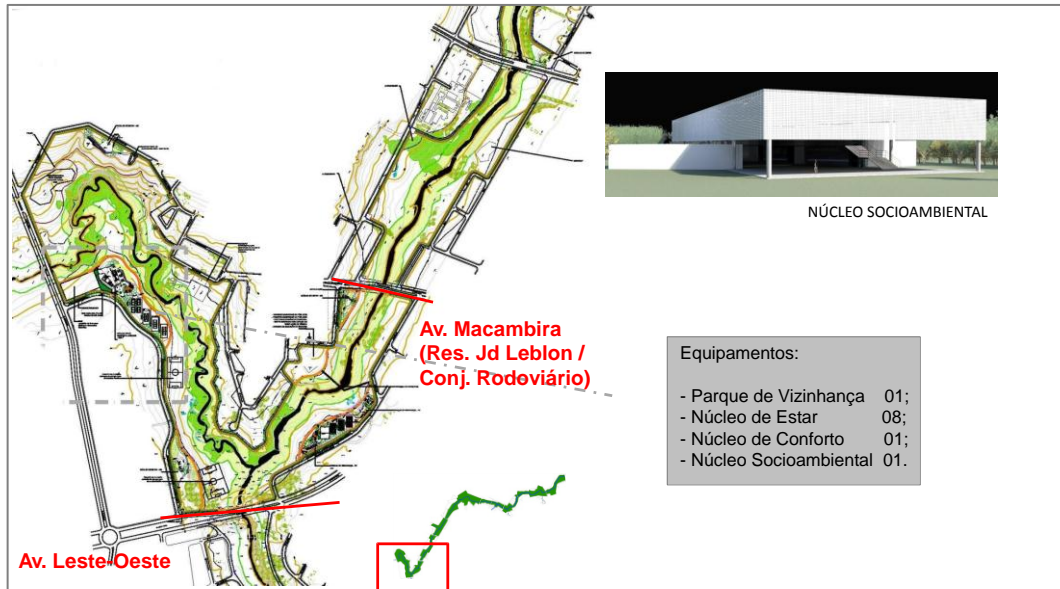


Figura 23- Setor 07 (extensão de 2,79km)

Fonte: <http://www.goiania.go.gov.br/download/puama/apresentacaonovo.pdf>

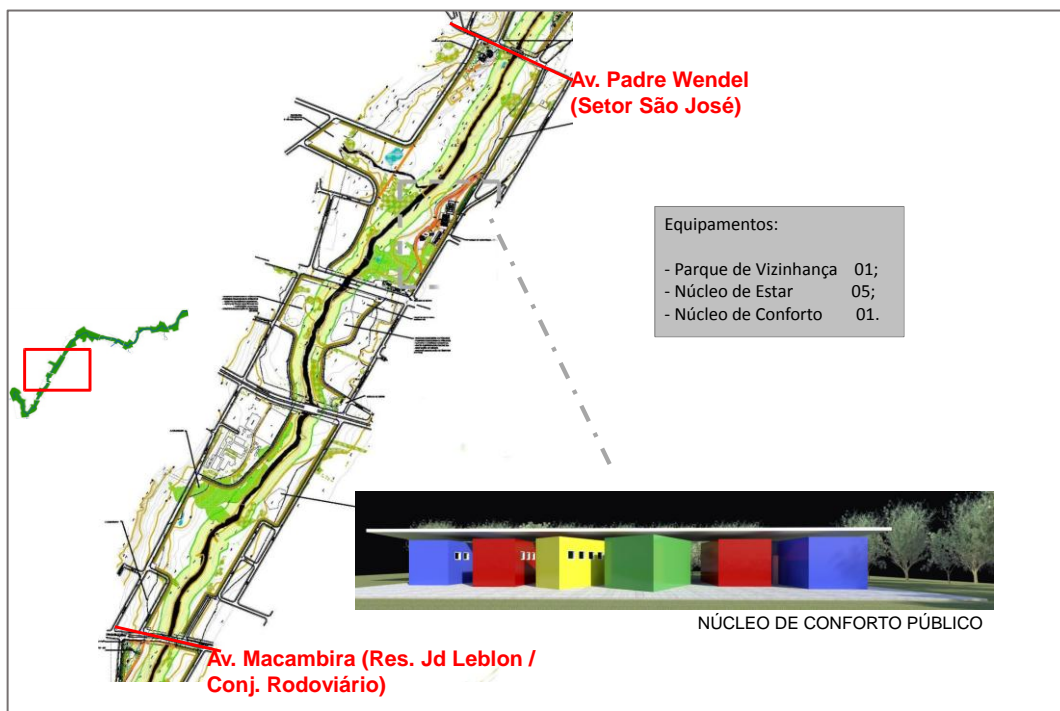


Figura 24- Setor 08 (extensão de 2,41km)

Fonte: <http://www.goiania.go.gov.br/download/puama/apresentacaonovo.pdf>

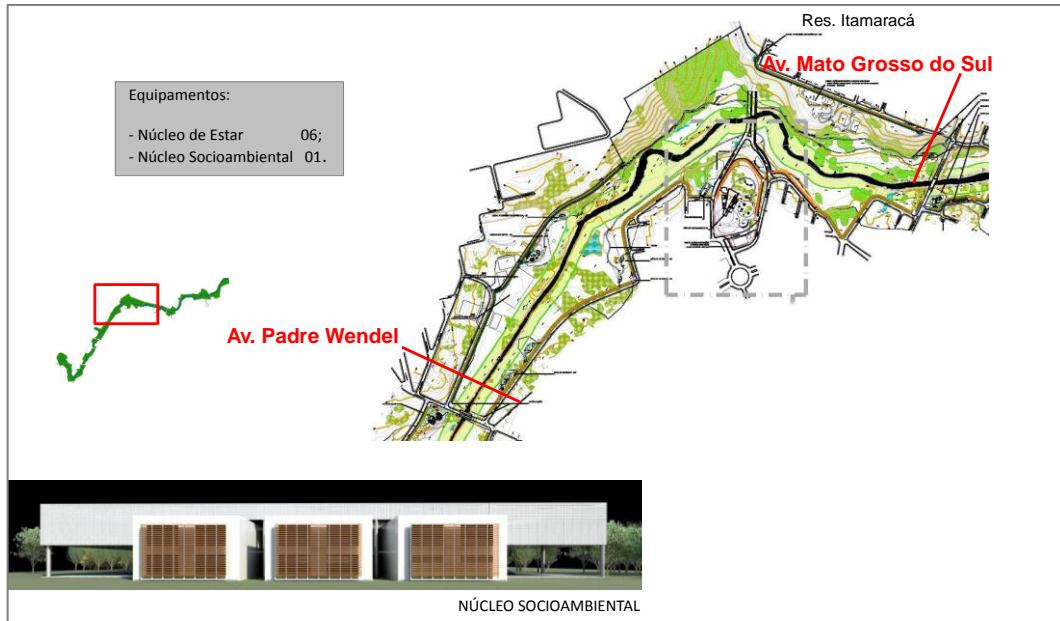


Figura 25 - Setor 09 (extensão de 1,92km)

Fonte: <http://www.goiania.go.gov.br/download/puama/apresentacaonovo.pdf>

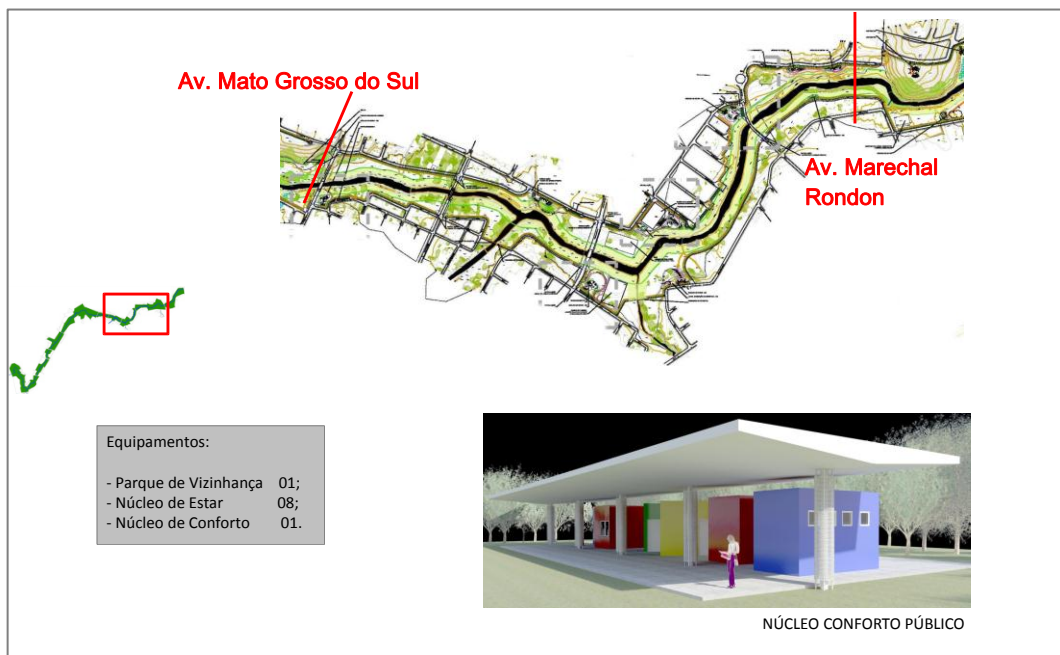


Figura 26 - Setor 10 (extensão de 2,67km)

Fonte: <http://www.goiania.go.gov.br/download/puama/apresentacaonovo.pdf>

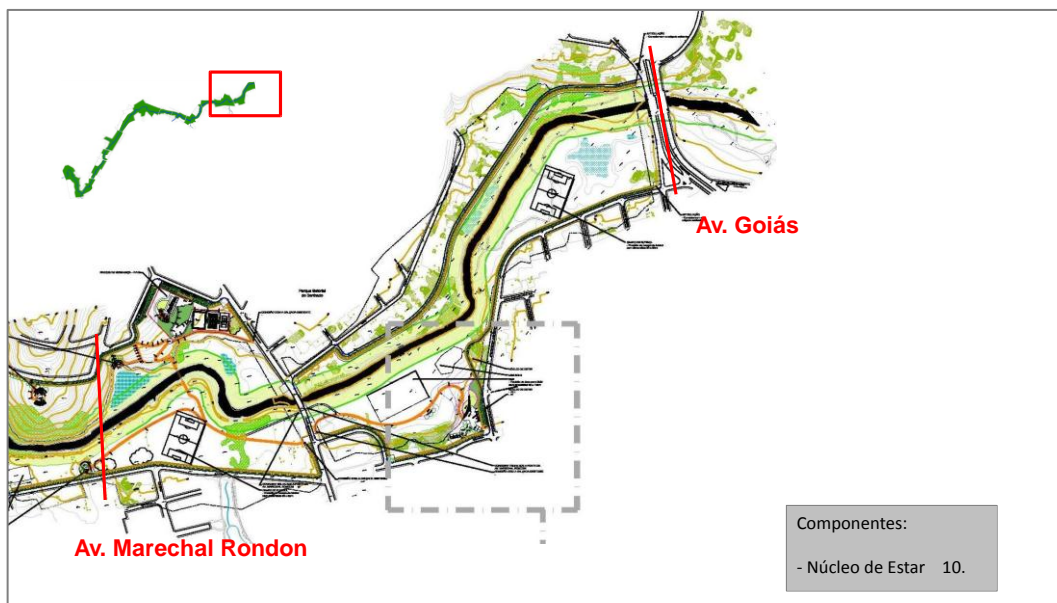


Figura 27- Setor 11 (extensão de 2,67km)

Fonte: <http://www.goiania.go.gov.br/download/puama/apresentacaonovo.pdf>

3.2.2 Aspectos Morfológicos e Propostas de Recuperação

Ao propor medidas de recuperação na área do parque linear Macambira Anicuns, é essencial analisar as características físicas da região onde este se insere, neste caso, no município de Goiânia.

“O Município de Goiânia situa-se no Planalto Central do Brasil, a cerca de 764,5 metros acima do nível do mar, latitude 16°40’43” e longitude 49°15’14”. Com uma área de 789,7 km², Goiânia ocupa 0,23% da área total do Estado [...] (MARTINS JÚNIOR, 2007, p.21). O autor faz também uma classificação climática, ao afirmar que o clima da região é do tipo Aw, tropical úmido, onde apresenta duas estações bem definidas: uma chuvosa, que se estende de outubro a março e outra seca, que se estende de abril a setembro, sendo que em grande parte dos meses, a temperatura é maior que 18°. Em estudo realizado pelo Programa Geologia do Estado de Goiás e Distrito Federal (2008), o Município de Goiânia se classifica na categoria do grupo Araxá, sendo subdividido na unidade B (Figura 28).

margens, assoreamento e erosões ao longo do seu leito, também caracterizado pela deposição de resíduos de construção civil e lixo.

Na execução do Programa (PUAMA), estão envolvidos diversos órgãos, entre eles, a AMMA (Agência Municipal do Meio Ambiente), responsável pela análise e emissão das licenças ambientais, além de implementar os projetos e estudos ambientais. Para definição das propostas de recuperação, a AMMA realizou um levantamento de aspectos e impactos, no qual se diagnosticou:

- Precariedade das obras de arte;
- Processos de erosão;
- Impermeabilização do solo;
- Lançamento de esgotos domésticos, de serviços e industriais;
- Depósito de resíduos;
- Perda da camada superficial do solo;
- Presença de espécies exóticas;
- Existência de construções nas margens.



Figura 29 - Precariedade das obras de arte
Fonte: QUEIROGA, Apresentação AMMA, 2011



Figura 30- Processos de erosão - Avenida Milão
Fonte: QUEIROGA, Apresentação AMMA, 2011.



Figura 31- Presença de espécies exóticas - Alameda Abel de Castro
Fonte: QUEIROGA, Apresentação AMMA, 2011.



Figura 32 - Existência de construções nas margens - Av. Anhanguera

Fonte: QUEIROGA, Apresentação AMMA, 2011.

A partir do levantamento, seguiu-se para a compartimentação das APP's (Áreas de Preservação Permanente), as quais foram classificadas por setores e divididas em: área conservada (setor A), área em regeneração (setor B), área de pastagem (setor C), área degradada (setor D) e área construída (setor E).

Para as áreas conservadas e áreas de regeneração, as estratégias de manejo se constituem de: eliminação de fatores de degradação (efeito de borda e controle de exóticas); plantio de enriquecimento com uso de espécies pioneiras; medidas de educação ambiental e prevenção à incêndios florestais.

Nas áreas de pastagens e áreas degradadas, as estratégias de manejo são: eliminação de fatores de degradação com controle de espécies exóticas e processos erosivos; preparação das áreas para plantio; recuperação com espécies nativas; medidas de educação ambiental e prevenção à incêndios florestais.

Nas áreas construídas as propostas são: eliminação de fatores de degradação com retirada total das construções e eliminação dos processos erosivos; preparação das áreas para plantio conforme topografia; recuperação com plantio de espécies nativas; medidas de educação ambiental e prevenção à incêndios florestais. Além da recuperação das APP's, para

todas as áreas são propostas compatibilização entre micro e macro drenagem, bem como proteção das margens dos mananciais hídricos.

3.2.3 Aspectos sócio econômicos e plano de ações

As ações do PUAMA estão especificadas no PARR – Plano de Ações de Aquisição de Áreas, Remanejamento de População e Reinstalação de Atividades Econômicas. Este documento foi elaborado com base nas diretrizes definidas pela Política de Reassentamento Involuntário de Famílias do BID. O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, “[...] auxilia os clientes na elaboração de projetos e oferece financiamento, assistência técnica e conhecimentos para apoiar intervenções de desenvolvimento [...]” (BID, 2013), sejam de governos nacionais, provinciais, estaduais e municipais, instituições públicas autônomas, além de organizações da sociedade civil e empresas do setor privado. O PARR, tem por objetivos:

[...] assegurar a liberação do território requerido para implantação do PUAMA, garantindo a reposição das perdas, recomposição do quadro de vida e o remanejamento da população residente nos imóveis afetados, com base em mecanismos socialmente justos, economicamente viáveis e ambientalmente corretos (PARR, 2012, p.2).

No ano de 2011, foi realizado pelo programa, um levantamento quanto ao número de imóveis ocupados que se localizam nas áreas de intervenção do PUAMA, onde foram identificados os tipos de moradores, a situação social, as atividades econômicas, bem como os imóveis, que foram classificados nos seguintes usos: residencial, negócio e uso misto. Como resultado da pesquisa, verificou-se que do total de 1.310 (entre famílias e negócios distribuídos nos 11 setores de intervenção), 663 casos estão localizados às margens do Ribeirão Anicuns, 84 às margens do Córrego Macambira, 144 às margens do Córrego Buriti e 19 localizados no Córrego Pindaíba; além disso, destes 1.310 casos, 1.136 são famílias, que correspondem a 86,7% e 174 negócios que correspondem a 13,3% do total de pesquisados (Tabela 1).

Tabela 1: Quantitativo de casos por setor

Setor	Famílias	Negócios	Total de casas por setor
Setor 1	75	13	88
Setor 2	26	2	28
Setor 3	80	9	89
Setor 4*	121	21	142
Setor 5	118	24	142
Setor 6	120	35	155
Setor 7	46	8	54
Setor 8	101	15	116
Setor 9	126	12	138
Setor 10	220	19	239
Setor 11	103	16	119
TOTAL	1.136	174	1.310

*Setor retirado do escopo do escopo de ações do PUAMA. Fonte: Documento PARR, Ano 2012, p.08.

Segundo o PARR (2012), dentre os casos identificados, serão realizados dois tipos de remoção: a remoção total, onde os imóveis que ocupam as áreas do parque, serão removidos em sua totalidade; e a remoção parcial onde os imóveis tem parte do seu lote incorporado ao parque, ou seja, as famílias ou negócios não serão relocados (Tabela 2).

Tabela 2: Quantitativo de Remoções Totais e Parciais

Setor	Famílias		Negócios		Total por Setor	
	Remoção Total	Remoção Parcial	Remoção Total	Remoção Parcial	Remoção Total	Remoção Parcial
Setor 1	45	30	6	7	51	37
Setor 2	20	6	1	1	21	7
Setor 3	70	10	9	0	79	10
Setor 4*	-	-	-	-	-	-
Setor 5	62	56	15	9	77	65
Setor 6	73	47	19	16	92	63
Setor 7	29	17	2	6	31	23
Setor 8	79	22	5	10	84	32
Setor 9	69	57	7	5	76	62
Setor 10	93	127	7	12	100	139
Setor 11	44	59	10	6	54	65
TOTAL	584	431	81	72	665	503

*Setor retirado do escopo do escopo de ações do PUAMA. Fonte: Documento PARR, Ano 2012, p.09.

Através de uma pesquisa sócio econômica realizada, foram identificados o número de áreas particulares e públicas, segundo cada setor de intervenção (Tabela 3). Na pesquisa também foram levantados “[...] dados sobre o ocupante e imóvel, tais como: naturalidade, sexo, estado civil, situação empregatícia, renda, dados do cônjuge e demais membros da família, despesas familiares, informações sobre o imóvel e informações complementares” (PARR, 2012, p.12). Tais dados servem de subsídio durante as negociações para liberação das áreas.

Tabela 3: Quantitativo de Casos por Área de Localização - Remoção Total/ Parcial

Setor	Área Particular	Área Pública Estadual	Área Pública Municipal
Setor 1	80	0	8
Setor 2	23	0	5
Setor 3	22	0	64
Setor 4*	-	-	-
Setor 5	128	2	9
Setor 6	96	3	49
Setor 7	50	0	4
Setor 8	116	0	0
Setor 9	138	0	0
Setor 10	239	0	0
Setor 11	119	0	0
TOTAL	1.011	5	139

*Setor retirado do escopo do escopo de ações do PUAMA. Fonte: Documento PARR, Ano 2012, p.09.

Visando identificar os negócios e planejar as ações, foram realizadas pesquisas onde foram levantados dados sobre o tipo de atividade, faturamento, número de funcionários e situação do imóvel. A partir da pesquisa, foi diagnosticado que as principais atividades que prevalecem nestas áreas estão ligadas a beleza, confecção, alimentação, mecânica e varejo. Quanto à regularização das empresas, a pesquisa identificou os negócios não formalizados ou regulares, e irregulares (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

Tabela 4: Situação dos Negócios

Setor	Imóveis ocupados por negócios	Negócios regulares	Negócios irregulares	Não informado
Setor 1	13	6	5	2
Setor 2	1	1	1	-
Setor 3	9	7	2	-
Setor 4*	-	-	-	
Setor 5	24	12	12	-
Setor 6	35	22	12	1
Setor 7	8	6	2	-
Setor 8	15	11	4	-
Setor 9	12	7	5	-
Setor 10	19	9	10	-
Setor 11	16	7	9	-
TOTAL	126	88	62	3

*Setor retirado do escopo do escopo de ações do PUAMA. Fonte: Documento PARR, Ano 2012, p.16.

O PARR foi elaborado e está sendo aplicado com base nas seguintes diretrizes:

- **Isonomia:** onde as famílias, atividades econômicas ou institucionais pertencentes a área de abrangência do parque serão alvo de tratamento;
- **Articulação Institucional:** através de integração e participação entre os mais diversos órgãos governamentais: SEPLAM (Secretaria Municipal de Planejamento) - atual SEMDUS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Sustentável); AMMA (Agência Municipal do Meio Ambiente); SME (Secretaria Municipal de Educação); COMURG (Companhia Municipal de Urbanização de Goiânia); SME (Secretaria Municipal de Saúde); SMHAB (Secretaria Municipal de Habitação); SEMAS (Secretaria Municipal de Assistência Social); SETRAB (Secretaria Municipal do Trabalho e Renda); AMT (Agência Municipal do

Trânsito) e AMOB (Agência Municipal de Obras), atual SEMOB (Secretaria Municipal de Obras);

- **Gestão Compartilhada:** são realizados mecanismos de participação das famílias durante todas as fases de intervenção, por meio de consultas e reuniões públicas;

- **Soluções Diferenciadas de acordo com a Afetação e Vulnerabilidade do Público Alvo:** as soluções são ofertadas de acordo com o perfil e a vulnerabilidade dos afetados, onde através de pesquisas realizadas, foram identificados públicos diversificados, que variam desde o tipo de ocupação dos imóveis até a situação de regularização destas áreas;

- **Redução do Custo Monetário da Indenização:** o valor das indenizações pode ser reduzido, agregando-se outras “moedas” de ressarcimento tais como: “Projeto Diferenciado de Urbanização (PDU) Outorga Onerosa de Alteração de Densidade (OOAD) e Transferência do Direito de Construir (TDC);

- **Os custos das soluções de remanejamento não serão repassados as famílias vulneráveis:** as famílias a serem deslocadas são isentas de qualquer ônus decorrente do deslocamento involuntário;

- **Aspecto de Gênero:** “As escrituras de propriedade das novas residências serão emitidas, preferencialmente, em nome da mulher e dos filhos do casal” (PARR, 2012, p.20);

- **Anterioridade da execução do PARR MACAMBIRA ANICUNS ao início das obras:** as ordens de serviço de cada trecho são emitidas somente após liberação do trecho de obras e relocação total das famílias;

- **Monitoramento:** a evolução e os resultados são monitorados mensalmente pela equipe do ELO (Escritório Local) e UEP (Unidade Executora do Programa);

- **Avaliação Ex Post:** após conclusão das obras, serão realizadas avaliações visando identificar as condições de vida da população após o reassentamento.

Para oferecer soluções ou opções de atendimento diferenciadas, destinadas a recuperação ou melhoria da qualidade de vida, bem como compensar ao máximo as perdas ocasionadas pelo reassentamento involuntário, foram criados os seguintes instrumentos:

- A Lei de criação do Parque Linear Urbano Macambira Anicuns se refere à Lei Municipal nº 9.123, de 28 de Dezembro de 2011, que cria os parques integrantes do Parque Urbano Ambiental Macambira Anicuns – PUAMA; disciplina o regime urbanístico especial para a

- Área de Programa Especial de Interesse Ambiental Macambira Anicuns; regulamenta a aplicação de instrumentos de política urbana; cria o Bônus Moradia e dá outras providências;
- O Decreto Municipal nº 1.392 de 26 de abril de 2011, institui a Área de Influência Direta do PUAMA (AID/PUAMA), onde são controlados os processos urbanos decorrentes da implantação do parque;
 - O Projeto Diferenciado de Urbanização (PDU) contido no artigo 119 da Lei Complementar nº 171/2007, define que para os vazios urbanos, “[..] não integrantes dos Eixos de Desenvolvimento, localizados na macrozona construída, admite-se além da implantação de PDU, com ou sem o parcelamento do solo e com ou sem fechamentos perimétricos, em conformidade com os critérios estabelecidos em lei municipal” (PARR, 2012, p.23);
 - A Outorga Onerosa de Alteração de Uso do Solo, baseada no artigo 29, da Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001; no artigo 155 contido no Estatuto da Cidade e nos artigos 130 e 134, inciso XVIII, contidos na Lei Complementar nº171 de 2007 – Plano Diretor de Goiânia que “[...] faculta à Administração Municipal consentir na alteração de uso do solo, para as áreas e lotes situados na Área de Influência Direta – AID do PUAMA, apontados como admissíveis, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário;
 - A desapropriação por necessidade ou utilidade pública prevista no artigo 5º, inciso XXIV da Constituição Federal de 1988;
 - A Declaração Expropriatória regida pelo Decreto Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, onde a desapropriação deve identificar o bem e indicar o destino;
 - A Transferência do Direito de Construir que torna legal a transferência da propriedade particular ao Poder Público, sem a exigência de que o pagamento seja efetuado em dinheiro, instituído pela Lei nº 1.552 de 21 de agosto de 1959, associado à Lei Complementar nº 171 de 29 de maio de 2007;
 - O Bônus Moradia é um instrumento de política pública para aquisição de imóvel na espécie de unidade habitacional destinada às famílias que moram na áreas afetadas do PUAMA e que serão realocadas. Tal instrumento é instituído pela Lei Municipal nº 9.123/2011 e regulamentado pelo Decreto nº 735/12. “O valor do Bônus Moradia é de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), estipulado pelo Decreto, foi calculado com base no custo médio das unidades habitacionais padrão, definido pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) [...]” (PARR, 2012, p.30).

3.2.4 Sustentabilidade Ambiental e Social

Este componente faz parte de uma das ações do Programa, tendo como principais objetivos o fortalecimento da gestão ambiental e urbana, seguidos da educação ambiental e comunicação social, ambos contidos no Documento Manual de Procedimentos (2011).

Segundo o Manual, o Fortalecimento da Gestão Sócio Ambiental é definido a partir da análise realizada pela AMMA, e tem como principais diretrizes:

- Manejo sustentável de áreas protegidas;
- Desenvolvimento de um plano de alternativas de negócios, de maneira a contribuir para a sustentabilidade da manutenção dos parques;
- Gestão de resíduos;
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas, através de um laboratório de análises físico-químicas e bacteriológicas;
- Capacitação e atualização tecnológica da equipe técnica da AMMA, de maneira a garantir maior gestão ambiental.

O Manual de Procedimentos (2011), cita também a comunicação social e educação ambiental, destinada às populações remanescentes ou que mantém atividades econômicas nas áreas de influência do parque, bem como à população a ser remanejada e aos visitantes do local. O objetivo desta ação é conscientizar e sensibilizar essa população sobre a importância da reciclagem de resíduos, da limpeza urbana, do saneamento e do valor do ambiente recuperado e protegido.

Dentro dessas ações de sustentabilidade se enquadram também a Gestão da Manutenção Viária, de responsabilidade da SEMOB (Secretaria Municipal de Obras) em conjunto com a AMTEC (Agência Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação), responsável pela prestação de serviços relacionados à tecnologia de informação.

3.3 Aspectos Teóricos da Metodologia utilizada

3.3.1 Tipo de Pesquisa

Quanto à sua função, esta pesquisa pode ser classificada como **pesquisa aplicada** pois visa o aprofundamento sobre dois assuntos: sustentabilidade e parques lineares, a fim de gerar conhecimentos sobre um problema específico.

No que tange às metodologias de análise, esta pesquisa é definida como quali quantitativa. *Qualitativa* porque buscou dar ênfase aos seguintes métodos: observação, entrevistas e levantamento bibliográfico documental e *Quantitativa* pois mensurou quantitativamente o problema, dentro de um determinado segmento da população.

3.3.2 Objeto Empírico

O objeto empírico de estudo desta pesquisa foi a identificação das ações de Sustentabilidade Ambiental, Social e Econômica, propostas no Parque Linear Macambira Anicuns. O Estudo de Caso foi realizado no Loteamento Faiçalville (Figura 34), situado na região Macambira Anicuns (Figura 33) no Município de Goiânia e onde se localiza o Setor 1 (extensão de 2,9km) que faz parte do Parque Linear Macambira Anicuns.

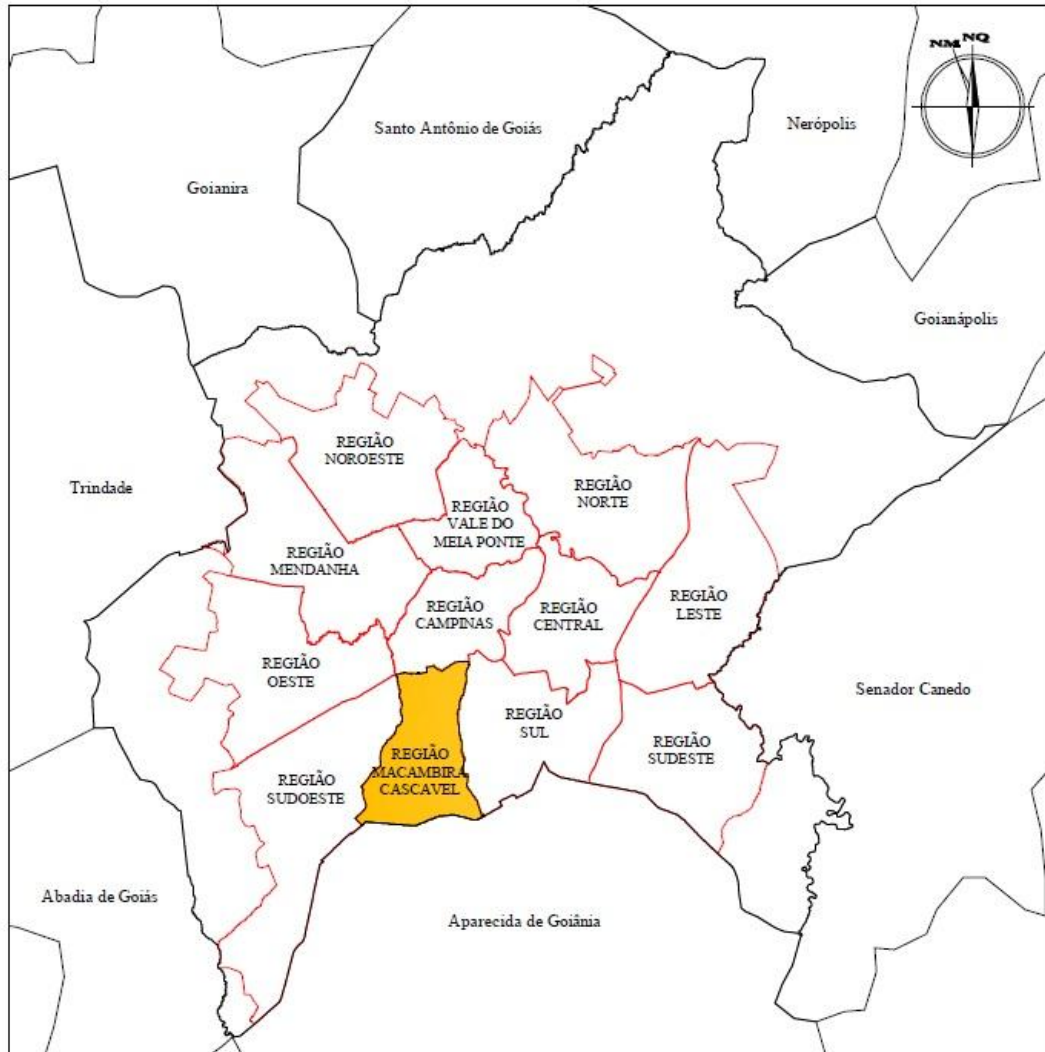


Figura 33- Regionalização – Município de Goiânia

Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia, Sistema MUBDG (Mapa Urbano Básico Digital de Goiânia) Versão 21, Ano 2009.

O Loteamento Faiçalville foi aprovado, conforme Decreto nº 201, de 30 de março de 1982. Trata-se de um setor provido de rede de água, esgoto e energia elétrica, com presença de alguns equipamentos sociais, como praças e escolas, mas com ausência de postos de saúde e creches comunitárias. Em determinados trechos do setor, nota-se um comércio bem definido com panificadoras, supermercados, açougues, salões de beleza, bares; ao contrário do que acontece nas áreas ao redor do parque, onde a maioria das construções é tipicamente residencial. O Setor caracteriza-se pela baixa densidade de ocupação, cujo processo pode ser visto nas imagens ortofoto dos anos 1992 (Figura 35), 2002 (Figura 36) e 2006 (Figura 37).

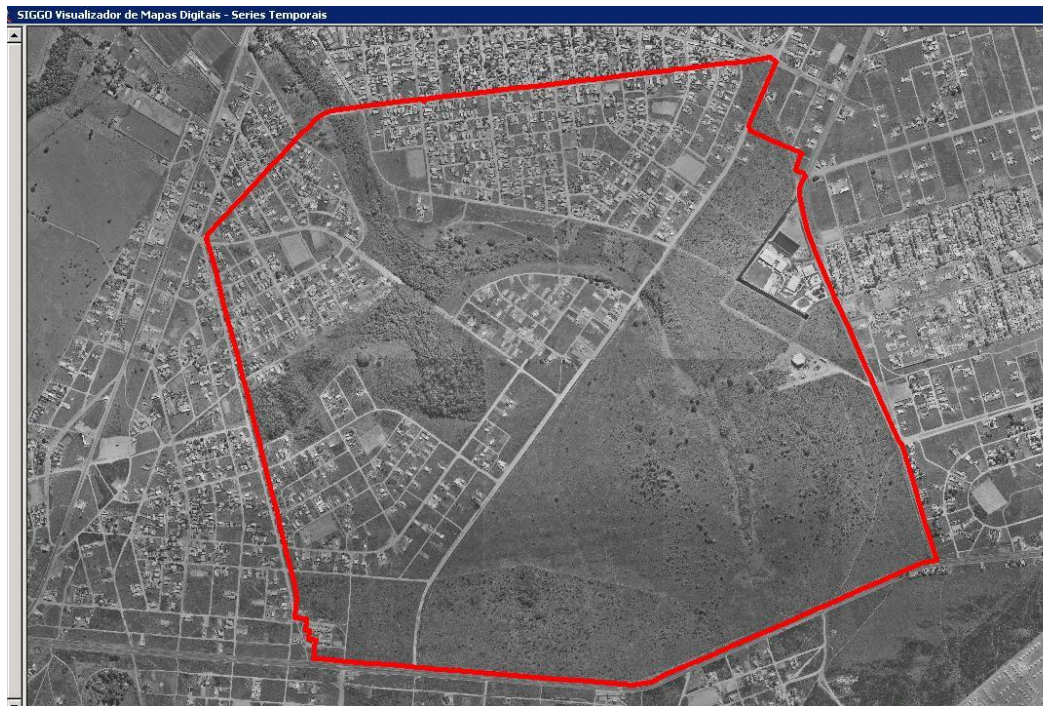


Figura 35 – Imagem Ortofoto - Loteamento Faiçalville, Ano 1992.

Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia, Sistema SIGGO – Visualizador de Imagens Digitais

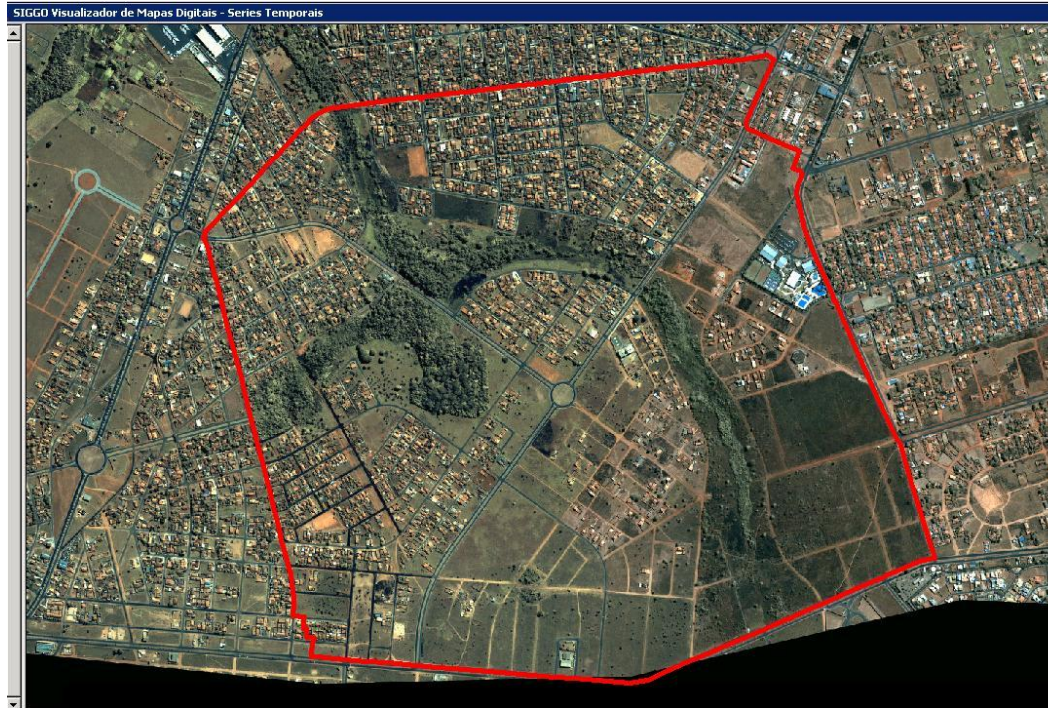


Figura 36 - Imagem Ortofoto - Loteamento Faiçalville, Ano 2002.

Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia, Sistema SIGGO – Visualizador de Imagens Digitais



Figura 37- Imagem Ortofoto - Loteamento Faiçalville, Ano 2006.

Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia, Sistema SIGGO – Visualizador de Imagens Digitais

3.3.3 Variáveis, Métodos e Técnicas de Coleta de Dados

As variáveis analisadas são as ambientais (físicas), sociais (comportamentais) e econômicas (valores), considerando que os indicadores analisados são de ordem subjetiva, pois expressam a opinião da população entrevistada, mediante uma percepção individual.

Os Métodos qualitativos aplicados nesta pesquisa foram:

- leitura documental (legislação urbana e ambiental, plano diretor, documentos elaborados pelo Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns – PUAMA);
- observação in loco (registro fotográfico);
- entrevistas abertas com aplicação de questionários com perguntas objetivas.

O Método quantitativo utilizado nesta pesquisa é o método de pesquisa *survey* descritiva que procura “[...] identificar eventos, atitudes ou opiniões que se manifestam em determinado segmento da população ou, ainda, descrever como determinado fenômeno se distribui na população, ou em parte dela, ou sua amostra [...]” (SILVA, 2009, p.150).

A pesquisa foi realizada nos meses de dezembro de 2013 e janeiro de 2014, aos sábados e domingos, e em horários alternados. Foram entrevistados 30 moradores das quadras no entorno do Parque Linear, conforme disposição na Figura 62; além da aplicação da pesquisa, foram realizados trabalho de observação e registro de fotos. O questionário foi composto de 03 perguntas complementares e 20 perguntas objetivas, separadas conforme o tipo de sustentabilidade: Ambiental (Tabela 5), Social (Tabelas 6 e 7) e Econômica (Tabela 8). Os dados recolhidos e obtidos através do questionário, foram configurados em porcentagem e transformados em gráficos para maior compreensão dos índices alcançados.

Caso não tenha conhecimento, quais equipamentos você considera que deveriam ser construídos?

3) () Como você avalia a ação da Prefeitura em esclarecer a população sobre o projeto do parque?

4) () Como você avalia a ação da Prefeitura em construir um parque linear nesta região?

5) () Como você avalia o remanejamento das famílias que ocupavam a área destinada ao parque?

Quanto à Sustentabilidade Econômica (após o início das obras) você considera que houve:

1) Valorização dos imóveis () sim () não

2) Aumento no valor do IPTU dos imóveis () sim () não

3) Surgimento de novas construções () sim () não

4) Prejuízos econômicos () sim () não

3.4 Resultados e Discussão

A Tabela 5 (referente à Sustentabilidade Ambiental) apresenta a faixa de valores em relação às questões aplicadas, onde são utilizados os conceitos: ótimo, bom, regular e péssimo.

Tabela 5 - Respostas ao Questionário sobre o Parque Linear Macambira Anicuns

Sustentabilidade Ambiental	Avaliação									
	Ótimo		Bom		Regular		Péssimo		Não Opinaram	
Questões	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Como você avalia?	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
1. Água	-	-	3	10	6	20	6	20	15	50
2. Solo	3	10	4	13	7	23	7	23	9	31
3. Ar	11	37	12	40	-	-	4	13	3	10
4. Fauna	8	27	10	33	7	23	3	10	2	7
5. Flora	7	23	8	27	6	21	7	23	2	6
6. Segurança	2	6	4	13	7	23	17	58	-	-

7. Educação Ambiental	-	-	4	13	10	33	16	54	-	-
8. Conforto térmico e acústico	11	37	12	40	5	17	2	6	-	-
9. Mobilidade urbana	6	20	4	13	8	27	8	27	4	13
10. Saúde	3	10	7	23	5	17	11	37	4	13
11. Bem Estar	13	43	11	37	5	17	1	3	-	-

Na questão nº 01, onde avalia-se o aspecto visual da água, nota-se na Figura 38, que a percepção subjetiva dos entrevistados apresenta o seguinte resultado: 10% consideram a água de boa qualidade, 20% consideram regular, 20% considera a água de péssima qualidade e 50% preferiram não opinar, já que nunca viram o Córrego Macambira (Figura 39). Trata-se pois de uma certa limitação por parte dos entrevistados, seja por falta de acessos urbanizados na área do parque e próximo ao Córrego, seja por segurança ou até mesmo por falta de interesse. Assegurada na Legislação Ambiental, pela Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, a água é um bem de domínio público, cuja qualidade deve garantida por meio de ações preventivas permanentes de combate à poluição.

A água é, provavelmente, o único recurso natural que tem a ver com todos os aspectos da civilização humana, desde o desenvolvimento agrícola e industrial aos valores culturais e religiosos arraigados na sociedade. É um recurso natural essencial, seja como componente bioquímico de seres vivos, como meio de vida de várias espécies vegetais e animais, como elemento representativo de valores sociais e culturais e até como fator de produção de vários bens de consumo final e intermediário (GOMES, 2011, p.01).

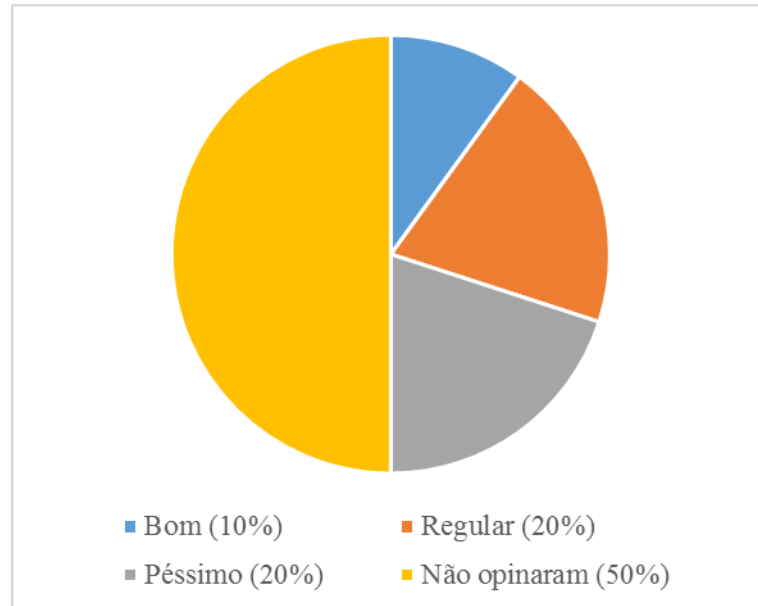


Figura 38- Distribuição dos resultados quanto à Qualidade da Água



*Figura 39 – Córrego Macambira, Av. Olavo Bilac
Fonte: Fotos realizadas pela autora, Agosto, 2012.*

Na Figura 40, onde se avalia a qualidade do solo quanto ao acúmulo de lixo, houve grande variação nas respostas, pois 10% dos entrevistados, consideram que o solo está ótimo, 13% consideram que o solo está regular, 23% avaliam que o solo está péssimo e 31% preferiram não opinar.

Magalhães citado por Friedrich (2007), afirma que o solo rico em água e matéria orgânica (provindo de gramíneas e da vegetação com folhas), desempenha um importante papel, pois propicia a criação de espaços verdes, com menores custos de execução e manutenção, ao contrário do que vem ocorrendo em alguns pontos do parque, onde é grande a quantidade de lixo doméstico depositado (Figura 41), o que futuramente comprometerá a qualidade da água e refletirá nos custos de execução e manutenção da área em questão.

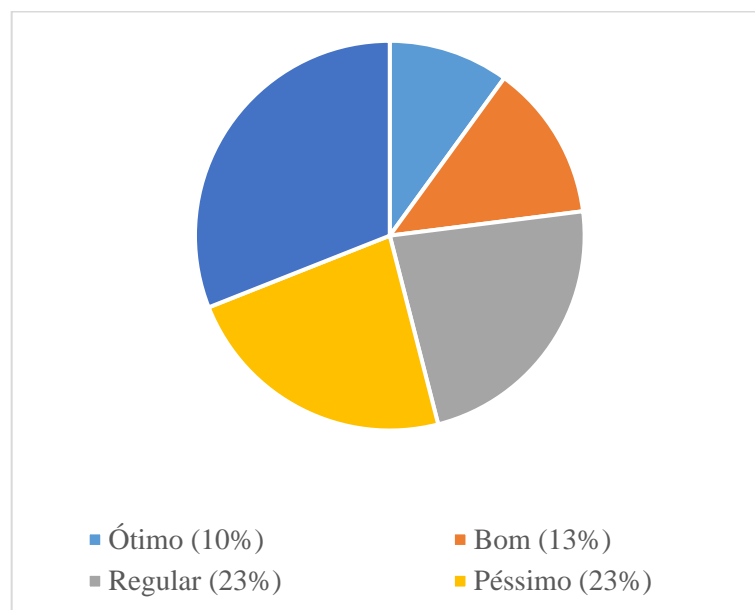


Figura 40- Distribuição dos resultados quanto à Qualidade do Solo



Figura 41- Lixo na área pertencente ao parque – Alameda Pedro I

Fonte: Fotos realizadas pela autora, Janeiro, 2014.

Quanto à qualidade do ar e tendo como parâmetro o mau cheiro (Figura 42), grande parte da população está satisfeita, pois 37% considera o ar de ótima qualidade, e 40% consideram de boa qualidade, enquanto que os 13% que consideram o ar de péssima qualidade, se referem ao mau cheiro provocado pelo lixo doméstico, e animais mortos, depositados em alguns pontos na área do parque e também em lotes baldios (Figura 43).

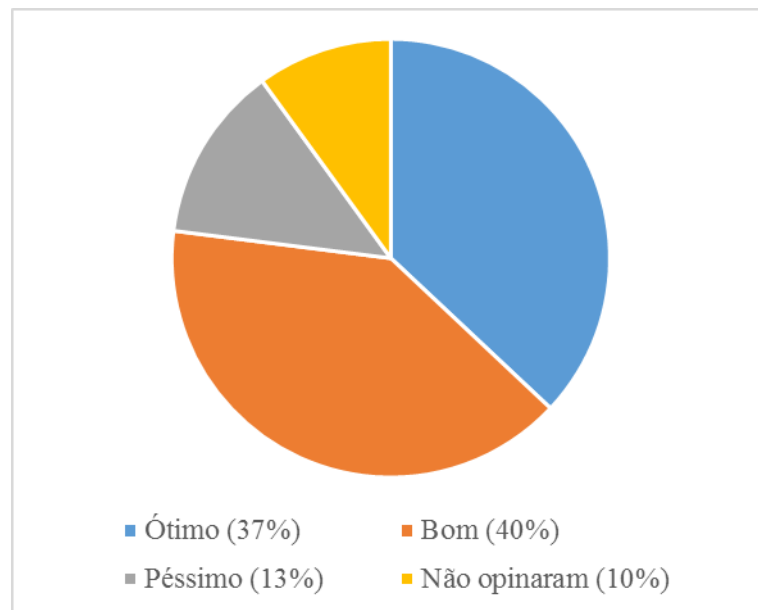


Figura 42- Distribuição dos resultados quanto à qualidade do Ar



Figura 43- Lixo nos terrenos baldios, Al. Nadir Bufaiçal

Fonte: Fotos realizadas pela autora, Janeiro, 2014.

Na Figura 44, nota-se que 27% dos entrevistados consideram que a fauna, tendo em vista a quantidade de animais silvestres, é de ótima qualidade, 33% consideram de boa qualidade, 23% consideram regular, enquanto que 10% consideram péssimo e 7% não opinaram. Dentre aqueles que consideram péssimo, a justificativa é que durante o início das obras, espécies como sagui e saracura apareciam mortas nas redondezas da área do parque.

Em se tratando da Sustentabilidade, o acesso à fauna deve acontecer com responsabilidade, e sua riqueza “[...] deve ser estudada e usada, desde que siga normas de controle e preservação” (BRASIL, 2013). Martins Júnior, ressalta que:

A avifauna goianiense é significativa, pois corresponde a 20% do total das aves existentes no país, expressando a diversidade local de ambientes. [...] a vegetação típica do Planalto Central (cerradão, cerrado, campo sujo, campo limpo e brejo), associada a uma vasta área de mata ciliar junto às margens das drenagens municipais, contribui para essa numerosa presença de aves em Goiânia (MARTINS JÚNIOR, 2007, p.29).

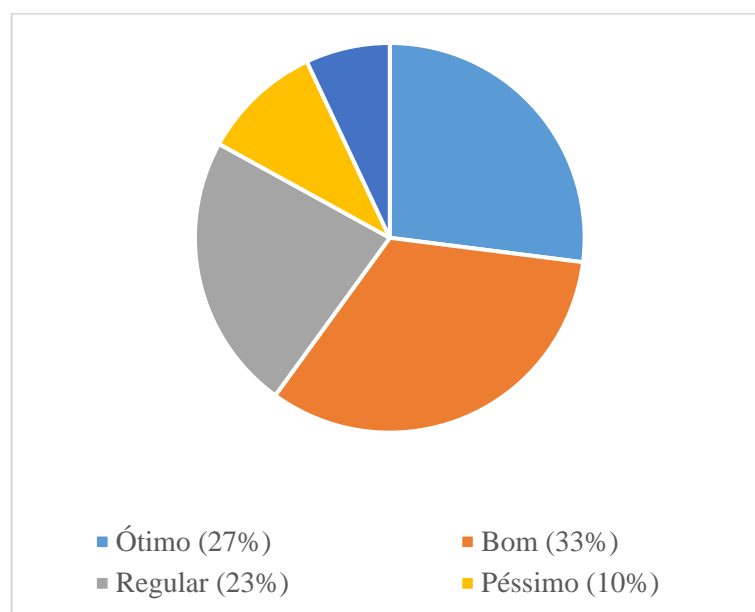


Figura 44 - Distribuição dos resultados quanto à Fauna

Quanto à qualidade da flora, tendo em vista a vegetação existente (Figura 45), os resultados são diversificados pois 23% consideram ótimo, 27% consideram bom, 21% consideram regular, 7% não opinaram e 23% consideram péssimo, pois justificaram que durante a realização das obras, as máquinas destruíram algumas espécies, e que posteriormente, devido à interrupção das obras, a flora não foi recomposta (Figura 46).

A vegetação na área do parque, é formada basicamente por mata ciliar (à margem do córrego), mata fechada (em volta da nascente) e mata aberta (próxima às ruas e avenidas). Em se tratando da mata ciliar, Friedrich (2007) ressalta a sua importância, pois esta minimiza o processo de poluição e contribui para a contenção dos processos erosivos nas encostas que margeiam os cursos d'água. Do ponto de vista econômico, Martins Júnior (2007) complementa que a vegetação pode gerar vários benefícios, diminuindo os gastos financeiros necessários para atenuar os estresses da vida urbana e proporcionar conforto humano.

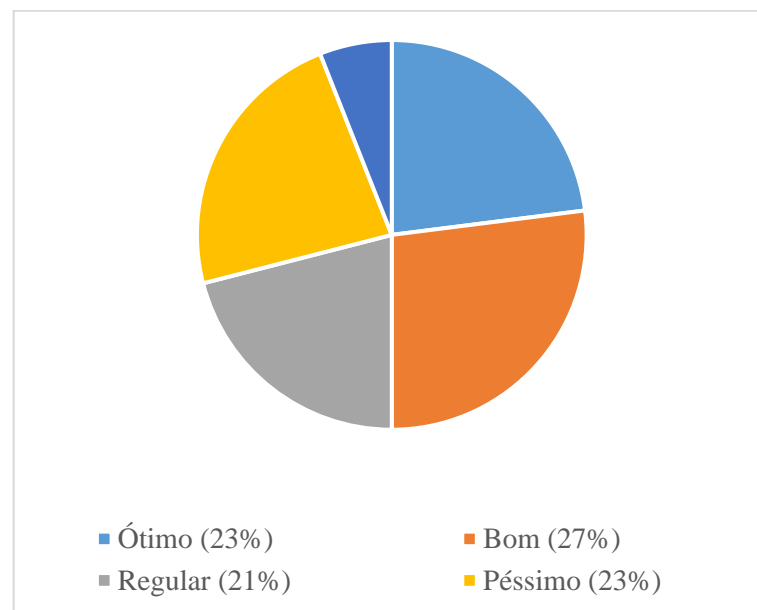


Figura 45- Distribuição dos resultados quanto à Flora



Figura 46- Rua Andrelino de Moraes

Fonte: Fotos realizadas pela autora, Agosto, 2012.

Quanto à segurança do Setor Faiçalville (Figura 47), 6% dos entrevistados consideram que a região é ótima, 13% consideram que a segurança é boa, 23% consideram regular e 58% consideram que a segurança da região é péssima. Essa sensação se reflete sobretudo na tipologia das residências (Figura 48), que apresentam muros altos e cerca elétrica, além da própria dificuldade de entrevistar os moradores do entorno.

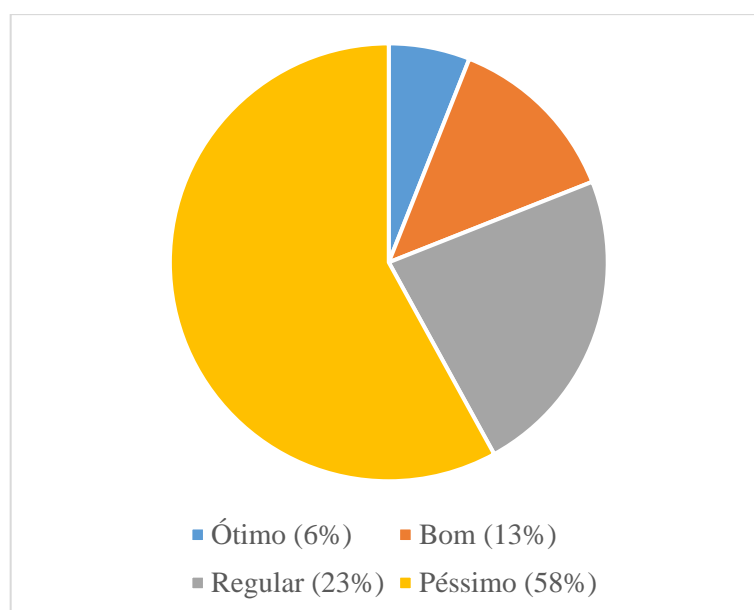


Figura 47 - Distribuição dos resultados quanto à Segurança



Figura 48 - Tipologia das residências

Fonte: Fotos tiradas pela autora, Janeiro, 2014.

Na Figura 49, percebe-se que 6% consideram que a educação ambiental por parte da vizinhança é ótima, 13% consideram boa, 33% regular; enquanto que 54% dos entrevistados consideram que a educação ambiental na região é péssima, e associam isso ao fato dos moradores não respeitarem o meio ambiente, jogando lixo na mata e nos lotes baldios. Como dito anteriormente, para promover a sustentabilidade ambiental, Goodland (2001) defende que um dos caminhos é a prevenção da poluição e a reciclagem do lixo, pois estes causam menos danos do que o seu tratamento; ou seja, uma das facetas da educação ambiental é justamente mudar o estilo de vida em prol do meio em que se vive.

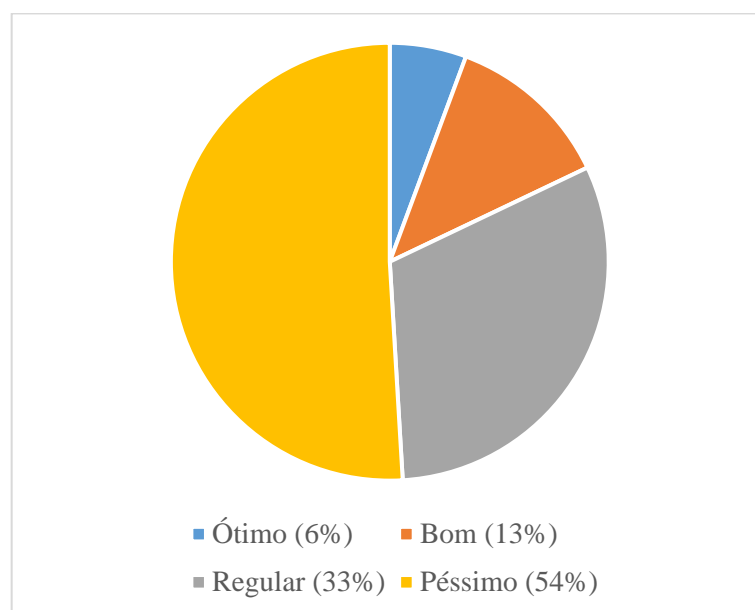


Figura 49- Distribuição dos resultados quanto à Educação Ambiental

Quando o assunto é conforto térmico e acústico (Figura 50), parte dos entrevistados se revelaram satisfeitos, devido à grande quantidade de árvores que proporcionam uma temperatura mais amena e ao pouco tráfego de veículos que não causam incômodo. Tais opiniões se revelam nos resultados, onde 37% considera ótimo, 40% considera bom, 17% considera regular e apenas 6% considera péssimo.

Por se tratar de uma área de fundo de vale, o Córrego Macambira tem grande importância ambiental, devido às suas áreas permeáveis e a sua cobertura vegetal. A respeito dos fundos de vale, Martins Júnior (2007), ressalta que:

Os fundos de vale convertem-se, ainda, num importante corredor de espaço aberto, permitindo o fluxo do ar fresco, a melhoria da ventilação natural e a remoção dos poluentes. Além disso, os fundos de vale são um espaço potencial para a implementação de políticas de gestão urbanas, através do plantio de árvores com o objetivo de reduzir o efeito “ilha de calor”, canalizar as brisas térmicas e criar um microclima, para captar e minimizar a absorção de calor e aumentar ou diminuir a velocidade do vento, conforme o necessário.

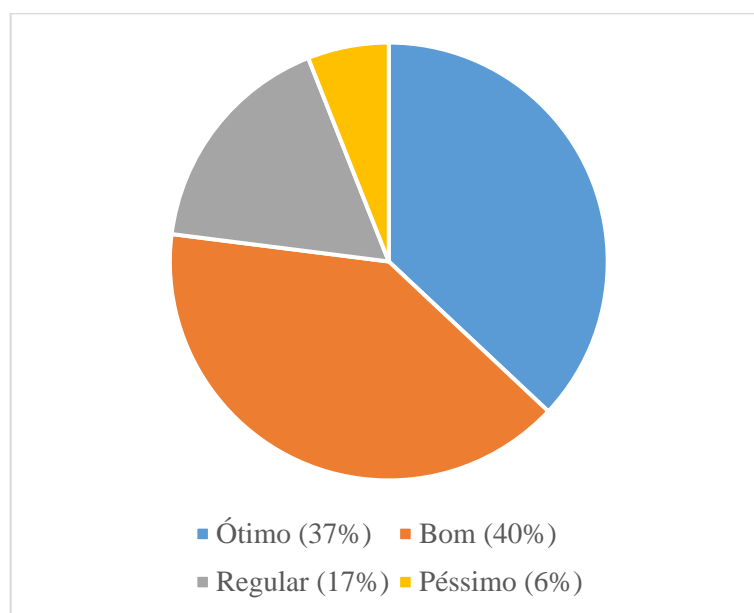


Figura 50 - Distribuição dos resultados quanto ao Conforto Térmico e Acústico

Com relação à Mobilidade Urbana, tendo em vista o transporte público e os pontos de ônibus (Figura 51), o fato de haver pouco tráfego de veículos, facilita a circulação destes aos pontos de interesse próximos a região, entretanto tal facilidade não se estende ao transporte

público, onde a maioria dos entrevistados reivindicam maior número de ônibus coletivos e melhor distribuição dos pontos de ônibus, que atualmente são distantes das residências que se localizam no entorno do parque. Dentre os entrevistados, 20% consideram ótima a mobilidade urbana, 13% consideram boa, 27% consideram regular, 27% consideram péssimo e 13% que preferiram não opinar, não fazem uso do transporte coletivo.

Mais uma vez, confirma-se aqui a preferência ao transporte individual, dado a carência no transporte público, totalmente contrário às estratégias de consumo sustentável. Cortez (2009), por exemplo, defende que:

Para o caso da área de transportes, na estratégia de consumo verde haveria mudanças tecnológicas para que os carros se tornassem mais eficientes (gastando menos combustível) e menos poluentes, e mudanças comportamentais dos consumidores, que considerariam essas informações na hora da compra de um automóvel. Na estratégia do consumo sustentável, haveria também investimentos em políticas públicas visando a melhoria dos transportes coletivos, o incentivo aos consumidores para que utilizem esses transportes e o desestímulo para que não utilizem o transporte individual (CORTEZ, 2009, p.58).

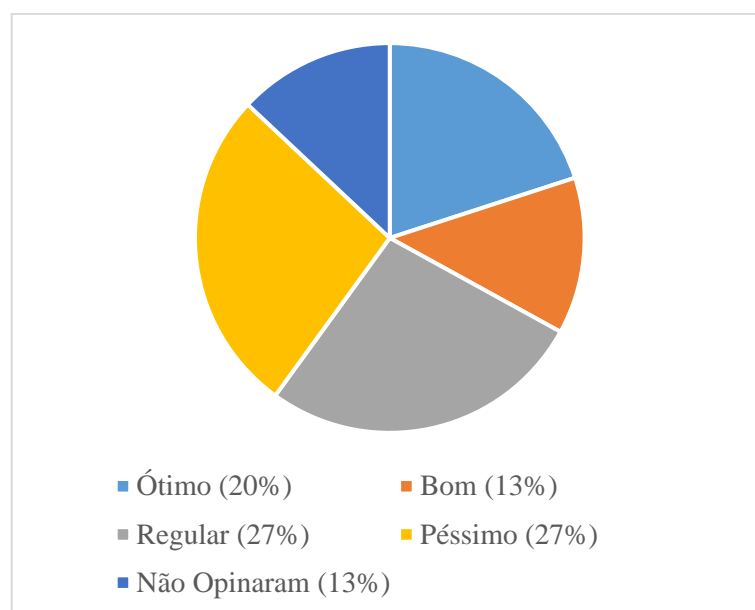


Figura 51- Distribuição dos resultados quanto à Mobilidade Urbana

Na Figura 52, são apresentados os resultados quanto à saúde, no que se refere aos postos de saúde localizados próximos à região, onde 10% consideram ótimo, 23% consideram bom, 17% consideram regular e 37% consideram péssimo, pois reivindicam a necessidade de um

posto de saúde no setor. Próximo à região, tem um posto de saúde no Setor Vila Boa e outro no Setor Novo Horizonte (atualmente não funciona devido à reforma). Já 13% dos entrevistados preferiram não opinar pois possuem plano de saúde e portanto não utilizam o serviço do posto de saúde.

No que diz respeito à saúde, a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, estabelece que:

A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício [...] O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 2013).

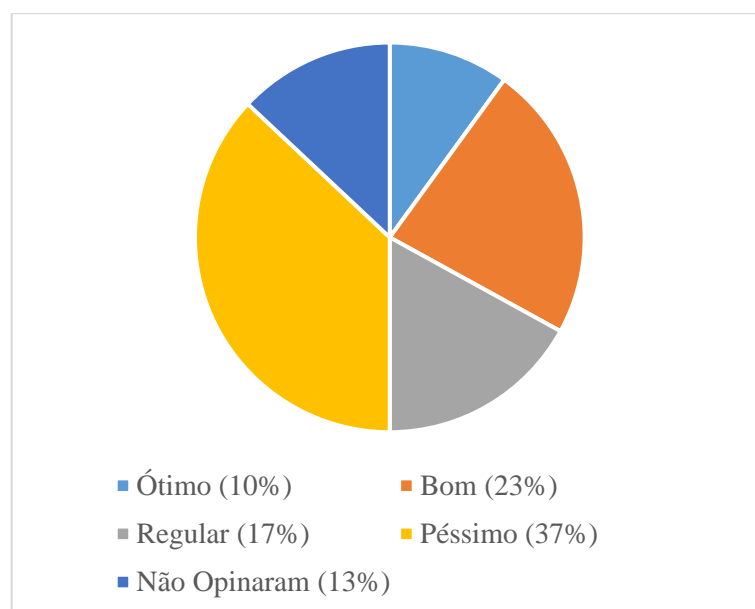


Figura 52- Distribuição dos resultados quanto à Saúde

Quando o assunto é Bem Estar, tendo em vista o lugar onde moram (Figura 53), a maioria dos entrevistados estão satisfeitos em morar no Setor Faiçalville, devido ao conforto térmico, à ausência de barulho de automóveis e por estarem frente a uma densa vegetação. Revertendo essas opiniões em números, 43% acham ótimo, 37% acham bom, 17% acham regular e apenas 3% acham péssimo.

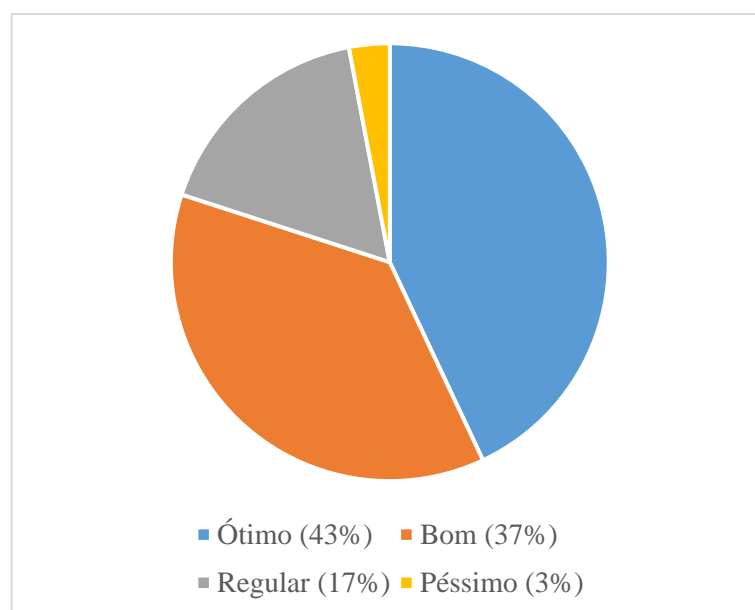


Figura 53 - Distribuição dos resultados quanto ao Bem Estar

Com relação à Sustentabilidade Social e analisando a Tabela 6, verificou-se que apenas 30% da população entrevistada, participou das reuniões realizadas pelo PUAMA (Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns), enquanto que 70% dos entrevistados não participou de nenhuma reunião, seja por motivos de desinteresse, incompatibilidade dos horários ou até mesmo incredulidade nas promessas políticas. Além disso, 23% das amostras demonstrou não ter conhecimento sobre quais equipamentos serão construídos próximos às suas residências e/ou comércio, enquanto que 67% adquiriu informações sobre o parque, não nas reuniões, mas em veículos de mídia, como internet e tv.

Tabela 6 - Respostas ao Questionário sobre o Parque Linear Macambira Anicuns

Sustentabilidade Social	Avaliação					
	Sim		Não		Não Opinaram	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Questões						
1. Você participou de alguma reunião referente ao parque?	9	30	21	70	-	-
2. Você tem conhecimento sobre quais equipamentos serão construídos no parque e próximos à sua residência e/ou comércio?	20	67	10	23	-	-

Já na Tabela 7, ao analisar as ações da prefeitura, verificou-se que 7% consideram ótima a ação de esclarecer a população sobre o projeto do parque, 10% consideram boa, consideram 37% regular e 39% avaliaram como péssima essa ação, enquanto 7% preferiram não opinar (Figura 54).

Tabela 7- Respostas ao Questionário sobre o Parque Linear Macambira Anicuns

Sustentabilidade Social	Avaliação									
	Ótimo		Bom		Regular		Péssimo		Não Opinaram	
Questões	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Como você avalia a ação da prefeitura em:										
3. Esclarecer a população sobre o projeto do parque?	2	7	3	10	11	37	12	39	2	7
4. Construir um parque linear nesta região?	17	57	7	23	-	-	5	17	1	3
5. Remanejar as famílias que ocupavam a área do parque?	7	23	6	20	6	20	5	17	6	20

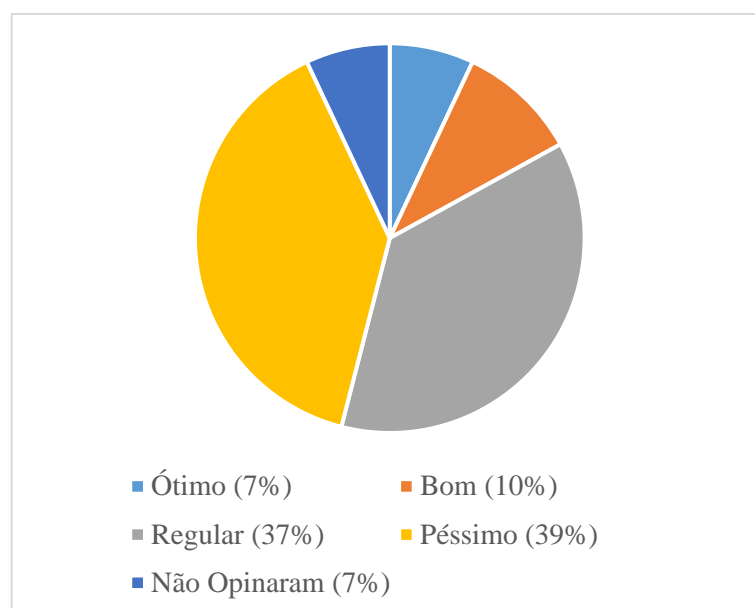


Figura 54 - Distribuição dos resultados quanto ao esclarecimento da população sobre o projeto do parque

Com relação a ideia de se construir um parque linear (Figura 55), 57% dos entrevistados acham ótimo, 23% consideram bom, 17% péssimo e 3% não opinaram. O que se observou nesta pergunta, é que a maioria, apesar de considerar ótimo, está descrente principalmente após a interrupção da obra, considerando que esta nunca será concluída.

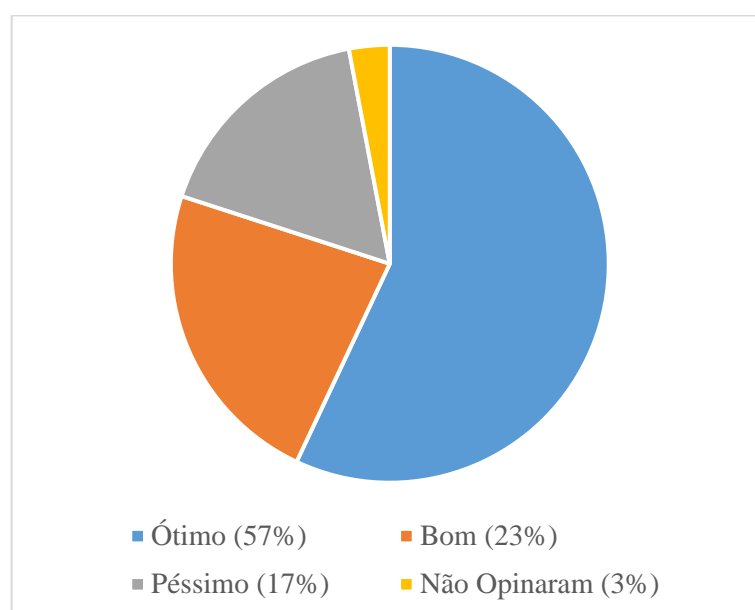


Figura 55- Distribuição dos resultados quanto à ideia de se construir um parque

Quanto ao remanejamento das famílias (Figura 56), 23% acham ótima essa ação, pois acham válido a desocupação de áreas públicas; 20% acham bom, 20% regular, e 17% acham péssimo, pois ao removerem as famílias, o entulho provindo das demolições permanece no local (Figura 57), atraindo moradores de rua e usuários de drogas. Já 20% dos entrevistados preferiram não opinar, pois não tinham conhecimento sobre como se deu o processo de negociação e se as famílias realmente foram indenizadas.

Lembrando que o remanejamento das famílias faz parte de uma das ações do PUAMA (Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns) e está contido no documento PARR (Plano de Ações de Aquisição de Áreas, Remanejamento de População e Reinstalação de Atividades Econômicas).

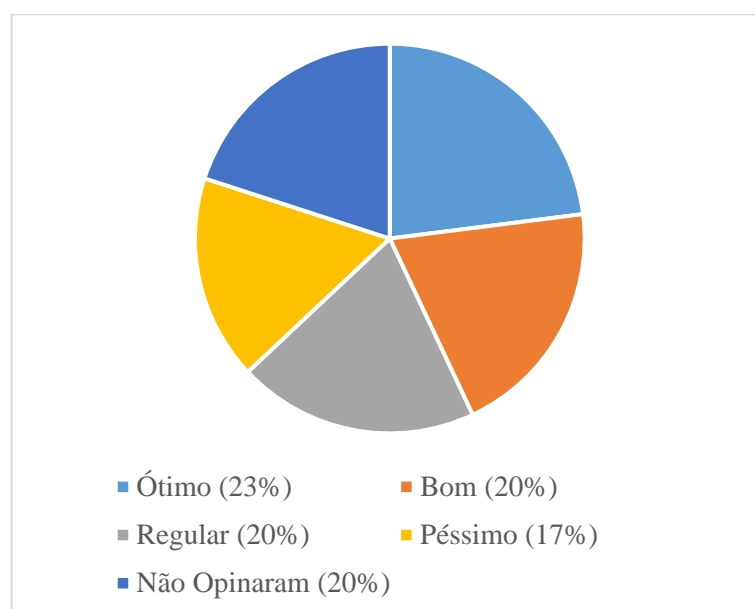


Figura 56- Distribuição dos resultados quanto ao remanejamento das famílias



Figura 57- Entulho proveniente das demolições / remoção das famílias Alameda Carlos Di Trano. Fonte: Fotos tiradas pela autora, Janeiro, 2014.

Ao analisar a Tabela 8 (Sustentabilidade Econômica), verifica-se que quanto à valorização dos imóveis ao redor do parque, percebe-se que na opinião dos entrevistados, 77% afirmam que os imóveis foram valorizados, 6% afirmam que não houve valorização e 17% preferiram não opinar.

Tabela 8 - Respostas ao Questionário sobre o Parque Linear Macambira Anicuns

Sustentabilidade Econômica	Avaliação					
	Sim		Não		Não Opinaram	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
1. Você considera que houve valorização dos imóveis em função do parque?	23	77	2	6	5	17
2. Você considera que houve aumento no valor do IPTU dos imóveis, em função do parque?	6	20	11	37	13	43
3. Você considera que houve o surgimento de novas construções em função do parque?	18	60	8	27	4	13
4. Você considera que houve prejuízos econômicos em função do parque?	1	4	25	83	4	13

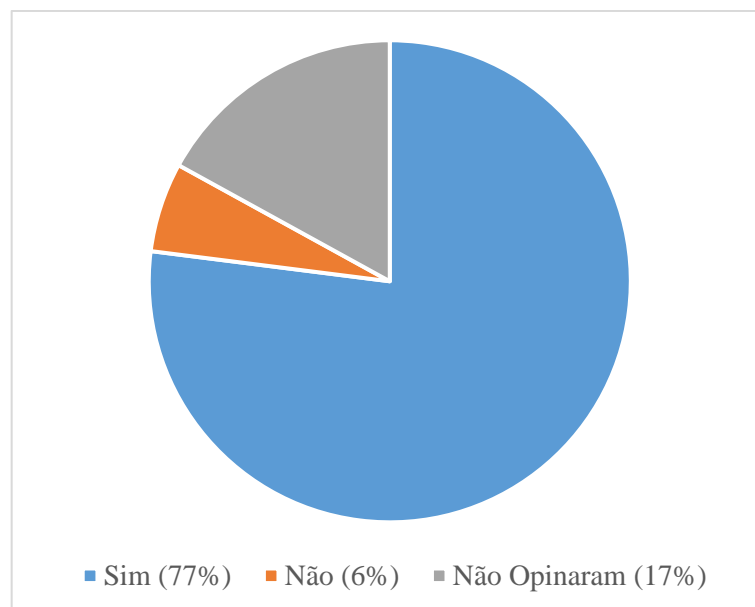


Figura 58 - Distribuição dos resultados quanto a valorização dos imóveis

Quanto ao valor do IPTU (Figura 59) e tendo em vista, o valor do ano 2013, 20% dos entrevistados acreditam que o aumento tenha sido em função da implantação do parque linear, 37% afirmam que o aumento foi normal, e não teve nenhuma relação com o parque, enquanto que 43% não opinaram, pois moram de aluguel e não tem acesso ao valor do imposto.

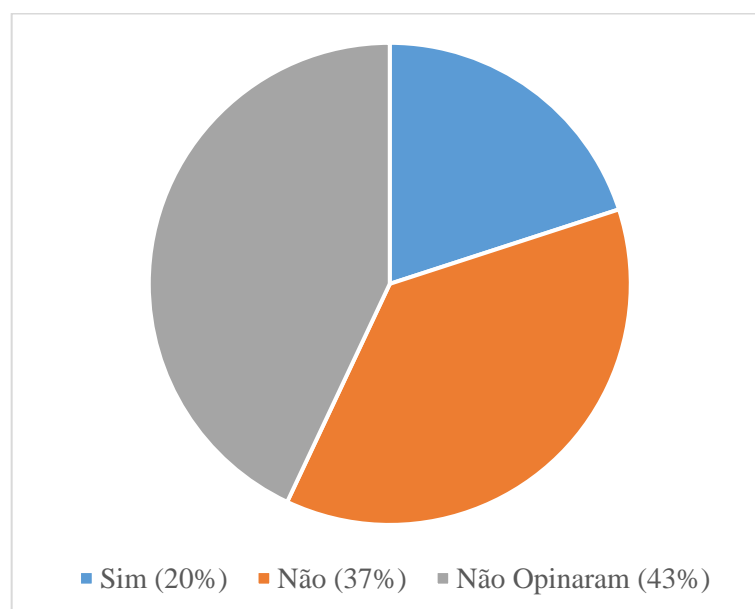


Figura 59- Distribuição dos resultados quanto ao valor do IPTU

Com relação ao surgimento de novas construções (Figura 60), 60% acreditam que houve um aumento considerável em função da construção do parque; 27% consideram que não houve aumento e 13% preferiram não opinar. Quanto aos prejuízos econômicos (Figura 61), 4% consideram que tiveram prejuízos, pois investiram em novas obras, mas que devido à interrupção do parque, houve uma desvalorização, enquanto 83% afirmam que não tiveram nenhum tipo de prejuízo e 13% preferiram não opinar.

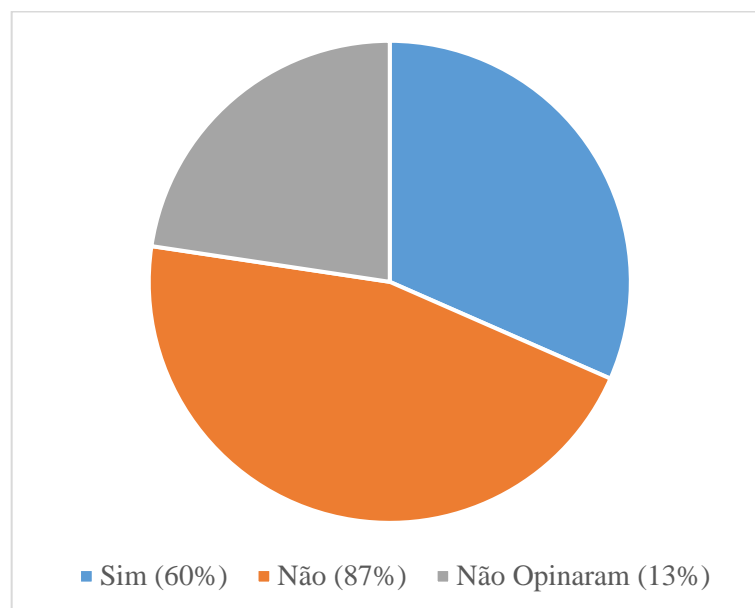


Figura 60 - Distribuição em relação ao surgimento de novas construções

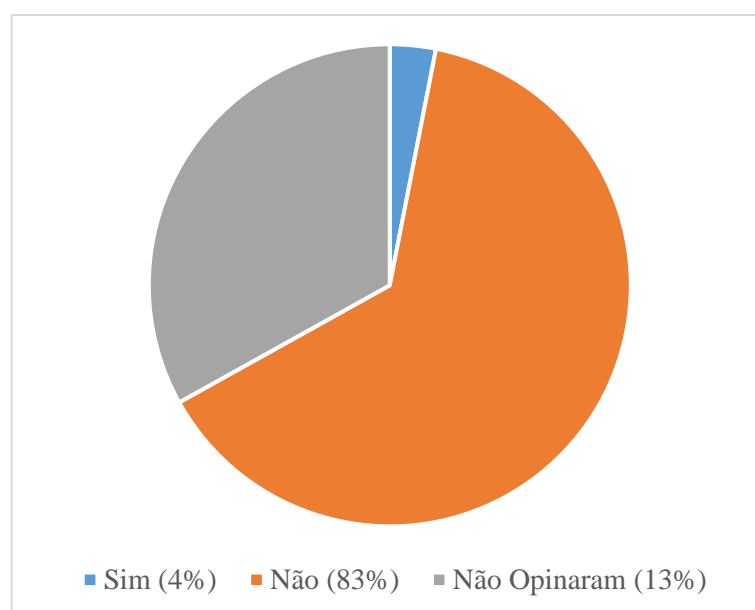


Figura 61- Distribuição dos resultados quanto aos prejuízos econômicos

Entretanto, ao fazermos uma relação entre as entrevistas e os levantamentos realizados em campo (Figura 62), percebemos que em termos espaciais, a quantidade de lotes vagos que margeiam o parque ainda é bastante considerável, ou seja, num total de 773 lotes, 245 lotes estão vagos, o que equivale a 31,7% da quantidade total de lotes. Enquanto que a quantidade de residências à venda é mínima (12 lotes), o que equivale a 1,5% da quantidade total de lotes (Figura 63). Percebe-se assim que a ideia de se implantar o parque ainda não influenciou de maneira significativa, o surgimento de novas construções.

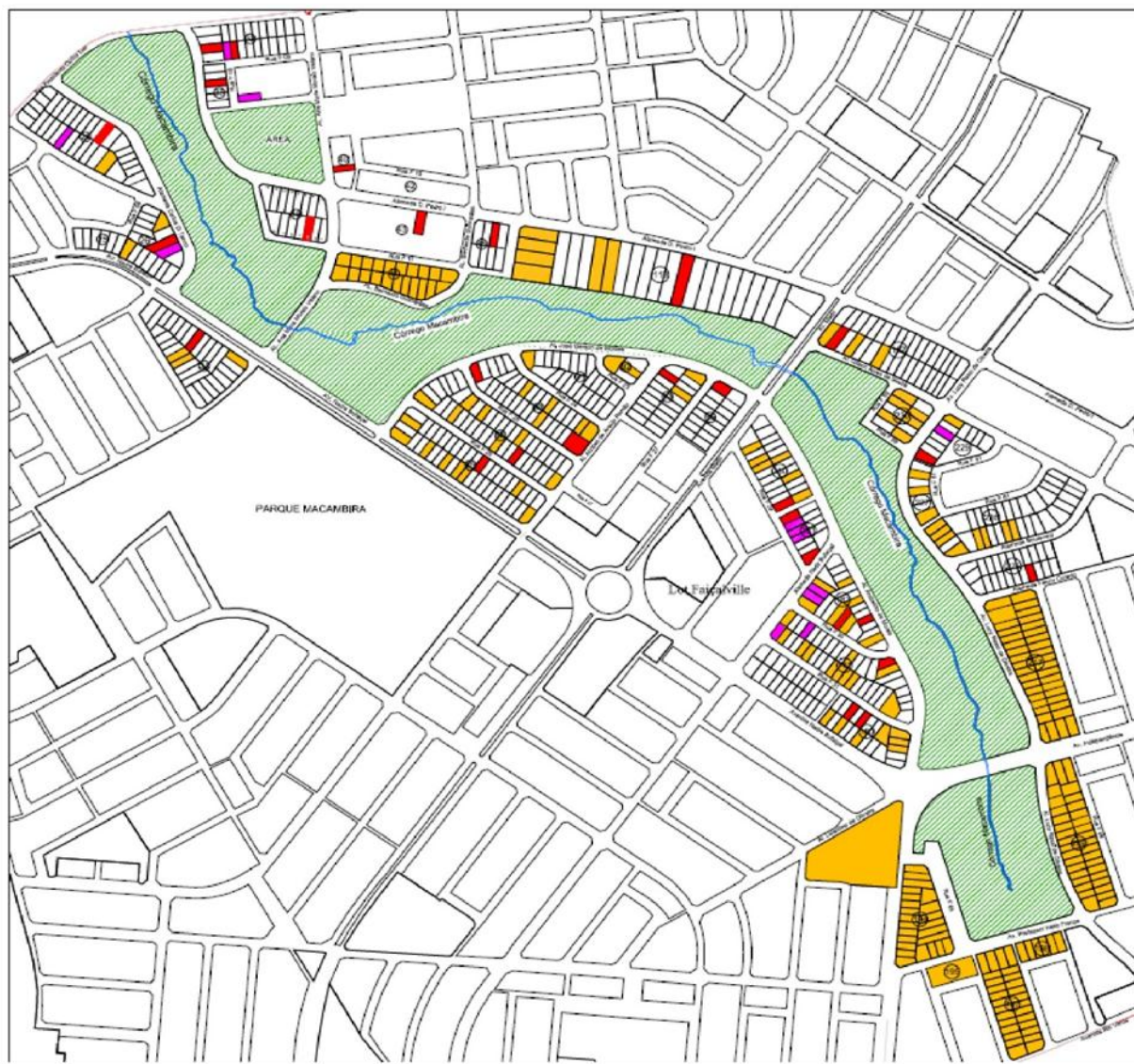


Figura 62 - Mapa do entorno do Parque Linear – Setor S1 (Faiçalville) Fonte: Levantamento realizado pela autora, Janeiro, 2014.

LEGENDA

- Amostras – Residências onde foram aplicados os questionários (quantidade: 30)
- Lotes Vagos – quantidade: 245
- Residências à venda – quantidade: 12

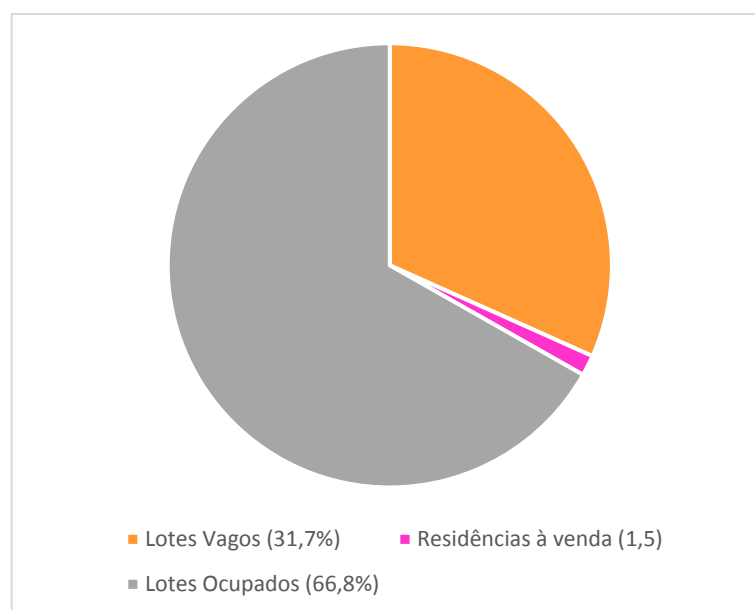


Figura 63- Distribuição dos lotes vagos e à venda

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado que o objetivo geral desta pesquisa foi avaliar as ações de sustentabilidade propostas no Planejamento do Parque Linear Macambira Anicuns, tendo como parâmetros, observações e entrevistas realizadas em campo, verificou-se que, quanto à Sustentabilidade Ambiental, os moradores relacionam o bem estar com a qualidade do ar, da flora, da fauna, do conforto térmico e acústico, e consideram que vivem bem no setor Faiçalville, mesmo que ainda haja carência com relação à mobilidade urbana, à segurança e à saúde, ações que aliás são de extrema importância para o desenvolvimento sustentável. Na opinião de Cavalcanti (2001), as políticas públicas, devem garantir uma melhoria real, não só ao ecossistema em questão como também das condições de vida da população.

Apesar de já ter sido iniciada a implantação do parque, a função sustentável não está sendo cumprida, primeiro por conta da interrupção da obra e segundo pela falta de cuidado com o que já foi realizado, como por exemplo algumas árvores que foram degradadas em função da estruturação viária, e que não foram recompostas; outro motivo está ligado a depósitos de lixo nas áreas do parque, bem como o entulho (proveniente da demolição das casas e remanejamento das famílias) que ainda permanece no local, se tornando refúgio de moradores de rua e ponto de usuários de droga.

Lembrando que uma das ações propostas pelo PUAMA, está contida no Manual de Procedimentos (2011), o qual propõe a comunicação social e educação ambiental, cujo objetivo é conscientizar a população remanescente sobre a importância da reciclagem de resíduos e da limpeza urbana.

Na Sustentabilidade Social, percebe-se que não houve interesse por parte da sociedade em participar das reuniões realizadas em função do Parque Linear, apesar de procurarem informações nos meios de comunicação. Entretanto, nota-se sobretudo a total insatisfação dos entrevistados quanto às políticas públicas, e conseqüentemente quanto à implantação do parque, pois acreditam que será mais uma promessa política que não sairá do papel.

A respeito dessas relações, Cavalcanti (2001), afirma que para engajar todos os setores da sociedade em prol da sustentabilidade, no mínimo três parâmetros deveriam ser

considerados para fins de reforma institucional: educação, gestão participativa e diálogo entre as partes envolvidas. Sheng (2001) também a favor dessa proposta, afirma que:

[...] as instituições sociais são constrangidas por interesses constituídos e lentas em mudar e responder a valores da sociedade recém-identificados. Em qualquer esforço para construir-se uma sociedade sustentável, portanto, a batalha final maior deve ser enfrentada no campo das reformas institucionais.

Apesar da Sustentabilidade Econômica não fazer parte das ações propostas pelo PUAMA, esta foi analisada mediante a investigação do processo de ocupação da área em questão. Durante a pesquisa, verificou-se que o fato da obra ter sido iniciada e depois interrompida, não gerou prejuízos econômicos na população local. Não há um número significativo de novas construções a partir do momento em que foi publicado a implantação do parque linear, e nota-se também que o setor continua sendo caracterizado pela baixa densidade, dado a quantidade de residências existentes. No decorrer deste trabalho, supunha-se que não haviam sido tomadas medidas preventivas referentes a um provável crescimento no entorno, bem como problemas de circulação. Entretanto, durante a pesquisa, verificou-se que tal hipótese não se aplica ao Setor Faiçalville, dado o baixo processo de ocupação ao longo dos anos (1992, 2002, 2006 e 2013), à grande quantidade de lotes vagos, bem como às vias de circulação, que devido à baixa ocupação, não apresentam gargalos no trânsito.

Portanto, ainda não há conflitos referentes ao planejamento viário, às leis de ocupação do entorno e à especulação imobiliária, talvez devido a interrupção do parque. Entretanto, tais ações poderão apresentar um novo quadro, após a conclusão do parque linear e com o passar dos anos.

Enfim, durante essa pesquisa, percebeu-se que os pontos comuns entre os três pilares da sustentabilidade no que se refere à teoria, também se aplicam na realidade, onde as reformas institucionais, a educação ambiental e a participação social são essenciais na efetivação não só do Parque Linear Macambira Anicuns como também de muitas outras propostas que infelizmente não são totalmente concluídas. “Trata-se de um programa de grande alcance social e ambiental, com reflexos positivos para o conjunto da cidade, inclusive do ponto de vista econômico” (MOYSÉS, 2009, p.93), mas que atualmente vem passando por alguns encaixes, afetando em muito a expectativa da sociedade, que em meio a tantos planos se vê calejada e descrente.

De maneira geral, recomenda-se adotar uma metodologia que realmente integre a proposta ambiental e social com aspectos que propiciem uma qualidade de vida, através de investimentos em saúde, educação, lazer, segurança, etc.

Tendo em vista, a paralisação provisória do parque linear, sugere-se que sejam aplicados no decorrer das obras e principalmente após a conclusão, indicadores ambientais urbanos. A esse respeito, Mueller (2007) defende que:

As funções principais de um indicador são as de permitir: constatar ou conhecer o estado do meio ambiente ou qualidade ambiental, sua evolução espaço-temporal; entender, fazer comparações e criar tipologias; e modificar a qualidade ambiental, através de decisões futuras, a partir da avaliação das decisões passadas, permitindo a formulação de estratégias e de plano de ações (MUELLER, 2007, p.154).

Sabe-se que dentre as ações será realizado um acompanhamento com as famílias que foram remanejadas, mas propõe-se também um acompanhamento em torno do parque, de maneira a monitorar a qualidade de vida dos moradores e avaliar o real grau de sustentabilidade das ações ambientais e sociais propostas no programa.

A Educação Ambiental é uma das ações propostas no Programa, entretanto recomenda-se que essa ação seja realizada também antes da implantação do parque, para que independente do processo da obra, a população local já tem consciência ambiental.

Torna-se também, urgente e essencial o resgate da população que se encontra desestimulada, a voltar a participar das tomadas de decisões, a reivindicar os seus direitos, a cobrar as promessas de outrora, mas para isso, é necessário também que a população seja ouvida e respeitada, principalmente pelos representantes políticos. Que a voz da população se faça ecoar, de maneira a mudar o rumo da vida política, em busca de ética e organização, tornando assim promessas e prazos cumpridos.

REFERÊNCIAS

ANNA CAROL. *Passeio Público, Rio de Janeiro, Brasil*. 1 fotografia, colorida, 2005. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Passeio_Publico.jpg>. Acesso em: 19 jul. 2013.

ARANTES, Germana de Faria. Intervindo no Espaço Construído: o caso do parque Vaca Brava. *Estudos*, vol.37, nº3 (2010), p.501-517. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/estudos/article/view/1748/1095>>. Acesso em: 12 mai. 2013.

AGOSTINI, Cintia. *Abordagens da Sustentabilidade nas Discussões sobre Desenvolvimento: uma análise a partir da obra de Dinizar Becker*. 2008. 140f. Trabalho de Dissertação – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2008. Disponível em: <<http://www.univates.br/bdu/bistream/10737/18/16/Cintiaagostini.pdf>> Acesso em: 12 mar. 2013.

BARBOSA, Sales Altair. Upiabajuritipepena – Narrativa ecológica da ocupação humana no cerrado. Barbosa et al Nutrelo. 2013.

BARTALINI, Vladimir. Os córregos ocultos e a rede de espaços públicos urbanos. *Arquitextos*, São Paulo, 09.106, *Vitruvius*, mar 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.106/64>>. Acesso em: 10 mai. 2013.

BID Banco Interamericano de Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.iadb.org>>. Acesso em: 03 ago. 2013.

BINSWANGER, Hans Christoph. Fazendo a Sustentabilidade Funcionar. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. - 3.ed. - São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001. p.41 – 55.

BIRCH, Kean; LEVIDOW, Les; PAPAIOANNOU, Theo. 2010. "Sustainable Capital? The Neoliberalization of Nature and Knowledge in the European “Knowledge-based Bio-economy”". *Sustainability* 2, no. 9. p. 2898-2918. Disponível em: <<http://www.mdpi.com/2071-1050/2/9/2898>>. Acesso em: 30 mai. 2013.

BONDUKI, N.; FERREIRA, J. S. W. (Coord.). *Pesquisa e análise de aplicação de instrumentos em planejamento urbano ambiental no município de São Paulo: Relatório 2 – Instrumentos legais necessários à implantação de parques lineares*. São Paulo: Laboratório de

Habitação e Assentamentos Humanos (FAUUSP). 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/produtos/pesquisa_analise_instrumentos-parqueslineares.pdf>. Acesso em: 29 set. 2013.

BRASIL. Decreto nº 5.098/2004. Dispõe sobre o *Plano Nacional de Prevenção, preparação e resposta rápida a Emergências Ambientais com produtos químicos perigosos*. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/category/36-p?download...098-04>> Acesso em: 01 jun. 2013.

_____. Lei Federal nº 6.938/1981. Dispõe sobre a *Política Nacional do Meio Ambiente*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=313>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

_____. Lei Federal nº 9.433/1997. *Política Nacional de Recursos Hídricos*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19433.htm>. Acesso em: 31 mai. 2013.

_____. Lei Federal nº 9.605/1998. *Lei de Crimes Ambientais*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/gab/asin/lei.html>>. Acesso em: 31 mai. 2013.

_____. Lei Federal nº 9.795/1999. *Política Nacional de Educação Ambiental*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 31 mai. 2013.

_____. Lei Federal nº 9.985/2000, que institui o *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 31 mai. 2013.

_____. Lei Federal nº 10.257/2001, *Estatuto da Cidade*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em: 01 jun. 2013.

_____. Lei Federal nº 11.445/2007. *Política Nacional de Saneamento*. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br>>. Acesso em: 31 mai. 2013.

_____. Lei Federal nº 12.305/2010. Institui a *Política Nacional de Resíduos Sólidos*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=63>>. Acesso em: 14 mai. 2013.

_____. Lei Federal nº 12.727/2012. *Código Florestal*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12727.htm>. Acesso em: 31 mai. 2013.

_____. Lei Federal nº 8.080. *Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm>. Acesso em: 05 fev. 2014.

_____. Acesso à fauna e a flora deve acontecer com responsabilidade. *Ministério do Meio Ambiente*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/9562-acesso-%C3%A0-fauna-e-%C3%A0-flora-deve-acontecer-com-responsabilidade>>. Acesso em: 01 fev. 2014.

_____. Resolução nº 018 de 06 de maio de 1986, que dispõe sobre o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar por veículos automotores. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/163/_arquivos/proconve_163.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2014.

_____. Resolução nº 05 de 15 de junho de 1989, que dispõe sobre o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/163/_arquivos/pronar_163.pdf> Acesso em: 05 fev. 2014.

CAVALCANTI, Clóvis. Política de Governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. In: _____ (Org.). Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. - 3.ed. - São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001. p.21 – 40.

CASTELNOU, Antônio Manuel Nunes. Parques Urbanos de Curitiba: de espaços de lazer a objetos de consumo. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v.13, nº14, p.53-73, dez. 2006. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/832/804>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

CONSÓRCIO REENCONTRO COM AS ÁGUAS. Relatório do Projeto Executivo de Desapropriação do Parque Linear Macambira Anicuns Setor 1- Volume 7, Ano 2010.

COSTA, Carlos Smaniotto. Áreas Verdes: um elemento chave para a sustentabilidade urbana. A abordagem do projeto Greenkeys. *Arquitextos*, São Paulo, 11.126, *Vitruvius*, nov 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.126/3672>>. Acesso em: 08 out. 2012.

COSTANZA, Robert. Toward a new sustainable economy. *Real-world economics review*. issue no. 49, 12 March 2009, p. 20-21, <<http://www.paecon.net/PAERreview/issue49/Costanza49.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2013.

CORTEZ, Ana Tereza Caceres Cortez. Consumo e Desperdício – as duas faces das desigualdades. In: CORTEZ, ATC., and ORTIGOZA, SAG., orgs. *Da produção ao consumo: impactos socioambientais no espaço urbano* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 146 p. ISBN 978-85-7983-007-5 p.35-62. Disponível em <<http://books.scielo.org>> Acesso em: 24 abr. 2013.

DIAS, Fabiano. O desafio do espaço público nas cidades do século XXI. *Arquitextos*, São Paulo, 06.601, *Vitruvius*, jun. 2005. Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.061/453>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

DIMSFİKAS at Greek Wikipedia. *Parc de La Villette, Geode, Paris*. Fotografia, colorida, 2011. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Parc_de_la_Villette_Geode.jpg>. Acesso em: 07 set. 2013.

DOMELAS, Henrique Lopes. Sociedade de Risco e o Princípio da Precaução: conceito, finalidade e a questão de sua imperatividade. *Uniabeu*, Belford Roxo, v.04, nº 06 Jan.-Abr. 2011. p.109 – 143.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais: nas cidades do agronegócio. *R.B. Estudo Urbanos e Regionais*. Pará, v.9, nº1, p.25-39, mai. 2007.

ESTEVAM, Luis Antonio. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás*. / Luis Antonio Estevam – Campinas, SP: [s.n.]. 1997. Tese de Doutorado.

FERREZ, Marc. *O Jardim Botânico e a rua do mesmo nome*. 1 Fotografia, P&B, 1880. Disponível em: <<http://marlivieira.blogspot.com.br/2009/07/historia-do-jardim-botanico-do-rio-de.html>>. Acesso em: 03 set. 2013.

FOLADORI, Guillermo. Avanços e Limites da Sustentabilidade Social. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, 2011Vol. 0(102), p.103-113. Disponível em<<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/214/176>> Acesso em: 24 abr. 2013.

FRIEDRICH, Daniela. *O Parque Linear como instrumento de planejamento e gestão das áreas de fundo de vale urbanas*. 2007. 273f. Trabalho de Dissertação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GALVÃO FILHO, Antonio Queiroga. *Apresentação AMMA- Macambira Anicuns*. Slides – Power Point, 2011.

GIRÃO, Cláudia. Parque do Flamengo, Rio de Janeiro, Brasil: o caso da marina – parte 1. *Arquitextos*, São Paulo, 12.135, *Vitruvius*, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.135/4014>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

GOMES, Marco Antônio Ferreira. Água: sem ela seremos o planeta Marte de amanhã. *Embrapa Meio Ambiente*, mar. 2011. Disponível em: http://www.cnpma.embrapa.br/down_hp/464.pdf. Acesso em: 01 fev. 2014.

GOODLAND, Robert. Sustentabilidade Ambiental: comer melhor e matar menos. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. - 3.ed. - São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001. p.271 – 298.

GUIMARÃES, Cláudia Gomide. *Parques Urbanos – Sua influência no planejamento e desenvolvimento das cidades*. 2010. 176f. Trabalho de Dissertação – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC Goiás, Goiânia, 2010.

HERZOG, Cecilia P. Infraestrutura verde. Chegou a hora de priorizar!. Minha cidade, São Paulo, 11.130, *Vitruvius*, mai 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.130/3900>>. Acesso em: 08 out. 2012.

HOFFMANN, Micheline Gaia; MAIS, Ilisangela; AMAL, Mohamed. Planejamento e gestão de parques científicos e tecnológicos: uma análise comparativa. *Economia Global e Gestão*, Lisboa, v. 15, n. 3,dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-74442010000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 jun. 2013.

HOGAN, Daniel Joseph. Mudança ambiental e o novo regime demográfico. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. - 3.ed. - São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001. p.369 – 383.

JESSÉ ALEXANDRE DA SILVA, Geovany; GARCIA NETTO, Luiz da Rosa. Parque linear da Prainha, Cuiabá-MT. Uma ruptura de paradigmas na intervenção urbana. *Arquitextos*, São Paulo, 09.100, *Vitruvius*, set 2008. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.100/114>>. Acesso em: 03 ago. 2013.

KAMYKOVAS. *Parque Linear do Rio Verde em São Paulo*. Imagem, colorida, 2011. Disponível em: <http://wikimapia.org/13645615/pt/Parque-Linear-do-Rio-Verde>. Acesso em: 05 out. 2013.

LEIS, Héctor Ricardo. Um modelo político – comunicativo para superar o impasse do atual modelo político – técnico de negociação ambiental no Brasil. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. - 3.ed. - São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001. p.232 – 247.

_____, Héctor Ricardo. *A Modernidade Insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Montevideú, 2004. 178 páginas, figuras e diagramas. 2ª edição revista. Disponível em: <<http://ambiental.net/coscoroba/LeisAmodernidadeInsustentavel.htm> >. Acesso em: 01 jul. 2013.

LEON BALZA, Sergio F. Conceitos sobre o espaço público, gestão de projetos e lógica social: reflexões sobre a experiência chilena. *Eure (Santiago)*, Santiago, v.24, n.71, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71611998007100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 jun. 2013.

LISBOA, Deise. *Vista do Parque Sarah Kubistchek*. 1 fotografia, colorida, 2012. Disponível em: <<http://coletivo.maiscomunidade.com/conteudo/2012-04-21/cidades/7732/ELE+E+O+MAIOR+DO+MUNDO.pnhtml>> Acesso em: 09 set. 2013.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política* / Carlos Frederico Bernardo Loureiro.- São Paulo: Cortez, 2012. - (Coleção questões da nossa época; v.39).

MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do Paisagismo no Brasil* / Silvio Macedo. - São Paulo, 1999. 144p.:il.;27 cm. [Coleção Quapá, V.1].

_____, Silvio Soares. *Parques Urbanos no Brasil = Brazilian Urban Parks* / Silvio Soares Macedo e Francine Gramacho Sakata – 2.ed.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial da Universidade de São Paulo, 2003 – [Coleção Quapá].

MALDONADO. *Parque Linear de Uberlândia*. Fotografia, colorida, 2010. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1052855>>. Acesso em: 05 out. 2013.

MARICATO, Ermínia. *Viomundo*. São Paulo, 01 set. 2012. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/erminia-maricato-planejamento-urbano-e-fetiche-que-encobre-um-grande-negocio.html>> Acesso em: 04 fev. 2013.

MARTINS JÚNIOR, Osmar Pires. *Arborização Urbana & Qualidade de Vida: Classificação dos Espaços Livres e Áreas Verdes*. / Osmar Pires Martins Júnior – Goiânia: Kelps / UCG, 2007. 312 p., il.

MARTINS, Tito. *Monumento no Campo de Santana (ou Praça da Republica), no Centro do Rio de Janeiro*. 1 fotografia, colorida, 2009. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Monumento_Campo_de_Santana.jpg>. Acesso em: 19 jul. 2013.

MOYSÉS, Aristides. SILVA, Eduardo Rodrigues da. Ocupação e Urbanização dos Cerrados: desafios para a Sustentabilidade. *Cadernos Metrópole* 20 2º sem. 2008 p. 197-220. Disponível em: <http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm20_142.pdf>. Acesso em: 10 jun 2013.

_____, Aristides. SANTOS, Sandra Sarno Rodrigues dos. Cidade, Território e Requalificação Urbana: programa Macambira Anicuns na metrópole goianiense. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*, ano 08, número 17, 2009. Disponível em:

<<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/311/257>. Acesso em: 10 mai. 2013.

MONGIN, Olivier. Expansão Verde em debate: A vida em comunidade exige espaços comuns. 08 mar 2013. Disponível em: <<http://www.coutinhomoraes.com.br/noticias/expansao-verde-em-debate-a-vida-em-comunidade-exige-espacos-comuns/>> Acesso em: 18 mar. 2013.

MUELLER, Charles C. *Os Economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente* / Charles C. Mueller. - Brasília: Editora Universidade de Brasília: Finatec, 2007. 562p.

NASCIMENTO, Aniele. *Parque Linear do Cajuru em Curitiba*. Fotografia, colorida, 2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/imobiliario/conteudo.phtml?id=1030723&tit=Valorizacao-crescente>>. Acesso em: 05 out. 2013.

NIJDAM, Alicia. *Aerial view of the Gloria and Flamengo neighbourhoods of Rio de Janeiro, Brazil*. 1 fotografia, colorida, 2008. Disponível em: <<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rio-Aterro-Flamengo-Gloria.jpg>>. Acesso em: 03 set. 2013.

NORGAARD, Richard. Valoração Ambiental na busca de um futuro sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. - 3.ed. - São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001. p.83 – 92.

OLIVEIRA, Fabiano Lemes de. O nascimento da ideia de parque urbano e do urbanismo modernos em São Paulo. *Arquitextos*, São Paulo, 10.120, *Vitruvius*, mai 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3433>>. Acesso em: 13 mai. 2013.

PARQUE DO ANHANGABAÚ. 1 fotografia, P&B, 1925. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/>>. Acesso em: 19 jul. 2013.

PLANO COUCHET. *Fotografia Aérea do Parque D. Pedro II*. 1 Fotografia, P&B, 1929. Disponível em: <<http://www.habisp.inf.br/theke/documentos/outros/parque-dom-pedro/>>. Acesso em: 19 jul. 2013.

PITTON, Sandra Elisa Contri. Prejuízos ambientais do consumo sob a perspectiva geográfica. In: CORTEZ, ATC., and ORTIGOZA, SAG., orgs. *Da produção ao consumo: impactos socioambientais no espaço urbano* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 146 p. ISBN 978-85-7983-007-5 p.91-110. Disponível em <<http://books.scielo.org>> Acesso em: 24 abr. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. *AMMA – Agência Municipal do Meio Ambiente*. Disponível em: www.goiania.go.gov.br/html/amma/. Acesso em: 15 mai. 2012.

_____. Decreto Municipal nº 1.392/2011, que institui a *Área de Programa Especial referente ao Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns*. Disponível em: < http://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/decreto/2011/decreto13922011.pdf> Acesso em: 30 set. 2013.

_____. Decreto Municipal nº 735/2012, que regulamenta o art. 42 e seguintes, da seção V, da Lei nº 9.183 de 28 de dezembro de 2011, que cria o *Bônus Moradia*, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/decreto/2012/decreto7352012.pdf>. Acesso em: 30 set. 2013.

_____. Lei Complementar nº 171/2007, que dispõe sobre o *Plano Diretor e o processo de planejamento urbano do Município de Goiânia* e dá outras providências. Disponível em: < http://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/compl/2007/compl1712007.pdf> Acesso em: 30 set. 2013.

_____. Lei Municipal nº 9.123/2011, que disciplina o *regime urbanístico especial para a Área de Programa Especial de Interesse Ambiental Macambira Anicuns* e regulamenta a aplicação de instrumentos de política urbana. Disponível em: < http://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/ordinaria/2011/ordinaria91232011.pdf> Acesso em: 30 set. 2013.

_____. *Manual de Procedimentos – Macambira Anicuns*. Versão Junho 2011.

_____. *Plano de Ações de Aquisição de Áreas, Remanejamento de População e Reinstalação de Atividades Econômicas – PARR Macambira Anicuns*. Versão Maio 2012.

PROGRAMA GEOLOGIA DO BRASIL. *Geologia do Estado de Goiás e Distrito Federal*. Org. por Maria Luiza Osório Moreira, Luiz Carlos Moreton, Vanderlei Antônio de Araújo, Joffre Valmório de Lacerda Filho e Heitor Faria da Costa. Escala 1:500.000. Goiânia: CPRM / SIC – FUNMINERAL, 2008. 143p. il.; + mapa.

REDCLIFT, Michael R.. Sustainable development (1987-2005): an oxymoron comes of age. *Horiz.antropol.*, Porto Alegre, v. 3, Selected Edition 2007. Available from <http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832007000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 mai. 2013.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. *Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes*./ Maria Eliana Jubé Ribeiro. Goiânia: Ed. Da UCG, 2004. 160 p.il.

RODRIGUES, Aníbal et al . *É correto pensar a sustentabilidade em nível local? Uma análise metodológica de um estudo de caso em uma Área de Proteção Ambiental no litoral sul do*

Brasil. *Ambiente & Sociedade*-Campinas, v.5, n.2, 2003. p.109-127. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2003000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 mai. 2013.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. 7.ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 176p.; 14x21cm. - (Coleção Milton Santos;8).

SCALISE, W. Parques Urbanos – evolução, projeto, funções e uso. *Revista Assentamentos Humanos*, Marília, v.4, nº1, p.17-24, 2002. Disponível em: <http://www.unimar.br/feat/assent_humano4/parques.htm >. Acesso em: 05 jun. 2013.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuchy Cavalcanti. O Parc de La Tête d'Or: patrimônio, referência espacial e lugar de sociabilidade. *Arquitextos*, São Paulo, 113.03, Vitruvius, out 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10,113/20>. Acesso em: 08 out. 2012.

SEGAWA, Hugo, 1956 – *Ao amor do público: jardins no Brasil* / Hugo Segawa. - São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996. - (cidade aberta).

SHENG, Fulai. Valores em mudança e construção de uma sociedade sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. - 3.ed. - São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001. p.165 – 178.

SILVA, José Maria da. *Apresentação de Trabalhos Acadêmicos: normas e técnicas* / José Maria da Silva, Emerson Sena da Silveira. 5. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

STARIK, Mark; KANASCHIRO, Patricia. Toward a Theory of Sustainability Management: Uncovering and Integrating the nearly obvious. *Organization Environment* 2013 26:7 p.07-30. Disponível em: <<http://oae.sagepub.com/content/26/1/7>>. Acesso em: 30 mai. 2013.

VALE JÚNIOR, Francisco Rodrigues. *A Função Social da Propriedade Urbana em Goiânia: Teoria e Prática*. 2008. 107f. Trabalho de Dissertação – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

VARGAS NETO, Sebastião Domingues. Desenvolvimento Sustentável à luz da teoria da justiça como equidade. 2009. 185f. Trabalho de Dissertação – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

VELEZ RESTREPO, Luis Aníbal. Del parque urbano al parque sostenible: Bases conceptuales y analíticas para la evaluación de la sustentabilidad de parques urbanos. *Rev. geogr. Norte Gd.*, Santiago, n. 43, set. 2009. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34022009000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 jun. 2013.

VON BERNARD, Hugo; GORBARAN, Martha. Causas de la insustentabilidad. *Ecologia Austral*, Córdoba, v. 20, n. 3, dic. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1667-782X2010000300009&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 30 mai. 2013.

XAUXA, Hakan Svensson. *Parque Juan Carlos, Madrid, Spain*. 1 fotografia, colorida, 2007. Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/cd/Parque_Juan_Carlos_I_View_from_My_sky_hole-Madrid.jpg> Acesso em: 07 set. 2013.